



Histórias da VISA Real

Histórias da VISA Real

Volume II
O Modo de Fazer em VISA

Daniella Guimarães de Araújo
Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Marilene Barros de Melo
(Organizadores)

BELO HORIZONTE
ANVISA
ESP-MG
NESCON-UFMG

2010

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA - ANVISA**

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde
José Gomes Temporão

Diretor Presidente da Anvisa
Dirceu Raposo de Mello

Diretores
Maria Cecília Martins Brito
José Agenor Álvares da Silva
Dirceu Brás Aparecido Barbano

Núcleo de Educação, Pesquisa e
Conhecimento – NEPEC
Daniella Guimarães de Araújo – Chefe do
NEPEC

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - ESP/MG**

Diretora-Geral da ESP - MG
**Tammy Angelina Mendonça Claret
Monteiro**

Superintendente de Educação
Thiago Augusto Campos Horta

Superintendente de Pesquisa
Marilene Barros de Melo

Superintendente de Planejamento, Gestão
e Finanças
Tania Mara Borges Boaventura

Assessora de Comunicação Social
Fabiane Martins Rocha

Assessor Jurídico
Audrey Silveira Batista

Auditores Gerais
Nina de Melo Dável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS - UFMG**

Reitor
Clelio Campolina Diniz

Vice-Reitora
Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitor de Extensão
João Antônio de Paula

Faculdade de Medicina da UFMG

Diretor
Francisco José Penna

Vice-Diretor
Tarcizo Afonso Nunes

**Núcleo de Educação em Saúde Coletiva
(Nescon) da Faculdade de Medicina da
UFMG**

Coordenador em exercício
Edison José Correa

Assessora de Comunicação Social
Zirlene Lemos

**Centro Colaborador em Vigilância
Sanitária - Cecovisa/Nescon - UFMG**

Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Lídia Maria Tonon
Maria da Consolação Magalhães Cunha

Série Histórias da VISA Real

Organizadores

Daniella Guimarães de Araújo (Anvisa)

**Gustavo Azeredo Furquim Werneck
(Nescon)**

Marilene Barros de Melo (ESP-MG)

Equipe Técnica

Projeto Gráfico

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Diagramação

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Leonardo Victor Lucas Santos (ESP-MG)

Ilustração

Adriana Drummond

Vídeos e fotografias

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Criação Multimídia

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Produção Editorial

Zirlene Lemos (Nescon)

Bibliotecária

Carla Adriani Oliveira (ESP-MG)

Revisão

**Alessandra Patrícia de Souza Santos
(ESP-MG)**

Colaboradoras

Fabiane Martins Rocha (ESP-MG)

© 2010, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP/MG), Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina/UFMG (Nescon)

A reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação é permitida desde que seja citada a fonte e a finalidade não seja comercial. Os créditos deverão ser atribuídos aos respectivos autores.

Histórias da VISA Real / Daniella Guimarães de Araújo, Gustavo Azeredo Furquim Werneck, Marilene Barros de Melo (organizadores). -- Belo Horizonte : Anvisa, ESP-MG, Nescon/UFMG, 2010. e-book ; 114 p. ; v. 2 + vídeo de 30 s

Conteúdo: v. 2. O modo de fazer em VISA.

ISBN : 978-85-60914-04-3

1. Vigilância sanitária. 2. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, rotinas de inspeção. 3. Anvisa, rotinas de inspeção. I. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. IV. Título.

NLM WA 672

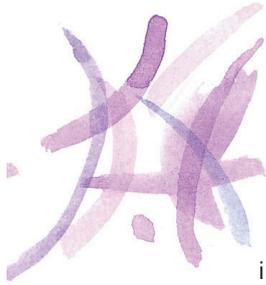
Sumário

Apresentação	8	Reinaldo Chain	
Daniella Guimarães de Araújo		Cuidado com o safanão	29
Prefácio	10	Rosalia Maria Ferreira de Souza	
Maria Cecília Martins Brito		Grandes mudanças	30
Havia um buraco na porta de entrada	13	Lisete Olga Spagnolo	
Daniella Guimarães Araújo		Monitoramento das águas do Rio Firmino	32
O encontro dos sujeitos institucionais	15	Altair Pasquale	
Claudilene Telles de Araújo; Ana Paula Chancha- rulo de Moraes Pereira		O matadouro	33
O porco do Santo	17	Maria Alice de Almeida	
Fábio José da Silva		Operação mercado público	35
“Rapadura é doce, mas não é mole não”	20;	Áureo dos Santos	
Daniel Marques Mota; Eucilene Alves Santana Porto; Jalma Araújo Costa; Rosecler Fernandes Santos de França; Matheus de Paula Cerroni; Aglair Alves da Nobrega; Jeremy Sobel		Operação mula presa	36
Reforma em uma semana	22	Débora Jaguaribe	
Ivan Luiz de Oliveira Tavares		História da Vigilância Sanitária do município da Estância Turística de Piraju	37
A breve saga dos corajosos	23	Sonia Maria Nicolosi Barbosa	
Paula Geovana Novais Santos Priori		Poética do plano diretor de Visa - fragmentos de uma construção regional	40
A espera	25	Daniella Guimarães Araújo	
Aline Schio; Jane Soila Domingues		Precisa entender italiano	42
Contando história	27	Maria Aparecida Ferreira Frozza; Eudes Casarin	
		Reminiscências da “VISA real”	43
		Márcia Aparecida Ferreira Nakamura	
		Salvos pelas fotos	45
		Maria Alice de Almeida	

Uma vitória para a VISA	46	A furada	65
Gisele de Queiroz Mendes Rodrigues		Márcia Vieira Teixeira	
VISA: quebrando paradigmas por meio da vivência prática	47	E agora, amigão?	66
Lilyan Cristina Rocha Michaloski		Áureo dos Santos	
VISA em defesa da população	49	Banho ao ar livre	67
Antonio Divino de Oliveira		Sávio José de Oliveira	
VISA não tem tamanho	50	A revanche	69
Adilson Alves Cassoni		Francisco Eduardo de Pontes	
Você só me traz bosta , Valdir	53	A sorveteira	72
Fabrcio Zerves		Márcia Vieira Teixeira	
A iniciante	54	A vergonha dos concursos públicos	73
Roseli Sangalli		Márcia Vieira Teixeira	
Saia justa	55	Equívoco	74
Leonia Alves da Mata Rocha		Roseli Sangalli	
A união faz a força no interior da Bahia	56	O caminhar da VISA	75
Claudine Teles de Araújo; Ana Paula Chancharulo de Moraes Pereira		Flora Gonçalves Lourenço	
O risco sanitário dos motéis	58	Queda ou pára-quadras na VISA	76
Hállisson Carpedyane Pereira dos Reis		Maria Lúcia Gomes Dutra Rocha	
Sr. Fiscal, este medicamento...?	60	Sociedade maligna	78
Fabio Roberto Gama Encarnação		Daniella Guimarães de Araújo	
O calhambeque	63	“Surto” da diretora	79
Francisco Eduardo de Pontes		Rosa Maria Bueno	
		Trabalho perdido	80
		Marilza Rigue Maia de Oliveira	

Transporte autônomo frustrado	81	Canto da cólera	95
Márcia Vieira Teixeira		Benedito Paulino da Silveira Junior	
A desistência de perguntas	82	Educação sanitária começa no berço	96
Janaína Silva Gomes		Raimunda Isabel Teixeira	
Pneu furado	83	Um pedido de socorro	98;
Teresa Machado Pereira		Raimunda Isabel Teixeira	
Ponderações finais em VISA	85	Memórias de um doce chamado alfinin	99
Márcia Vieira Teixeira		Dalva Lúcia Silva Cardoso de Moura	
Realizamos trabalho de baixa complexidade	86	O mutirão	102
Angiolete Silva Cruz; Erinaldo dos Santos Aquino;		Gracienne de Fátima Fonseca Renand	
José W. Tavares; Márcio da S. Santana; Roberto		Os encontros regionais de VISA	103
B. Cruz		Maria Aparecida Ferreira Frozza	
Dilema ético	88	Bofe eu tenho	105
Áureo dos Santos		Aloísio de Souza Sabença	
A VISA da saúde a agricultura	89	Cair cabelo	107
Márcia Vieira Teixeira		Aloísio de Souza Sabença	
Com o idoso no colo	90	Polícia Federal Sanitária	108
Sávio José de Oliveira		Teresa Machado Pereira	
Inspeção que promove	92	Relatório de inspeção	109
Elza Maria da Costa Damázio		Elza Maria da Costa Damázio	
A VISA e o sermão na igreja	93	Horário de almoço	111
Susete Lobo Saar de Almeida		Aloísio de Souza Sabença	
BPF	94;	Césio 137	113
Danielle Silva de Souza; Yete de Fátima Baleeiro		Suely Vidigal	
Brack		Sem saber o que...	114
		Suely Vidigal	

Apresentação



Um seminário na Bahia aborda o diálogo entre diversos sujeitos institucionais. No Piauí é a visão da cólera espalhada que torna perplexos os trabalhadores. Em Minas a equipe de vigilantes se reúne para contar histórias e pensar sobre elas, alguém sonha com um outro abrigo para meninas e com uma creche que não seja ilusão. No Rio Grande do Sul é na igreja durante o sermão do padre que a Vigilância Sanitária aproveita para debater a febre aftosa enquanto em outras bandas, um técnico almoça com *Bonnie & Clyde*. É de Natal a memória de um doce chamado *alfinim*, a força de muitos para descobrir enfim *metamidofós* na rapadura contaminada, que é doce mas não é mole não. No Rio, uma técnica se esconde de uma foice, um outro descreve a metáfora das burocracias e das baratas. Em Goiás é a interdição sob ameaças de uma indústria clandestina. De São Paulo, a denúncia sobre os urubus e o *pó mágico da dolomita* que curava tudo. Do Paraná uma possível *cabala radioativa*, energia do bem. Santa Catarina educa sobre os cuidados com os rios, do Distrito Federal vem o caso do pneu furado do avião que não chega a tempo. De Pernambuco a máquina que prometia curar.

Estas são **Histórias da VISA Real**, vindas de diversas regiões deste largo país que abriga diferentes feições e diferentes feitos. Histórias narradas por trabalhadores da Vigilância Sanitária que

em seu ofício em defesa da vida mostram o que são e sonham, o que fazem para desfazer os riscos, que crenças e valores trazem na mente, que força de luta sustentam. Para contornar as réplicas e os particularismos, as diferentes visões de saúde e mundo que suportam no dia a dia. Díficeis trajetos e projetos.

Estes seres, narradores expressivos, agora nos permitem este diálogo em perspectiva onde as vozes se misturam e outros textos serão produzidos, a partir da leitura dos contextos, onde cada palavra não é apenas palavra, mas um misto de significados coletivamente construídos.

Agradecemos a estes trabalhadores que no entremeio das ações diárias e complexas, abriram um parênteses para elaborar uma narrativa, contar uma história acontecida e compor este registro que nos surpreendeu pelo resultado: em setenta dias, apenas com divulgação eletrônica, recebemos 189 histórias.

Histórias da VISA Real nos oferece a oportunidade de refletir sobre as vozes destes trabalhadores/autores, sobre as vivências escolhidas e sobre a perspectiva de novas tecnologias em pesquisa. A oportunidade de registrar a memória dos caminhos e cuidados em Vigilância Sanitária por meio da palavra escrita de quem é intenção e gesto. Inteligência desdobrada em atitude. Virtude que não emudece.



Surpreendeu-nos a riqueza do conteúdo enviado, a pertinência das histórias, a aceitabilidade de um projeto incomum. E principalmente o desejo revelado por muitos colegas de participar e de alguma forma, acompanhar este percurso.

Esperamos que o aprendizado de seus significados nos faça mais atentos às subjetividades e ao empoderamento dos trabalhadores na defesa do tema da Vigilância Sanitária no SUS. Mais aptos a minimizar os riscos à saúde. Mais capazes de entender as representações sobre a VISA entre os nossos cidadãos. Talvez assim se diminuam as réplicas e nenhum proprietário use mais a peixeira ou a foice. Nenhum juiz compareça à inspeção sanitária por ser irmão do dono da Farmácia autuada. Nenhum secretário de saúde autorize o funcionamento de bancos de sangue em condições adversas. Talvez assim não seja preciso ligar para a VISA para denunciar o canto do galo e a briga do vizinho. E a técnica não precise andar a pé pelo centro da cidade no sol de 40 graus levando amostras coletadas para o laboratório central. Talvez se apodere mais de instrumentos participativos, do diálogo como o “*pó mágico*” e não haja buracos na porta de entrada. Talvez a vigilância que se faz a favor da vida prevaleça sobre os ditames do mercado.

Sabemos que cada uma dessas narrativas - situadas na complexidade e na liquidez deste cenário contemporâneo - conformam o tecido de uma narrativa maior que é a da própria Vigilância Sanitária enquanto nossa melhor utopia.

Daniella Guimarães de Araújo

Chefe do NEPEC - Anvisa



Prefácio

A Vigilância Sanitária - VISA faz a defesa da saúde, realizando ações no âmbito das práticas de saúde coletiva, assentadas no conhecimento técnico-científico e em bases jurídicas. Tem a finalidade de impedir que a população seja exposta a riscos, combatendo ou minizando as causas dos efeitos nocivos que possam ser gerados na produção e na circulação de bens, ou na prestação de serviços de interesse à saúde. É a parcela do poder de polícia do Estado incumbida de assegurar o bem estar geral, regulando as ações de saúde, impedindo o exercício anti-social dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade, compatibilizando os direitos individuais com o bem estar social.

A sua história é a história do Brasil, onde se destaca a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, que marcou o início da implantação do controle sanitário do porto, seguida da criação da Inspeção de Saúde Pública, com o objetivo de efetuar o controle sanitário dos produtos e dos estabelecimentos, combater a propagação de doenças, principalmente as epidêmicas, resolver questões de saneamento e fiscalizar o exercício profissional na área da saúde. Desde então profissionais, dotados do poder discricionário enquanto agentes públicos integram uma rede de proteção e promoção da saúde, desenvolvendo com ética, compromisso e responsabilidade, ações de orientação e prevenção na área de VISA.



A estes agentes cabe a incumbência de exercer a VISA, atuando na verificação da adequação aos regulamentos sanitários pelos estabelecimentos, produtos e serviços sujeitos a VISA, determinando a necessidade de correção de irregularidades e adoção de providências saneadoras, educativas ou repressivas para o resguardo da saúde coletiva como: apreensão, interdição e destinação de produtos impróprios ao consumo, interdição de estabelecimentos, monitoramento de produtos, dentre outras.

A complexidade da VISA demanda a articulação de um amplo conjunto de conhecimentos. Estes saberes e modos de fazer de VISA, com as diversidades, dificuldades e enfrentamentos inerentes são diuturnamente demandados aos trabalhadores da área, na sua rotina profissional. O universo de profissionais trabalhadores de Vigilância Sanitária foi descrito no Censo de VISA/2004, onde mais de trinta mil trabalhadores foram identificados e estão distribuídos nas três esferas de governo e em todos os estados da federação.

Neste sentido o Centro Colaborador em Vigilância Sanitária do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais – CECOVISA/NESCON/UFMG em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP/MG oferece as **Histórias da VISA Real**, oportunizando a troca de experiências acerca do trabalho de VISA, dando voz aos que atuam na área através de narrativas de profissionais de diversas regiões do país. A arte de contar histórias, objeto deste estudo, se apresenta como uma forma de disseminação do conhecimento, participando do vasto campo de educação e pesquisa em VISA. Este rico processo contribuirá na harmonização da gestão do trabalho em VISA, na tomada de decisões e definições de políticas e planejamento, e na construção da memória da vigilância sanitária.

Maria Cecília Martins Brito
Diretora da ANVISA





Resultados do modo de fazer em VISA

Havia um buraco na porta de entrada

Daniella Guimarães Araujo
Minas Gerais

À Gabriella Guimarães Araújo de Mello

Fui convidada um dia para trabalhar em uma VISA municipal que, segundo o gestor, era o lugar árido da saúde, lugar de vícios, precariedades. Como já era funcionária do estado em uma Escola de Saúde Pública na qual meu tema predileto era também a VISA, fiquei dividida entre os desafios e a consciência de que como mãe de três adolescentes não poderia assumir tudo que me fascinava. Nesta época, uma das filhas adolescentes adoeceu gravemente. Sabia que não poderia ter responsabilidades que me afastassem muito da cidade onde morava para poder permanecer a seu lado acompanhando e protegendo.

Em um desses trânsitos, no meio do caminho para BH, o que precisava como mãe e apaixonada que era por saúde coletiva era rezar. E durante uma prece, dessas que a gente faz com a alma em pedacinhos, veio a intuição de realizar uma pesquisa-ação que juntasse a pesquisa da escola com um trabalho efetivo de transformação de uma realidade precária em Vigilância Sanitária. E nada entendia eu de pesquisa-ação. Estava posto o desafio. Faltava escrever o projeto, apresentar e discutir com a Escola de Saúde. Um universo de coincidências existia e o caminho

aberto me fez entender que o adoecimento da filha, a abertura da escola para o consentimento da pesquisa, as pessoas boas que encontrei e a fragilidade da VISA no local eram acontecimentos interligados. E de certa maneira uma porta aberta aos desafios e coragens que devemos encarar na vida.

Quando cheguei à VISA, chorei. E me perguntei: O que é mesmo que estou fazendo aqui? Havia um buraco na porta de entrada, parafraseando Drummond e sua pedra no meio do caminho. Encontrei pessoas desacreditadas e conformadas com a realidade da VISA, deficiências estruturais, ingerências políticas, escassez em todos os sentidos. E foi preciso reencantar pessoas, começar de novo a estrutura do sonho possível em tempos áridos, ano político. Entretanto, começamos, com diálogo, essa palavrinha mágica. Com planejamento estratégico e ouvindo os trabalhadores, suas dificuldades e suas tênues esperanças. Da falta de estrutura criamos estrutura. Sem participação política, mostramos a nossa cara com voz firme e sem medos. Das demandas impostas e verticais fizemos planejamento e monitoramento trimestral das ações. Da fiscalização sem referências, incluímos o que era problema de alto risco segundo os trabalhadores. De uma única forma de ação restrita às inspeções, caminhamos juntos para a educação do setor regulado, para as ações de comunicação, para as ações integradas, para a produção de conhecimento.





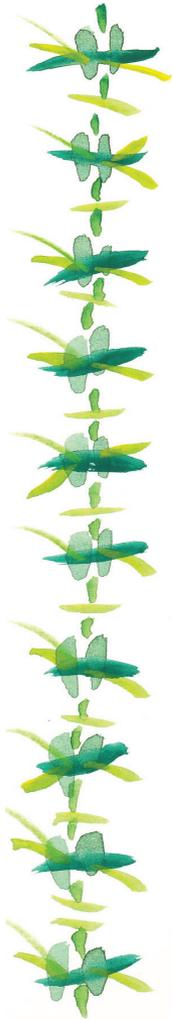
Queríamos fazer valer os cinco eixos de um plano diretor que se discutia no país. E fizemos, com luta, olhos abertos, disposição de ouvir e dar voz. Ali, naquele meio, nasceu o projeto das “Histórias da VISA Real”, vindo de “causos” contados no corredor e transformados em oficina de trabalho. Ali, em 14 meses de trabalho nasceram respeito, dignidade e ânimo para dar vida a uma instituição considerada doente no município, indigna e excluída das demais áreas do SUS. Uma construção coletiva feita artesanalmente, por muitas mãos. Uma disposição da mente ao conhecimento, uma disposição da alma para enfrentar os propósitos de defender a saúde e a vida. Foi assim que do adoecimento criamos saúde. Foi assim que das faltas fizemos uma história. Uma história boa de se contar.

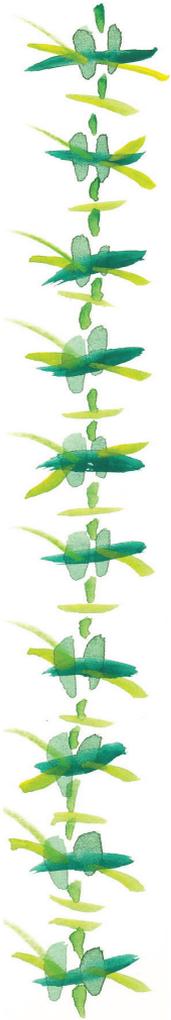
O encontro dos sujeitos institucionais

Claudilene Telles de Araujo
Ana Paula Chancharulo de Moraes Pereira
Bahia

Essa é uma história que parece nos remeter às fábulas da nossa infância baiana: dosadas de magia, suspense e muito encantamento, em que, por um longo período de tempo, dois orixás, apesar de enamorados, nunca se encontravam, pois um feiticeiro do mal lhes havia jogado uma maldição... Assim, foi esse o longo caminho percorrido pelo Ministério Público (MP) e pela Vigilância Sanitária e Ambiental (VISA) de uma das Diretorias Regionais de Saúde (DIRES) do interior da Bahia, pois apesar de apresentarem conexões afins e lutarem em prol da saúde da coletividade, mantinham-se distantes, silenciosos, operando em ações de natureza individual e isolada. Contudo, em meados do ano de 2007, o rumo dessa história começou a mudar, quando o “feitiço” foi desfeito pela utilização de um pó mágico... O diálogo. A aproximação das instituições iniciou-se quando o MP contactou o diretor da DIRES para expor a situação problemática envolvendo a atuação dos conselheiros municipais de saúde na jurisdição daquela promotoria, além de alguns municípios pertencentes à abrangência da DIRES. Sendo assim, fora agendada reunião na sede da promotoria, com a presença do diretor da DIRES e sua equipe de coordenação técnica, para o planejamento de estratégias, com vistas a minimizar tal problemática. Nessa reunião fora estabelecida uma pauta contendo as principais demandas que chegavam ao

MP relacionadas à saúde, destacando-se: gestores municipais sem autonomia para gerir Fundo Municipal de Saúde, desconhecimento do papel dos conselheiros municipais de saúde, funcionamento precário das Equipes de Saúde da Família (ESF), ESF incompletas, comercialização imprópria de alimentos por estabelecimentos sujeitos à ação da Vigilância Sanitária, estabelecimentos comerciais causando poluição na cidade, indisponibilidade na rede municipal de medicamentos integrantes da farmácia básica, como também a ausência de alguns medicamentos de alto custo, entre outros. Salientamos que os problemas que chegavam ao MP também condiziam com os relatos da equipe técnica da DIRES. De posse das informações, ficou acordada a realização de um seminário voltado para os conselheiros municipais de saúde, ocasião em que seriam abordadas as seguintes temáticas: CMS (definição, competências, funcionamento), o papel do MP frente ao controle social, atenção básica, Vigilância Sanitária e Ambiental, Vigilância Epidemiológica, farmácia básica e o programa de medicamentos de alto custo. Esse seminário foi realizado no auditório daquela DIRES, com a presença de 70 conselheiros municipais, cinco promotores de justiça da região e a equipe técnica da regional para proferirem as palestras e coordenar as discussões. O cenário foi pautado pelo respeito e transparência, sendo um momento especial para nós, trabalhadores da saúde, presenciar os representantes da população expressarem, em “alto e bom som”, tudo o que ficara “engasgado” durante anos, enfatizando principalmente o afastamento e





o distanciamento dos “doutores” do Direito e da Saúde em relação ao povo. Mencionaram ainda o sentimento de pesar por não saberem “falar palavras bonitas” em presença de autoridades, mas, sobretudo, destacaram os sofrimentos e as insatisfações diante de algumas condutas adotadas por aqueles que detêm o “poder da caneta” no nível local para a resolução das situações e nada faziam. Assim, após as apresentações técnicas, a plateia interagira com perguntas, depoimentos marcantes e questionamentos. Foram momentos preciosos de discussão e reflexão. Diante do êxito alcançado nessa atividade, houvera a consolidação da parceria entre o MP e a DIRES, quando em meados de 2008 foi realizado um segundo evento intitulado – “Desatando Nós, Construindo Laços”: Ministério Público e Vigilância Sanitária e Ambiental, com o objetivo de aproximar esses sujeitos institucionais, fortalecer as ações do Sistema Único de Saúde, proporcionar um espaço de entrosamento, bem como para sanar eventuais desencontros institucionais existentes. Participaram pessoas dos municípios pertencentes à área de abrangência da DIRES (coordenadores e técnicos de VISA municipal), promotores de justiça, diretor regional e equipe técnica da VISA da DIRES, representantes da Vigilância Sanitária estadual e o Delegado Regional do Conselho de Farmácia. O encontro foi realizado no auditório da DIRES e como estratégia foi utilizada uma tenda de lona instalada no centro do ambiente, a qual foi estilizada com vários nós de corda sisal em toda a extensão e cada nó apresentava uma tarjeta colorida contendo os diversos problemas vivenciados pelos trabalhadores de VISA, simbolizando as “poliqueixas”, os ditos “quebra-

queixos” (tipo de doce de coco muito popular na Bahia, semelhante à rapadura e, para saboreá-lo, precisa-se contar com uma denteição “arretada”, caso contrário, “já viu, né?” Corre-se o risco de ficar “banguela”). Nos pilares da tenda fixamos laçarotes de fita vermelha (cor “sangue-vivo”) simbolizando vida e as perspectivas desse encontro. No centro da tenda várias cadeiras dispostas em círculo para acomodar os participantes. Para iniciar os trabalhos, contamos com a presença da assistente social da DIRES, que realizou breve sessão de relaxamento e lançou para a plateia refletir: “Qual o papel de cada um na sociedade, no SUS, na VISA, na VIDA, as responsabilidades, as omissões, as potencialidades e, sobretudo, o poder e a capacidade de ser um sujeito transformador de cada realidade local, o dispositivo da ‘implicação’”. Para fechar essa etapa, foi utilizado o belíssimo e ético poema de Elisa Lucinda, “Só de Sacanagem”, o qual foi acompanhado pelos presentes na voz da intérprete Ana Carolina. Posteriormente, o diretor e os técnicos de VISA da DIRES apresentaram a situação da VISA regional e também dos municípios após processo de monitoramento e supervisão, estando a promotoria, representantes da Vigilância Sanitária estadual e o Delegado Regional de Farmácia contextualizando as explicações jurídicas e técnicas frente a cada situação apresentada. Assim, o pó mágico denominado diálogo foi semeado, proporcionando a integração entre a plateia e os expositores. Para finalizar, os santos e orixás abençoaram o evento, fortalecendo os sujeitos institucionais para atuarem conjuntamente na defesa dos interesses da coletividade. Axé Bahia.

O porco do Santo

Fábio José da Silva
Mato Grosso

Esse fato aconteceu nos anos idos de 1999 em um município do interior do estado de Mato Grosso, mas não se iluda, pois não se trata de uma simples cidade, vou descrevê-la para que entendam melhor. A sua fundação é mais antiga que o próprio estado; é da época do Brasil Colônia, do tempo em que Mato Grosso pertencia a São Paulo. Possui cerca de 25.000 habitantes. O cultivo das tradições é muito forte, assim, as chamadas “festas de santo” são eventos muito importantes que envolvem aspectos religiosos. Esses eventos homenageiam os santos e cada santo envolve uma semana de festa.

As festas de santo são organizadas por membros da comunidade eleitos pela própria, sendo três elementos: o festeiro, o capitão do mastro e a rainha. Essas pessoas mobilizam a comunidade durante todo o ano e arrecadam doações para a festividade, fazendo com que durante as festas toda comida e bebida sejam gratuitas para todos, sem distinção de classe social. Dito a descrição, vamos aos fatos.

Estava eu recém-formado, filho da terra de onde minha família faz parte da fundação, portanto, conheço todo mundo e todo mundo me conhece. Em uma tarde de sexta-feira, chega à Vigilância Sanitária (VISA) um

professor muito conhecido para denunciar sua vizinha, que estava criando porco no fundo do quintal. Acredito que todos que já trabalharam em VISA de município tenham vivenciado essa situação.

Bom, recolhi a denúncia e observei o endereço, era da dona Joana (nome fictício), uma senhora de aproximadamente 48 anos, que me conhecia desde o tempo... É!!!! Deixei para lá o tempo. O final de semana foi de boi, ruminei a situação como em uma azia sufocante na tentativa de achar uma saída para a situação e de como faria a aproximação.

Então chegou a segunda-feira, tinha que tomar uma iniciativa, enchi-me de coragem e todo conhecimento técnico de que pude recordar no fim de semana e fui fazer a inspeção. Chegando a casa bati à porta e surge a dona Joana pelas portas do fundo, vinda pela lateral da casa em um terreno de terra vermelha, com seu neto pelado pendurado na cintura. Calma! Não posso prosseguir sem antes descrever melhor essa cena pitoresca, inclusive com os odores.

Como a maioria das casas antigas na região, elas se posicionam na parte da frente do terreno, na porção lateral, de forma que um dos lados tenha grande terreno de entrada. E como os quintais são grandes, eles são divididos por muro.

Assim, dona Joana vinha por essa lateral maior do terreno, com seu netinho pelado pendurado na cintura. Da frente do imóvel, que não tinha muro, dava para ver todo o fundo do terreno e para sentir o cheiro de chiqueiro que exalava. O netinho pendurado apresentava uma proeminente barriga, apesar de o



estado nutricional ser duvidoso. Pelo odor, acredito que ele estava “cagado”, mas fiz questão de não inspecionar essas regiões que não me diziam respeito. A nuvem de moscas era visível, mesmo a distância movimentavam-se de acordo com o vento, aglutinavam-se em um ou outro monte de terra, que parecia sepultar restos de um ente indesejado e expelido pelo organismo do cidadão em forma de matéria fecal. O odor de chiqueiro misturado ao de fezes dava uma sensação estonteante que junto ao calor úmido e forte da região, que beira os 40°C, deixava o ambiente insuportável, algo próximo de porão de navio negreiro ou senzala, mais ameno apenas pela brisa e pela ausência dos gemidos.

De volta aos fatos, dona Joana recebe-me com um grito de grande alegria.

– “Ah, dotozinho, vamo chegá, quanto tempo, né? Óia, eu acabei de fazê um cafezinho que ocê gosta, vão lá dentro tomá?”

De início pensei em recusar, mas se eu fizesse isso a inspeção terminaria naquele exato momento. Assim fui para o sacrifício e no caminho para a varanda do fundo da casa informei que estava ali para atender a uma denúncia de criação de porco no fundo do quintal. Ali mesmo ela deu uma parada brusca, virou sobre seus pés e disse:

– “E á!!!! Agora onde! Eu nun tô criando não”.

Desse ponto do terreno o cheiro ficava quase insuportável e já dava para ver alguns pedaços da instalação. Argumentei já quase chegando à varanda que não era possível esconder o chiqueiro. Chegando à varanda o objeto da denúncia ficou evidente, bebi o café em meio às moscas e odores, não me perguntem o gosto, pois não me lembro, ele desceu como um carço, quente e doído garganta abaixo. Diante do chiqueiro e do porco, argumentei que eu estava vendo o porco, foi então que para grande espanto ela disse a frase mais contundente que eu poderia ouvir.

– “Óia, dôto o porco é do santo, é que sô festera de de São... e ganhei o porco pro leilão, aí eu tô só criando”.

Então recordei dos conhecimentos técnicos adquiridos na faculdade e parti em missão de convencimento sobre o risco dessa prática, de todo falei até da tênia, mas nada resolveu, só obtinha a mesma e irrevogável frase: – “Dotozinho, o santo cuida”. Até que já muito irritada, em um estado de quase “surto”, disse:

– “Óia, dotozinho, o sinhô foi pra escola e esqueceu de deus, o santo cuida de tudo”.

Nesse momento vi que não resolveria mais nenhuma forma de convencimento e que a ação havia chegado ao fim. Verifiquei qual o santo da festa e dei o prazo próximo da festa. Estava batendo de frente com mais de 300 anos de tradição, sem dúvida eu levaria a pior. Saí do local decepcionado, pois não tinha conseguido sucesso na ação, esse fracasso demorou toda a semana para ser digerido. Foi então que em uma conversa informal com o padre da cidade, a quem contei o caso, ele quase mijou na calça de tanto rir

e disse:

– “Agora santo além de cuidar de gente terá que cuidar de porco!”

Esse padre era um espanhol catalão, de expressão carregada e uma careca proeminente, para não dizer completamente careca. Nesse momento, quase que por acaso, a proposta de uma solução começou a ser formada. Ele se propôs a falar sobre o assunto na missa de domingo e na reza da casa da dona Joana. Bom, o resultado foi que uma semana depois do sermão sou parado por dona Joana que, aos berros, disse:

– “Óia, dotozinho, o sinhô já pode ir lá em casa para ver, eu já ranquei o porco, num aquento mais o povo rezando na minha cabeça, até o padre já falou no sermão da missa”.

Como se vê, Vigilância Sanitária é feita por diversos atores com muita criatividade e uma dose de acaso. Nesse caso podemos visualizar claramente as quatro dimensões da VISA – política, técnica, ideológica e jurídica. Afinal, se eu tivesse utilizado a dimensão jurídica com base na técnica e prendido o porco, sem dúvida as dimensões política e ideológica teriam desacreditado a ação.



"Rapadura é doce, mas não é mole não"

Daniel Marques Mota
Eucilene Alves Santana Porto
Jalma Araujo Costa
Rosecler Fernandes Santos de França
Matheus de Paula Cerroni
Aglair Alves da Nobrega
Jeremy Sobel
Distrito Federal

Como técnico neófito em Vigilância Sanitária, tive a oportunidade de participar de algumas investigações epidemiológico-sanitárias, algumas delas como aluno do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (EPISUS) do Ministério da Saúde, a exemplo desta que agora relato. Em seis de fevereiro de 2008, a Secretaria da Saúde de um município do interior do Rio Grande do Norte notificou à Secretaria Estadual dois casos de intoxicação por ingestão de rapadura em moradores da zona rural. No dia 28 de fevereiro, eu e mais outros técnicos fomos deslocados para lá. A equipe de investigação foi formada por técnicos da esfera federal e estadual de vigilância epidemiológica e sanitária.

Tudo começou quando um senhor de 68 anos de idade ingeriu aproximadamente 155 gramas de rapadura adquirida em uma mercearia do genro e em menos de 24 horas foi a óbito. Quatro dias depois, o genro, não acreditando na possibilidade da rapadura ter sido a causadora da morte do sogro, comeu do mesmo alimento. Após 20 minutos, o genro apresentou também sintomas característicos de intoxicação por organofosforado, foi internado em unidade de terapia intensiva e, diferentemente do sogro, foi tratado com atropina e sobreviveu. A filha do senhor que falecera referiu não acreditar que representantes do Ministério da Saúde estavam ali para investigar os casos de intoxicação por rapadura. Ela se viu surpresa!

Outros três casos prováveis de intoxicação com sintomas leves foram incluídos no estudo. Essa situação fez com que nenhum morador da região e dos municípios vizinhos tivesse coragem de comer qualquer tipo de rapadura, nem mesmo nós! Ainda durante a investigação, descobrimos que três técnicas da Vigilância Sanitária do nível regional e estadual apresentaram sintomas de intoxicação por proximidade física/manuseio da rapadura. Acreditem, elas não usaram equipamento de proteção individual! Um laudo elaborado por uma médica, em três de março de 2008, referiu para uma das técnicas a presença de conjuntivite alérgica em ambos os olhos e no olho esquerdo também duas ulcerações corneanas. Em 10 de março, o quadro dessa paciente era estável, com melhora significativa da conjuntivite alérgica e das ulcerações. As rapaduras de coloração marrom exalavam odor forte e irritante para os olhos e narinas, característico de produtos agrotóxicos, segundo relato de um técnico da Vigilância Sanitária local.

Na tentativa de identificar em que sítio poderia ter ocorrido a contaminação da rapadura, bem como o possível agente tóxico





implicado, realizamos um rastreamento da cadeia de produção e comercialização. Fizemos uma longa viagem! Saímos do estado do Rio Grande do Norte, atravessamos a Paraíba e chegamos ao município pernambucano produtor da rapadura. Não é que descobrimos várias irregularidades? Entre elas, o uso de uma substância denominada “branquite”, utilizada para o clareamento da rapadura. Essa substância exalava cheiro muito forte e irritante para os olhos e narinas. As amostras de rapadura apreendidas pela Vigilância Sanitária estavam contaminadas por metamidofós (organofosforado) e sulfito (SO_2), tanto na rapadura consumida pelos dois casos graves, quanto naquelas coletadas em estabelecimentos comerciais da região. Outro achado importante para a confirmação da intoxicação por organofosforado foi que o sangue total do genro resultou alterado para acetilcolinesterase eritrocitária. Assim, ocorreu um surto de intoxicação exógena por circunstância não-intencional e ocupacional, cujo principal alimento implicado foi a rapadura, tanto por ingestão, quanto por contato com proximidade física, com ou sem manuseio da amostra ou embalagem contendo o alimento. A contaminação da rapadura por metamidofós não ocorreu na mercearia do genro; pode ter acontecido durante o transporte das rapaduras do local de produção até os pontos de comercialização ou do comerciante “X” para a mercearia do genro ou até mesmo nas mercearias do comerciante “X”, morador também da zona rural do município potiguar. Em relação à contaminação por sulfito, pode ter ocorrido durante a produção das rapaduras. A quantidade de metamidofós presente na rapadura ingerida foi 465 vezes maior que a ingestão diária aceitável para esta substância. Viram só? “A rapadura é doce, mas não é mole, não!” Ainda mais envenenada.

Reforma em uma semana

Ivan Luiz de Oliveira Tavares
Minas Gerais

Numa cidade não muito grande, dois primos decidiram montar uma panificadora, pensando que precisariam somente de um cômodo no centro da cidade, um forno e duas biscoiteiras, não se preocupando com as normas da Vigilância Sanitária. Certo dia, dirigi-me ao estabelecimento para realizar uma vistoria. Lá chegando, deparei com uma desordem fora do comum. Passei orientação de tudo que teria que ser feito e eles, assustados, reivindicaram, dizendo que não dava pra realizar tudo isso na cidade, que era muito pequena e o comércio não tinha tanto lucro assim.

– “Definitivamente não temos condições de realizar essas mudanças”.

Preenchi o autotermo e fui embora pensando em como fazer para que eles se adequassem a essas normas. Na semana seguinte, retornei ao estabelecimento com uma ideia em mente. Chamei os proprietários e lhes disse: – “O gerente regional da Vigilância Sanitária de Unai, que comanda Dom Bosco e os municípios vizinhos, acabou de me ligar e disse que na próxima semana estará em Dom Bosco para fazer uma visita, ver como anda o trabalho e os comércios da região. Tenho quase certeza de que

o primeiro lugar a ser visitado vai ser o seu estabelecimento, porque provavelmente eles irão tomar café aqui. E se ele deparar com essa desordem, vai lacrar tudo, ou seja, vai ser fechado”. Ele ficaram desesperados: – “Nossa, sério? O que vamos fazer? Vamos ter que arrumar tudo?”

Rapidamente arrumaram dois pedreiros, serventes, trabalharam dia e noite, deram uma geral. Na semana seguinte, passou segunda, depois terça, quarta e na quinta-feira um dos proprietários encontrou-me na rua e foi perguntando: – “Ivan, e o gerente? Vai estar aqui quando?”.

O gerente regional já havia estado lá, mas não fez vistoria, só tomou café.

Disse a ele que a qualquer momento o gerente regional estaria chegando por aqui e era para cuidar bem da higiene do estabelecimento, porque ele chegaria de surpresa.



A breve saga dos corajosos

Paula Geovana Novais Santos Priori
Tocantins

O ano foi 2006 apresentou números extravagantes de dengue e cobranças do Ministério Público. Na diretoria de Vigilância em Saúde, a prioridade era o dengue, todos os setores dessa diretoria estavam mobilizados a incrementar seus trabalhos no período pré-chuva, visando reduzir os casos da doença, tão comuns no período chuvoso. Além dos programas recomendados pelo Ministério da Saúde, o Centro de Controle de Zoonoses havia lançado campanha de recolhimento de pneus velhos. As pessoas ligavam para o CCZ informando locais onde existiam pneus a céu aberto e o caminhão emprestado da antiga Agência de Serviços Públicos (AGESP) recolhia.

É claro que a Vigilância Sanitária não poderia ficar de braços cruzados. As fiscalizações em ferros velhos e depósitos de materiais para reciclagem foram incrementadas e uma equipe de fiscais foi montada para acompanhar supervisores do CCZ em visitas às oficinas mecânicas e outros estabelecimentos comerciais que insistiam em não seguir as orientações dos agentes de vigilância ambiental do CCZ para eliminar possíveis focos de criadouros do Aedes.

A Vigilância Sanitária ainda contava com as denúncias da população. Denúncias que haviam resultado em

interdição de um depósito de materiais de reciclagem e muitos outros processos, um mês antes desta história acontecer.

Nesse cenário, vale ressaltar que nem sempre essas ações eram bem-vistas pelos donos desses depósitos. Ameaças, cara-feia e berros passaram a ser rotineiros no serviço de fiscalização, a tal ponto que nenhuma ação mais “radical” poderia ser feita nesse tipo de estabelecimento sem antes “pedir conselhos” à Polícia Militar.

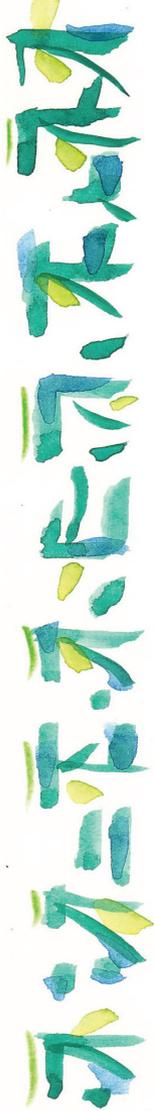
Pois bem, ano de 2006, três fiscais em sua rotina de trabalho atendendo a quarta denúncia da ordem de serviço do dia. “O denunciante afirma que na casa vizinha funciona um depósito de pneus velhos e muitos desses pneus estão a céu aberto. Afirma, ainda, que tentou conversar com o proprietário, mas ele ‘tem o gênio muito ruim’ e não quer conversa. Pede providências, pois já tiveram três casos de dengue na rua e os agentes do CCZ não conseguem convencer o proprietário a eliminar o possível criadouro”.

– “Tá feia a coisa mesmo, Caio, até em mês de umidade a 10% o denunciante arruma três casos de dengue na mesma rua que nem a Vigilância Epidemiológica tá sabendo”.

– “Ah, não reclama, Roberval, denúncia é denúncia e o denunciante tem sempre razão até a gente ver se procede ou não”.

– “Não sei quanto aos casos de dengue, mas quanto aos pneus, eles existem e boa parte deles está espalhada pela rua... Dá uma olhada pela janela. E não querendo ser pessimista, olha a cara de cachorro magro disputando carniça com a matilha daqueles ali, tem um até com a mão pra trás, não duvido nada se ele estiver armado”.





- “E aí, vocês vão descer?”
- “Tá doido, Pedro? Não para o carro não que ele já viu que somos da VISA, dá a volta na quadra enquanto a gente resolve o que fazer”.
- ...
- “E agora?”
- “Ligar para os coleguinhas de farda, claro!”
- “Mas sem nem tentar uma aproximação primeiro? Deixa de ser covarde, Roberval”.
- “Pedro, vai você falar com ele, então”.
- “Eu sou só motorista, vocês que são fiscais que se entendam com o homem”.
- “Faz assim então, Pedro, você deixa o carro ligado e a porta meio aberta pra uma fuga rápida. Daí vocês dois descem, o Roberval vai na frente e o Caio o acompanha logo atrás”.
- “Por que eu vou primeiro?”
- “Ora, Roberval, porque o Caio é menor, tem passa-dor menor e demora mais pra chegar à caminhonete que você”.
- “E a ‘senhorita’ vai fazer o quê?”
- “Como assim? Além do apoio moral, vou ficar aqui

com dedo em riste pra ligar pra polícia... ou ambulância, se acontecer alguma coisa...”

– “Deixa ela ficar, Roberval, vamos logo terminar isso”.

– “E olha, meninos, se alguma coisa acontecer, vocês vêm correndo de cabeça baixa, hein, e você, Pedro, assim que eles entrarem, nem pensa, acelera fundo.”

...

– “Boa tarde, Senhor, nós somos da Vigilância Sanitária...”

– “Vocês são da prefeitura, né?”

– “Sim senhor, nós somos da Vigilância Sanitária...”

– “E vocês vieram por causa desses pneus aqui, né?”

– “Sim senhor, nós somos da Vigilância Sanitária...”

– “Deixa de conversa, rapaz, que ‘tamos’ esperando vocês a tarde inteira aqui pra recolher esses pneus. Não aguento mais minha mulher reclamando desses pneus no quintal e até quase arru-me-i briga com o vizinho. É só vocês dois pra recolher, é? Eu pensei que vinha um caminhão, na propaganda da televisão aparecia um caminhão, não caminhonete...”

– “Pois é. Mas é um caminhão mesmo e os agentes do CCZ que recolhem, nós somos da Vigilância Sanitária e viemos... Bom, deixa prá lá, não se preocupe que vamos ligar pro CCZ agora, pra ver o motivo da demora. O senhor tenha uma boa tarde”.

Denúncia atendida, pneus recolhidos, todos são e salvos.



A espera

Aline Schio
Jane Soila Domingues
Mato Grosso

Em 2008, em uma manhã de quarta-feira, até aí nada de extraordinário, inspeção agendada em uma clínica médica. Dirigimo-nos para lá, lugar meio esquisito, a entrada era por uma garagem. O médico morava nos fundos da clínica, mas iniciamos o nosso trabalho: olha daqui, olha dali, anota aqui, até chegarmos a dois apartamentos, onde questionamos a funcionária que estava nos acompanhando se realizavam internação. Ela mais que depressa respondeu que não, mas ao olharmos os armários percebemos que havia sacolas com roupas e calçados. Novamente ao ser questionada, a funcionária negou que ali se realizasse internação e que aqueles objetos eram de funcionários da clínica.

Continuamos nossa inspeção e alguma coisa nos dizia que deveríamos permanecer mais alertas. Ao chegarmos a uma porta identificada como “centro cirúrgico”, pedimos para que fosse aberta. A funcionária comunicou que estava desativado. Mesmo assim, insistimos para que abrisse e ela nos informou que a chave se encontrava com uma funcionária que estava em férias. Ao olharmos pelo visor da porta, percebemos que havia pessoas lá dentro. Novamente perguntamos à funcionária e ela se calou. Resolvemos ficar esperando, em pé, ao lado da

porta de acesso ao centro cirúrgico e pensamos: uma hora eles terão que sair. Durante esse período, muitas coisas nos passaram pela cabeça: será que chamamos a polícia ou pedimos reforço para a vigilância ou aguardamos e tentamos uma ação mais pacífica? Resolvemos esperar.

Enquanto estávamos aguardando, chegou um acompanhante da paciente e perguntou por ela. Imediatamente a funcionária o encaminhou para um dos apartamentos. Nesse meio-tempo, várias vezes o telefone tocou e a funcionária atendeu dentro do banheiro, para evitar que escutássemos a conversa, pois ela estava sendo orientada por alguém de dentro do bloco cirúrgico. Após uma espera de 40 minutos, fomos convidadas a nos dirigir a um consultório médico, onde o responsável técnico pela clínica nos receberia.

Entramos na sala e sentamos, afinal, o tempo em pé fora longo. Logo em seguida, adentrou o médico, cumprimentou-nos alegremente, já se desculpando pelo ocorrido. Argumentamos, expusemos o objetivo da inspeção sanitária, o caráter da minimização de riscos para os pacientes e funcionários, bem como a possibilidade de melhora na qualidade do serviço. Foi uma conversa amigável e ele não teve como argumentar muito. Por fim, falamos da necessidade de vistoria no centro cirúrgico. Ele imediatamente



se prontificou a nos acompanhar na inspeção in loco.

Fizemos nossas considerações a respeito do local, informando as irregularidades ali encontradas e o médico se dispondo a regularizá-las o quanto antes.

Após a confecção do relatório técnico de inspeção e encaminhamento para o responsável pela clínica, realizamos uma reinspeção no local. E para nossa surpresa fomos muito bem recebidas. Imediatamente fomos atendidas pelo responsável técnico e verificamos que praticamente todas as irregularidades tinham sido sanadas. Bom, acho que conseguimos cumprir o nosso papel de agentes transformadores em benefício da população, a partir da melhora do serviço oferecido, garantindo qualidade na assistência à saúde.



Contando história

Reinaldo Chain
Rio de Janeiro

Tudo começou no final de 1998, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoveu um treinamento de imersão de uma semana na Universidade Federal de Porto Alegre, para instrumentalizar os técnicos de vigilância dos estados e município a inspecionarem os serviços de hemodiálise à luz da norma técnica de 1996.

Após o lamentável episódio de Caruaru, os governos se viram obrigados a dar uma resposta à sociedade e a regular essa atividade à luz do conhecimento técnico-científico.

Foi o nosso primeiro contato com expressões tipo “deionização”, “looping”, “dialisador”, “máquinas de tanque” e algumas outras relacionadas à prática dialítica. Chegamos a nos perguntar, no primeiro dia: Mas o que é isso, o que estamos fazendo aqui?

Entretanto, ao final do treinamento, estava lançada a pedra fundamental para uma atividade que em 2009 completou 10 anos de trabalho, haja vista que em meados de 1999 iniciamos o monitoramento das unidades de diálise no estado do Rio de Janeiro.

Foi necessário conhecer os serviços, identificar

riscos, eleger indicadores, estudar muito, participar e realizar vários treinamentos.

Identificamos que o saber nessa área é multiprofissional, por esta razão cada equipe de inspeção foi composta de enfermeiros, médicos e farmacêuticos. Era importante também entender o que, além do contido na norma técnica, ocorria numa sessão de diálise.

Fomos buscar esse entendimento junto aos pacientes que se submetem à diálise. Iniciamos nossas inspeções acompanhados por representantes da Associação de pacientes, que muito nos instrumentalizaram para a melhor avaliação dos serviços, consolidando o controle social.

O “indicador de qualidade” eleito para priorizar as unidades a serem inspecionadas foi a prevalência de hepatite C, que chegava a alguns serviços a cerca de 70%, por diversas razões.

Surpreendemo-nos com o volume de água necessária em cada serviço. Entendemos ser esse o principal insumo nessas unidades. Para melhor conhecermos a qualidade da água, foi criado um programa de monitoramento da qualidade, mediante parceria celebrada com o Instituto Nacional de Qualidade em Serviços de Saúde.



Como mudar a realidade e obter a adesão do prestador a uma nova realidade de trabalho nessa área de serviço de saúde? Optamos por elaborar, após cada inspeção, um relatório técnico e convocar os responsáveis técnicos - médico(a) ou enfermeira(o) - para discutirmos o conteúdo e para que este servisse de base para a mudança de certos paradigmas.

Participamos, sempre que solicitados, de reuniões com pacientes reais, levando informações, tirando dúvidas e aprendendo com quem tem o máximo interesse em obter um serviço seguro, com baixo risco e qualidade.

Humanizar o atendimento, baixar os riscos, obter melhoria contínua da qualidade e buscar a satisfação dos clientes de acordo com seus anseios continuam a ser os caminhos que devemos perseguir. Melhoramos? Sim. Podemos melhorar e avançar mais? Sempre. Este foi, é e sempre deverá ser o sonho possível de todos os atores envolvidos nesta atividade.



Cuidado com o safanão

Rosalia Maria Ferreira de Souza
Minas Gerais

Fui a um município fazer inspecionar uma indústria de café torrado e moído que funcionava havia pouco tempo e, portanto, era ainda nossa célebre desconhecida. Na época, 1999, aproximadamente, a equipe da VISA regional era formada por quatro funcionários e cada um cuidava sozinho de uma área. Na área de alimentos, eu tentava sempre contar com a presença de um fiscal municipal nas inspeções, mas isto nem sempre era possível. Nesse dia, eu contava com a companhia do motorista da GRS/Diamantina, que me conduzia.

Chegando à empresa, deparei com uma torrefação totalmente irregular, em inadequadas condições de limpeza e higiene e com equipamentos insuficientes para a atividade. Havia apenas um funcionário na produção, sem uso de equipamento de proteção, trajando roupas bastante manchadas e botinas de couro sujas. Meio apavorado, o funcionário ligou para o proprietário da empresa, que chegou logo em seguida. Mas antes já tinha dado para verificar algumas áreas. Ao entrar na área de moagem, encontrei seis sacas de cascas de café recém-torradadas, próximas das sacas dos grãos também torrados, que seriam moídos em seguida. Os indícios eram claros de que poderia haver a mistura das cascas ao café para moagem e posterior comercialização. Já havíamos

sido advertidos dessa possibilidade pelo fiscal municipal. Nesse momento, comuniquei ao proprietário que iria recolher as cascas de café, que não deveriam estar acondicionadas junto aos grãos de café torrado. Ele se aproximou e falou categoricamente que eu não levaria as cascas, que as mesmas seriam utilizadas para adubar os pés de café de sua plantação.

Ao se aproximar de mim, percebi um forte cheiro de álcool nele, que tinha também os olhos bem avermelhados. Sem tirar os olhos dele, tentei ser firme e reafirmei minha disposição de recolher as cascas. Enquanto fazia isso, olhei rapidamente em volta buscando algo com que pudesse me defender, caso fosse agredida. Ele continuava se aproximando com um: – “Ah, não vai não, dona!!” Consegui então ir me afastando, meio de ré, disfarçando o medo e tentando não me deixar intimidar (apesar de estar apavorada). Dei um sinal de mãos para nosso motorista, que estava próximo da porta, fora da moagem. Ele então se aproximou de mim, dando retaguarda, numa atitude firme e protetora. Com isso, o empresário percebeu que tinha ficado em minoria, pois seu funcionário não se encontrava por perto; e afastou-se balançando forte a cabeça e falando entre dentes. Recolhemos, eu e meu protetor, as seis sacas de cascas de café e saímos, deixando os termos e autos para preencher no escritório. Depois do estresse, era o mínimo que podia fazer por mim mesma. Recolhemos, no comércio, amostras do produto para análise, nas quais foi constatada a presença de impurezas no café torrado e moído naquela empresa. Tendo resistido a promover as adequações previstas na legislação sanitária, o proprietário acabou por encerrar suas atividades. Bem, melhor para os consumidores, que se livraram de um enganador. Mas, antes, fui eu que me livre, com a ajuda imprescindível do colega, de talvez levar uns safanões de um bêbado produtor de café.

Grandes mudanças

Lisete Olga Spagnolo
Rio Grande do Sul

É crescente a preocupação da população em relação à qualidade dos alimentos, água para consumo humano e medicamentos ingeridos. Tomar decisões, traçar metas, realizar sonhos é um grande desafio nos dias atuais.

Trabalho há 14 anos na função de fiscal sanitária municipal num município, que está localizado na encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul.

O maior desafio da VISA municipal foi realizar o programa "Vigilância Sanitária na Comercialização de Alimentos com Procedência" e o projeto "Moralizando o Comércio de Carnes", que tiveram seu despertar no ano de 2004. Anterior a isso, a VISA já estava trabalhando com cautela, apesar da pressão do mercado formal quanto à concorrência desleal do mercado informal.

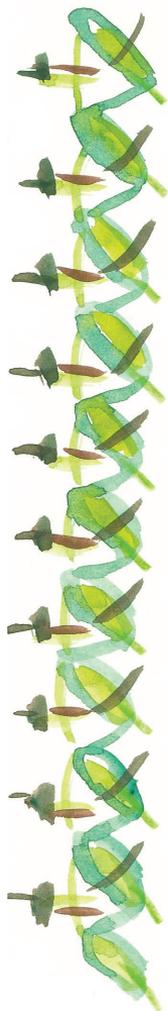
A VISA municipal aceitou o desafio e traçou metas. Iniciou-se com o trabalho de orientação, conscientização e educação junto ao comércio de alimentos, a partir de informativos sobre irregularidades sanitárias, cartazes e cartilhas do alimento seguro. Também se procedeu a informações sobre a gravidade de comercializar produtos sem procedência, que resulta em

dois crimes: o de saúde pública e o de sonegação fiscal. Após determinado período, fiscalização com auto de apreensão, inutilização e auto de infração.

Nesse período, várias ações foram desenvolvidas, entre elas: palestras: PAS (Programa Alimento Seguro), do SEBRAE e Clínicas Tecnológicas – custos do SEBRAE; cursos: Trabalhando Alimentos com Segurança, do SEBRAE; e Aproveitamento Integral de Alimentos, do SENAR.

Independentemente das dificuldades enfrentadas no decorrer do programa (questões políticas que são, às vezes, facilitadoras, mas também podem ser um entrave; e a insuficiência de pessoal: somente uma fiscal sanitária para exercer adequadamente as funções da VISA), o programa foi realizado, superando obstáculos e sempre com o propósito de fiscalizar em benefício da população.

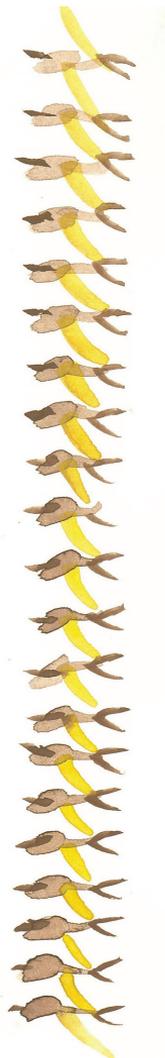
Continuar incentivando, capacitando, informando e fiscalizando os estabelecimentos de saúde são metas que jamais devem ser esquecidas. Cabe aos governantes, sejam eles federais, estaduais ou municipais, fazerem a sua parte (simplificar as leis tributárias, simplificar a abertura de empresas, reduzir o custo do trabalho...).





Uma das significativas vantagens atuais no ramo da VISA é que o consumidor está mais informado. Se o cliente é exigente, a empresa tem interesse em se adequar mais facilmente à legislação. Se não, a garantia do alimento seguro fica por conta da fiscalização.

O programa e anexos foram entregues às 19 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS, divulgando aos municípios a elas pertencentes) do Rio Grande do Sul, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Divisão da Vigilância Sanitária (DVS) do estado do Rio Grande do Sul e entidades municipais.



Monitoramento das águas do Rio Firmino

Altair Pasquale
Santa Catarina

Desde a década de 1960 a região do Alto Uruguai catarinense vem se destacando no sistema de criação industrial de suínos. No momento da assinatura do termo de ajustamento, a região possuía 3.800 suinocultores, sendo que aproximadamente 2.000 destes aderiram ao termo em junho de 2004. Se aplicada a legislação, 90% estariam em desacordo. Com o crescimento do setor, houve aumento dos problemas nas áreas social (exclusão de produtores devido à concentração da produção) e ambiental (poluição das águas e solos). Justificava-se, desta forma, a necessidade de assinatura do termo, a fim de manter o produtor no campo dentro da legalidade e melhorar a condição ambiental da região. O termo de ajustamento é um instrumento jurídico utilizado em todo o país, mas este foi o primeiro termo nacional direcionado para a suinocultura. Assim, não havia certeza se ele atingiria seus objetivos, por isso foi elaborado um projeto de avaliação deste, sendo que o monitoramento das águas era um dos objetivos da avaliação. Instituições como a Embrapa, FAPESC e CNPq financiaram esses projetos. Construiu-se uma rede de monitoramento participativo da qualidade da água, envolvendo 12 municípios e 14 rios. No município de Irani, o rio selecionado foi o Firmino, inserido em uma região que possuía em torno de 22 mil suínos.

Mensalmente, em três pontos de coleta, foram realizadas análises de qualidade da água das seguintes variáveis: oxigênio dissolvido, pH, amônia, cloreto, fosfato, nitrato e temperatura.

Após 24 meses de monitoramento, pôde-se concluir que o principal problema de qualidade das águas do rio estava relacionado às elevadas concentrações de nitrato. De acordo com a legislação federal e estadual, o rio Firmino é categorizado como classe 2. Em algumas coletas, o limite de nitrato estabelecido para essa classe foi ultrapassado. Este elemento pode chegar às águas através de fontes de poluição orgânica como fertilizantes químicos, orgânicos, lixos e fezes humanas. Por ser uma microbacia com alta densidade animal e intenso cultivo agrícola, essas atividades devem ter sido a razão das altas concentrações. Medidas como o uso correto dos insumos como adubo e a conservação das matas ciliares certamente irão melhorar a qualidade dessas águas. O aprendizado é sempre um ponto ímpar para nosso crescimento.

O termo de ajuste foi renovado por mais quatro anos e os ganhos para a região foram imensuráveis, em âmbito econômico e social.



O matadouro

Maria Alice de Almeida
Minas Gerais

Aconteceu em uma cidade de porte médio, em Minas Gerais. Ano de 1995. O matadouro municipal localizava-se em área urbana, as instalações eram precárias e todo o resíduo gerado pelo abate de animais era despejado, sem qualquer tratamento prévio, no córrego Água Limpa, que atravessa alguns bairros da cidade antes de desaguar no grande rio. Além disso, o resto das carcaças de animais abatidos atraía numerosa população de urubus, o que era um incômodo para os moradores, além da poluição visual da cidade.

Tal situação constituía um problema sanitário para a população, pois a carne fornecida nessas condições não era segura para o consumo.

Os técnicos da VISA estadual, juntamente com a VISA municipal e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) resolveram fazer uma ação conjunta com o propósito de encontrar uma solução para o problema.

Iniciaram fazendo uma inspeção no matadouro e elaborando um relatório detalhado, com memória fotográfica, comprovando as condições inadequadas

do estabelecimento. Em seguida, procuraram a promotoria pública que, diante de tal condição, apoiou integralmente a ação dos técnicos, tornando-se uma importante aliada e, talvez, a grande responsável pela solução da questão. Todos juntos - VISA, IMA e Ministério Público - passaram a realizar reuniões com os açougueiros interessados, com a presença do então prefeito da cidade. Iniciou-se, assim, um grande debate sobre o assunto, em que todos os interessados foram ouvidos. Os açougueiros, defendendo seus interesses, discutiam a questão do custo, não tinham a mínima intenção de mudar o que estava posto. O prefeito, por sua vez, não tinha a mínima intenção de se indispor com aquela categoria de profissionais. Porém, para os fiscais sanitários, era uma questão de honra. As condições sanitárias encontradas no matadouro, as imagens impactantes assistidas no momento da inspeção - a cena dantesca de todo o sangue e fetos bovinos espalhados pelo chão, o sofrimento dos animais, o abate de forma desumana e os relatos de cidadãos comuns estranhos ao processo de abate que frequentavam o matadouro para "tomar o sangue" dos animais - certamente serviriam para nutri-las de alguma forma. Aliado a isso tudo, a poluição ambiental gerada pela condição do abate resultou na certeza da necessidade de mudança - o matadouro devia ser interditado. Para isso, a intervenção do Ministério Público, com mais poder e autoridade, foi fundamental.

Mas, o que fazer para não causar desabastecimento de carne na cidade?



Os fiscais sanitários (VISA estadual, VISA municipal e IMA) passaram a viajar pelas cidades próximas na tentativa de localizar um abatedouro ou frigorífico em melhores condições sanitárias. Enquanto isso, o prefeito da cidade continuava a se reunir com os açougueiros, sob a pressão da promotoria pública.

O resultado final dessa ação foi a construção relativamente rápida de um novo matadouro, fora da área urbana, que, se não atendia às condições de excelência, principalmente quanto à questão ambiental de poluição do rio, pelo menos se instalava em condições sanitárias mais adequadas. O abate passou a contar com melhores condições técnicas e de segurança do alimento. Os urubus sumiram da cidade...

O prédio onde funcionava o matadouro foi recuperado e hoje é uma escola pública.

Operação mercado público

Áureo dos Santos
Santa Catarina

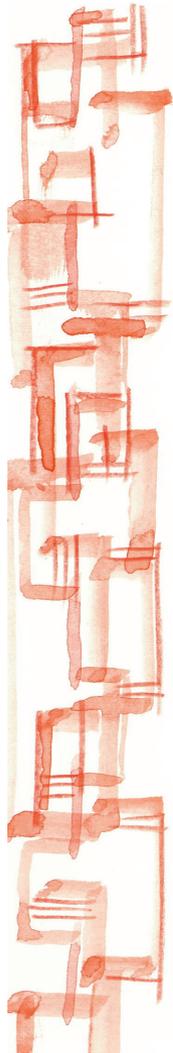
O prédio que hoje abriga o mercado público de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, foi construído em frente à Alfândega, no ano de 1898, em substituição ao antigo mercado, o qual foi demolido em 1896 após 45 anos de funcionamento. A história desse primeiro mercado é um importante marco para a cidade. Foi o debate sobre a sua localização, entre os anos de 1791 e 1848, que deu origem aos dois primeiros partidos políticos de Santa Catarina. Em sua construção, no ano de 1851, um bloco retangular de quatro faces com uma porta de cada lado veio pôr fim a uma luta travada durante meio século entre uma facção que desejava manter o mercado na praça em frente à Matriz, instalado em pequenas barraquinhas, “barraquistas”, e os que desejavam transportá-lo para onde está localizada hoje a Capitania dos Portos, “judeus”.

Nos meados de 1989, portanto, há 20 anos (1989), o mercado público possuía padrões de identidade e qualidade sanitárias abaixo da crítica. Condições impróprias de acondicionamento e conservação dos alimentos (pescados, secos e molhados, hortifrutigranjeiros); os sanitários se localizavam na sobreloja, quando era comum a presença de vazamentos, isto é, a urina literalmente pingava sobre funcionários e clientes; o sistema de coleta e

acondicionamento do lixo era desprovido de qualquer padrão físico e higiênico-sanitário plausível - uma situação nem um pouco acolhedora. Foi quando montamos a “Operação Mercado Público”, uma ação intensiva que encontrou forte resistência dos proprietários das lojas e boxes. Uma síntese da operação: sete caminhões de lixo e entulhos retirados; centenas de quilos de alimentos apreendidos e inutilizados; dezenas de autos de intimação e infração lavrados. Realizamos de forma concomitante amplo processo de educação sanitária para a saúde. Enfim, foi uma operação que causou impacto relevante na sociedade florianopolitana, muito especialmente pela participação ativa da mídia.

Hoje, o mercado público de Florianópolis é um dos principais atrativos turísticos de reconhecimento nacional e internacional, pois é diverso, democrático e inclusivo. Reúnem-se naquele espaço desde os menos até os mais favorecidos para trocar ideias, degustar comidas típicas e “jogar conversa fora”. Diante da sua atual popularidade, temos plena convicção de que fomos fundamentais se compararmos o que tínhamos com o que temos no mercado público de Florianópolis. Ou seja, a Vigilância Sanitária, além do seu inerente e indelegável poder de polícia, também deve ser compreendida como um espaço de prática social com alto poder pedagógico.





Operação mula presa

Débora Jaguaribe
São Paulo

No ano passado recebemos várias reclamações, de quase uma rua inteira, sobre o mesmo endereço. A reclamação era sobre um senhor de idade que morava sozinho e que criava mula, cabras, galinhas e patos no meio de um bairro residencial, além de acumular lixo (segundo o proprietário, era “reciclagem”) no terreno.

Na primeira visita, verificou-se, pelo lado de fora do portão, que o mau cheiro era insuportável. Foram feitas várias tentativas de vistoria, sem sucesso, pois o reclamado se escondia na casa para não atender a equipe. Começamos a mandar as notificações e autos pelo correio. No dia da primeira apreensão achamos o morador chegando de mula com a carroça cheia de bagulho e restos de alimento. Informamos que os animais iriam ser recolhidos ao abrigo municipal e que ele teria 30 dias para limpar o terreno. A mula não foi apreendida, pois o reclamado informou que precisaria dela para fazer a limpeza do local.

Passado o prazo de 30 dias, nada fora feito. O processo foi encaminhado para o Jurídico, rodou, rodou, até que foi decidido que a prefeitura iria fazer a limpeza do local. Marcamos então a intervenção com o serviço de

limpeza municipal, caminhão, o abrigo de animais, a guarda, entre outros, e fomos até o local. Chegamos bem cedo e pelos buracos do muro deu para observar a mula do lado de dentro, além do aumento da quantidade de material acumulado. O senhor de idade tentou fugir, mas não conseguiu. Com muito cuidado, informamos ao morador que iríamos fazer a limpeza e naquele momento ele tentou argumentar, mas não teve jeito: entramos e começamos a retirar o material às 9:00 horas da manhã. Procuramos a mula por toda parte, porém não a encontramos.

As 13:00 horas da tarde já havíamos retirado 10 caminhões lotados de lixo, entulho e sujeira, quando um funcionário olhou por um dos buracos da casinha humilde daquele senhor e viu um olho olhando para ele, levou um susto e alguns minutos para entender aquela situação, até que percebeu que era o olho da mula, que ficara escondida dentro da casa o dia inteiro só olhando a movimentação pelos buracos da casa.

Como não tivemos autorização para entrar na residência, não pudemos retirar o animal, mas no final do dia, às 22:00 horas, havíamos retirado 17 caminhões lotados, além de eliminarmos várias famílias de ratos e baratas do local.

História da Vigilância Sanitária do município da Estância Turística de Piraju

Sonia Maria Nicolosi Barbosa
São Paulo

Tomei posse em 21 de outubro de 1982 em decorrência de concurso público para o cargo de agente de saneamento efetiva em uma unidade de saúde que contava com um setor de saneamento básico, na época, sem qualquer estrutura de trabalho. O setor contava com um funcionário já em fase de aposentadoria, que fazia visitas esporádicas a estabelecimentos de gêneros alimentícios, fazendo anotações em caderneta de controle da alimentação pública e atendendo reclamações da população decorrentes do meio ambiente, criação de animais e problemas oriundos da falta de infraestrutura de saneamento básico.

Todo trabalho era feito sem qualquer critério estabelecido e acompanhamento que pudesse ter um diagnóstico da situação, cumprindo a legislação sanitária em vigor.

A partir daí fiz um levantamento no município de todos os estabelecimentos na área de alimento, elaborando um cadastro de cada um, no qual os interessados, por meio de requerimento e documentação necessária, solicitavam o alvará sanitário que os habilitava a funcionar após serem vistoriados e depois de atendidas as normas sanitárias de acordo com o código sanitário em vigor (De-

creto nº. 12.342, de 27 de setembro de 1978).

Todas as vistorias eram feitas com orientações educativas de higiene pessoal, higiene do local, cuidados na manipulação dos alimentos, procedência da matéria-prima e acondicionamento adequado dos produtos expostos à venda. As construções novas eram submetidas ao acompanhamento da obra pela Vigilância Sanitária, de acordo com projeto aprovado pela engenharia da prefeitura; as adaptações nos prédios eram feitas de acordo com a atividade pretendida, com concessão de prorrogações de prazos, estabelecendo sempre critérios na tentativa de alcançar os objetivos propostos.

Para atendimento às reclamações, havia um protocolo no expediente que gerava um processo que o diretor da unidade encaminhava ao setor de saneamento básico para vistoriar e informar até a solução do problema, independentemente de quantas vistorias fossem necessárias.

O saneamento básico foi muito bem trabalhado, começando pelo abastecimento de água tratada no município, sendo reivindicada a cobertura total na zona urbana. A rede coletora de esgoto era deficiente, na época, e vários bairros tinham seus esgotos em fossas não recomendadas, gerando problemas sanitários. As fossas enchiam-se rapidamente tendo em vista que os resíduos





sólidos e líquidos eram despejados nas mesmas. As reclamações eram muitas; quando ocorria o extravasamento dessas fossas, o solo pedregoso dificultava a abertura de novas fossas, era necessária a notificação do setor para a operadora contratada - SABESP - requisitar caminhões limpa-fossas para amenizar o problema.

Muitos relatórios foram encaminhados à administração pública por meio do Executivo e do Legislativo para a implantação da rede pública de esgoto (obra muito cara). Foram feitos trabalhos de conscientização junto à população na reivindicação das obras de saneamento básico.

A coleta e o destino final do lixo eram precários, tendo em vista que a coleta de lixo não era diária em todos os bairros e o destino final era o lixão a céu aberto. Todo um trabalho de conscientização da população em relação ao acondicionamento adequado do lixo até a coleta pública foi feito com orientações, cobranças e notificações. Da administração pública, por intermédio do Executivo e do Legislativo, sempre foram cobradas ações de melhoria para o saneamento básico.

Os meios de comunicação sempre foram usados na conscientização da população e na tomada de decisões políticas em favor das condições de vida e de saúde da população. Enfrentamos uma enchente em nosso município, ocasião em que tivemos a oportunidade de aprender muito nas tomadas de decisões e nas ações preventivas relacionadas à contaminação dos ambientes

afetados, contando com o apoio técnico de nossas regionais sempre que precisamos.

Após um ano e sete meses, foram chamados os quatro remanescentes do concurso público no qual fomos aprovados e classificados, tendo o diretor técnico da unidade requerido a minha chefia para a equipe constituída. Iniciamos, então, uma nova etapa de trabalho, fazendo um levantamento no município com base em um roteiro com informações de saneamento básico resgatadas de cada imóvel residencial, comercial e terrenos baldios, obtendo, assim, um diagnóstico da situação de saneamento básico em nosso município.

A partir desse parâmetro muitas foram as conquistas na luta por melhores condições de moradia, de lazer e de saúde.

O município foi dividido em setores de trabalho para cada agente de saneamento, que assumiu a sua responsabilidade e comprometimento com o trabalho. Começaram as capacitações, que vieram para complementar a experiência prática nas fiscalizações.

Toda feira livre era fiscalizada com orientações, desenvolvendo-se ações educativas de prevenção e punitivas, quando necessárias. Foi realizado um trabalho na feira livre, comércio de carnes e produtos perecíveis sem as condições necessárias para garantir a qualidade dos produtos comercializados.

A legislação sanitária passou a ser aplicada com mais rigor nas reincidências de infrações cometidas e a Vigilância Sanitária ganhou espaço na fiscalização, passando a ser mais respeitada e



valorizada.

A Vigilância Sanitária da Estância Turística de Piraju combateu o abate clandestino e o leite in natura, com intenso e incansável trabalho, envolvendo a Secretaria da Agricultura, a administração pública por intermédio do Executivo e Legislativo, a promotoria pública, a segurança pública e a Associação Comercial. Foram feitas inúmeras reuniões com o público interessado, com o objetivo de conscientizá-lo sobre o problema, de traçar metas e definir estratégias para a solução do problema. Foram muitas as ações de apreensão e inutilização de carnes, leite e seus derivados, de penalidades de multas e advertências para essas e outras infrações de natureza sanitária.

Muitas foram as ações de apreensões e inutilizações de produtos nos estabelecimentos licenciados e no comércio clandestino, advertências, multas e interdições de estabelecimentos, sempre obedecendo a uma sequência de trabalho educativo, propondo prazos, prorrogações de prazos, notificações, ficando como última opção as penalidades.

Tivemos o apoio da promotoria pública, da segurança pública e da administração pública, sempre que necessário, no exercício da função fiscalizadora e no cumprimento da legislação sanitária.

Hoje nós conquistamos um espaço na fiscalização como órgão de respeito e bastante procurado pelos

usuários, seja buscando informações e orientações quando do licenciamento de seus estabelecimentos ou para reivindicar direitos sanitários quando se sentem lesados.

A Vigilância Sanitária do município de Piraju realiza treinamentos mensais para os funcionários e proprietários de estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, para prestadores de serviços de saúde, reúne-se, sempre que necessário com os educadores dos departamentos de educação, creches e outros em situações de agravo à saúde, como: dengue, febre amarela, febre maculosa, influenza A (H1N1) e outros contextos, de acordo com a realidade do município e região, desenvolvendo projetos, ações preventivas e acompanhamento.

A Vigilância Sanitária no município possui uma equipe estruturada para desenvolver as ações que lhe são atribuídas, possui espaço físico próprio, com infraestrutura necessária.

Piraju possui hoje:

- 100% de abastecimento de água tratada e controlada pelos Programas Pró-Água e SISÁGUA;
- 98,70% de rede coletora de esgoto;
- 80% de tratamento de esgoto;
- aterro sanitário adequado; coleta seletiva de lixo; e
- coleta de lixo séptico terceirizado para os geradores do referido lixo (públicos e privados).

Poética do plano diretor de Visa - fragmentos de uma construção regional

Daniella Guimarães Araújo
Minas Gerais

Oficina do PDVISA. Um padre abençoa a abertura do evento, relacionando o trabalho do Cristo com a ação humanística da Vigilância Sanitária na promoção da vida. Um moço da terra canta e toca ao violão, sob o silêncio quente da tarde, o Hino Nacional: “verás que um filho teu não foge à luta”. Com olhos de vigília, dona Geralda diz: – “Eu vim porque amo a minha cidade”. Lá fora, o rio Paraúnas corre; lá fora, o trem carregado de minério indo para Montes Claros; lá fora, um bando de crianças voltando da escola, um deles espia como bom mineiro: “que reunião é essaqui?”

E do lado de dentro, soma de gentes. Remédio pro mundo a partir do um-mais-um. Lá dentro, gente da saúde, do meio ambiente, das escolas. Gente do comércio, o dono da padaria, do açougue, da farmácia. O doutor da agricultura, o advogado, o bombeiro. O Conselho Tutelar, os conselheiros municipais de saúde. Lá dentro, o prefeito, o secretário de saúde, os vereadores. O pessoal da prefeitura, agentes comunitários, a enfermeira do PSF. Os missionários, o padre Pedro. Lá dentro, os cidadãos da cidade. E a proposta da Vigilância Sanitária. Todos atentos, alguns apreensivos como se perguntassem: “o que estou fazendo aqui?”

E então a voz de Mercedes Sosa canta: “Eu só peço a

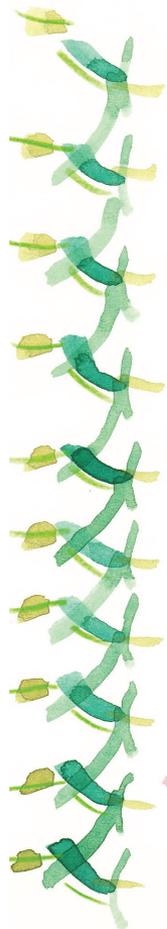
Deus que a injustiça não me seja indiferente”.

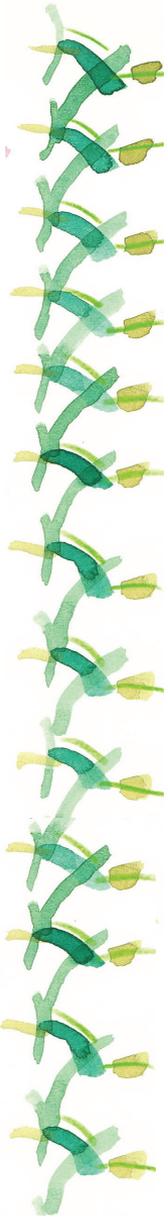
Estão abertas as mentes e as almas. Numa oficina, todos podem ter vez e voz. Formamos o círculo, a roda. Símbolo dos vínculos necessários. Apresentamo-nos uns aos outros. Somos habitantes da mesma cidade, para a qual sonhamos sonhos democráticos.

Falamos então dos objetivos e, com as falas de todos, somamos os problemas que afetam o coletivo. “Problemas são problemas demais” e são tantos os riscos...

Sabe, doutora, no meu bairro, os meninos brincam em poças de esgoto e não tem água que chegue não, pra mim problema são os caramujos africanos invadindo tudo, aqui a gente da Vigilância é xingado pelos comerciantes e como é que faço se ainda não tenho um código de saúde pra tratar meus problemas?O que vamos fazer com tantos animais soltos na rua?E eu que não tenho nem mesa e computador pra trabalhar? E a falta de educação sanitária do povo, o que vamos fazer?

E sobre o lixo, problema que se agrava nessa cidade, como resolver? E como salvar o rio poluído? Grave, moça, é o caso dos chiqueiros no bairro onde vivo. E a falta de tratamento do esgoto e a quantidade de ratos na cidade? E os adolescentes que se





drogam cada vez mais? O pior daqui é a pobreza, gente, tanto lixo amontoado, o cheiro ruim da lagoa, a falta de água tratada, o consumo de remédio pra remediar a alma da gente...

“Problemas são problemas demais”. E então, com olhos vivos e participantes, priorizam um problema, “vamos ver se trabalhamos o impacto da VISA nessa questão”. Vamos registrar aqui o nosso plano. O que vimos com olhos vigilantes, o que queremos, quem serão nossos parceiros, quem responde por isso, em que tempo e que metas nossos olhos pretendem ver quando o prazo do trabalho se consolidar.

Então, muitos grupos conversam, trocam ideias, a palavra diálogo torna-se atitude, duas lógicas, a minha e a do outro. Mentos coletivas. A sua bênção, Paulo Freire. Em sua honra, Paulo Freire, Sérgio Arouca, Bakhtin, Habermas. A Vigilância Sanitária dá um salto. Reúne gente, põe sua pauta no dia. A rádio comunitária chama. O secretário de saúde convida, o coordenador da VISA é ouvido, a CIB discute, o Conselho aprova ou desaprova. Reúne gentes das mais diversas. Ousa ouvir quem precisa soltar a voz. Vai além do usual, além dos documentos, das programações, termos de ajustes, além das inspeções, além do que é rotina. E planeja. Estrategicamente. Problemas locais, ideias locais. Mas da minha aldeia, vejo o mundo, como Neruda escreveu. Vejo cidades, territórios, relações de interdependência.

Vejo que as estratégias devem ser somadas. Trabalhos de ousadia nos esperam. Um dos conceitos de integralidade diz sobre “dar respostas aos problemas de saúde”. Aquilo que incomoda nas muitas cidades deste vasto país.

A VISA caminhou, fez seus planos, pôs gente na roda para sonhar cidades saudáveis, nosso melhor objeto. Fizemos uma parte. Transitamos entre muitos corações e vozes nesses últimos tempos. Precisamos agora de parcerias nas respostas.

União, estados, municípios. Só seremos sistema se ordenarmos desafios e recriarmos nossas práticas. Dar respostas ao povo das cidades, aí deve estar pactuado nosso dever de cada dia, como construtores desse SUS que queremos.

No final de muitas reuniões, estratégias ordenadas, planilhas feitas, “obrigada moça, aprendi muito por aqui. Não vamos deixar no papel, vocês voltam?” A missionária fala do amor, olhos cheios d’água, canta a canção para despedir, o final é como festa de mineiros, abraços fortes e mesa farta. “Podemos continuar juntos?” “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”, vozes de muitos sujeitos...

Parece assim mesmo, feita de romantismo. “A saúde é a vida da gente, dona”. Poética como deve ser. Emancipadora de sujeitos, saúde para transformar histórias, para socializar poderes e construir mundos ditosos. Os planos diretores: para libertar da palavra a práxis transformadora. A política feita para as cidades que tanto amamos.



Há alguns dias fomos reinspecionar um moinho, muito antigo, que ainda utiliza moenda de pedra. É bem famoso na cidade de menos de 3.000 habitantes, próximo de Passo Fundo. Havíamos solicitado que promovesse adequações na área física e fomos verificar como tinha ficado.

Ao chegar, a parede pintada de um verde muito vivo já indicava que haviam feito alguma melhoria. O proprietário veio nos acompanhar e, contente, foi mostrando as modificações. O homem é um “gringo” (descendente de italiano), daqueles que fala muito e alto. Em primeiro lugar, quis mostrar o lavatório. Elogiamos o fato de ter colocado o lavatório e ter o sabonete líquido, com papel-toalha, mas então perguntei:

– “Por que tão alto e rodeado por uma parte de uma parede de PVC?” O proprietário disse que achou que ficava mais bonito. Eu e meu colega só nos olhamos e depois entre nós comentamos que tinha ficado meio esquisito. Continuando, comentei: – “Mas este lavatório tem jeito que é pouco usado”. Ele, rápido, falou naquele sotaque carregado: – “Bem, é que os ‘home’ ainda não mudaram o ‘carrero’, continuam indo no banheiro lavá as mãos”. Insistimos na necessidade de treinar os

Precisa entender italiano

Maria Aparecida Ferreira Frozza
Eudes Casarin
Rio Grande do Sul

funcionários e orientá-los da importância da lavagem das mãos. Perguntamos se ainda comercializava farinha para os consumidores. Ele respondeu: – “Ah! As nona vem aqui e pega farinha. Querem sempre o mesmo preço e me levam os pacotes debaixo do sovaco. Bem... bem, não vale a pena”. A conversa foi o tempo inteiro mais ou menos desse jeito. Para completar, perguntei se tinha feito uniforme novo. E ele: – “Sim, até eu uso pra entregar farinha. E o povo diz que eu pareço o doutor do município. E pros funcionários mandei fazer os uniformes. Sabe... o avental e a bareta” (touca em italiano). O jeito de falar com sotaque e misturando palavras utilizadas no interior e algumas em italiano fez com que a cena ficasse bem engraçada. É claro que falamos normalmente sem demonstrar que estávamos com vontade de rir.

Na viagem de volta para a regional ficamos conversando e concluímos que conseguimos nos entender com eles porque eu moro há anos na região e casei-me com um “gringo” e o meu colega é “gringo”. Mas ficamos pensando que talvez não fosse muito fácil para alguém de fora entender a cultura e o jeito de falar. E chegamos à conclusão que para trabalhar nessa região precisa entender um pouco de italiano.

Reminiscências da “VISA real”

Márcia Aparecida Ferreira Nakamura
Minas Gerais



Em 2000, com 14 anos de serviço público no estado de Minas Gerais, sentia-me insatisfeita e desmotivada com o meu trabalho, o que acarretou uma grave crise existencial. Há muito não me empolgava mais com o meu trabalho, pelo contrário, era motivo de tristeza e aborrecimento. Em meio a dias turbulentos vislumbrei a possibilidade, pela formação em Direito, de compor a equipe de Vigilância Sanitária na parte de processos administrativos. Não sabia direito o que de fato fazia um profissional de VISA, precisava de mudança e agarrei-me como pude à oportunidade que me foi oferecida. Esse fascinante campo logo me seduziu por completo, exigindo dedicação e muitas horas de estudo. Agradou-me o exercício constante na difícil arte de negociar e administrar conflitos.

Inúmeros episódios marcaram esses meus nove anos de Vigilância Sanitária. Tenho orgulho de ter trabalhado e trabalhar com profissionais éticos e responsáveis, verdadeiros amigos que fazem parte da minha história de vida. Juntos protagonizamos situações engraçadas, como as inspeções em certo hospital psiquiátrico no qual meu amigo, a quem chamarei de Galã, arrancava suspiros apaixonados das pacientes e gargalhadas nossas, quando tínhamos que livrá-lo dos braços de suas “amadas”. La

Galã adentrando no estabelecimento agarrado à sua indefectível prancheta, como náufrago à tábua de salvação, e tão logo emergia no imenso corredor de acesso à enfermaria feminina era cercado, ora por uma, ora por outra paciente. Tentavam beijá-lo e abraçá-lo e durante os quatro anos em que trabalhamos juntos mantiveram-se fiéis e apaixonadas por meu amigo.

Em uma ação conjunta com o Ministério Público e Polícia Militar, certa vez, pela pouca experiência que tínhamos e sentindo-nos intimidados por todo aquele aparato legal, vivemos momentos de angústia. No auge da ação ouço meu amigo Galã abordar um militar que nos acompanhava e dizer: – “Sargento, me dá um abraço”. Rimos muito dessa sua tirada, que ironicamente traduzia nosso nervosismo e, por que não, desamparo. O zeloso militar, até hoje - imagino - atravessa a rua imediatamente ao avistar Galã. Mesmo nos momentos mais difíceis o Galã nos fazia rir tornando tudo mais leve e nos ensinando que rir é sempre o melhor remédio.

Recordo-me de uma inspeção em uma clínica quando, após nos identificarmos como fiscais sanitários, incrédulos ouvimos a mal humorada atendente dizer que o banheiro ficava no final do corredor. Diante dos nossos olhares estupefatos, prosseguiu infame: – “Não é isto que vocês vieram olhar?”. Indignados e reduzidos a fiscais de sanitário, tentamos em vão conscientizá-la da



amplitude e importância do nosso trabalho.

Em outra ocasião, em uma drogaria, depois de quase nos envolvermos em um sério acidente de carro durante o trajeto, por imperícia do nosso motorista, lembro-me da pressão sofrida por políticos e um membro do Judiciário. Bem relacionado, o proprietário recebia importantes figuras e a todos, como bom anfitrião, servia uma cerveja gelada no balcão de sua drogaria. Durante a ação, uma das providências tomadas foi lacrar o armário de medicamentos controlados, por irregularidades: dentro havia suas algemas e soco inglês; ou seriam do amigo do Judiciário? Seriam os inusitados objetos usados para recepcionar a nós, pobres fiscais? Não sei, só sei que a todas as pressões resistimos bravamente sem nos render. Hoje são somente lembranças... fragmentos de uma história... histórias da VISA real.



Salvos pelas fotos

Maria Alice de Almeida
Minas Gerais

Existem, no setor regulado, pessoas muito difíceis de lidar; ou porque se acham acima do certo ou errado ou porque acham que as irregularidades encontradas são críticas ou perseguição pessoal ou, ainda, porque acham que são poderosas demais para serem questionadas... A inspeção então se torna mais difícil, como foi no caso dessa indústria de alimentos, fabricante de diversos tipos de doce. A empresa localizava-se em área rural e era propriedade de um advogado conhecido na cidade.

A indústria foi alvo de várias denúncias em relação à qualidade do alimento produzido. Seus produtos tiveram laudo de análise insatisfatório por presença de sujidades, em programas de monitoramento da qualidade; denúncias de produtos deteriorados por causa de mofo nas prateleiras dos supermercados, ainda dentro do prazo de validade; e outras mais. Durante a inspeção sanitária ficaram comprovados todos os desvios de qualidade que naturalmente justificavam as denúncias contra a empresa, tanto de ordem estrutural, como nos procedimentos inadequados adotados na produção. Tudo isto foi detalhado em relatório de inspeção.

A empresa foi infracionada e foi instaurado processo administrativo.

Tão logo foi comunicado por seus funcionários sobre a ação da VISA e de posse do relatório de inspeção, o proprietário, com seus argumentos de advogado, não tardou em apresentar uma defesa desqualificando a fiscalização, afirmando que as conclusões eram “ eminentemente subjetivas ”; que conceitos e adjetivos variam de pessoa para pessoa; que a conclusão que se tira do auto é que a fiscalização impingia a uma empresa séria a pecha de imunda; e ameaçando os fiscais à retratação do dano material e moral causado”.

Acontece que, durante a inspeção, foram feitas fotografias e estas comprovavam as irregularidades citadas no relatório inicial e serviram de base para contestar a defesa do advogado. Neste embate, foi impossível argumentar contra as imagens registradas e ele não teve outra saída senão acatar a penalidade imposta pelo processo administrativo sanitário.

Passado o tempo, o produto foi perdendo cada vez mais a qualidade, diminuindo o tempo de vida útil de prateleira.

Hoje a empresa já não existe mais...

O mercado mesmo tratou de excluí-la.

Uma vitória para a VISA

Gisele de Queiroz Mendes Rodrigues
Minas Gerais

Antes da implantação da VISA, o município de Chapada Gaúcha enfrentava sérios problemas que traziam muita preocupação para o serviço de saúde pública. Um deles era o comércio de leite in natura.

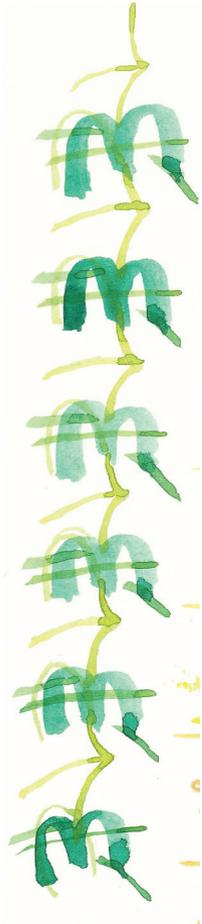
Chapada Gaúcha, localizada no norte do estado de Minas Gerais, possui população aproximada superior a 10 mil habitantes, tendo em sua sede quase 4 mil habitantes. O serviço de VISA começou a atuar no município a partir do mês de abril de 2006 e, para surpresa de todos, foi relativamente bem aceito pela sociedade, que há muito se queixava das duvidosas condições de higiene e limpeza dos produtos comercializados.

Sendo assim, no caso do leite, todo o produto comercializado em supermercados, padarias e principalmente entregues em domicílios era in natura, desprovido de qualquer análise. Em alguns casos o leite era comercializado em garrafas tipo pet e em sacos plásticos, empacotados pelos próprios comerciantes.

No ano de 2005, com o programa "Leite pela vida", o leite entregue aos beneficiários deveria ser pasteurizado. Dessa forma, um produtor rural, Sr. J. Leite, juntamente com sua família, resolveu abrir um laticínio, inscrevendo-se no programa supracitado, passando a pasteurizar todo o leite necessário para atender o programa, além do que seria fornecido ao comércio varejista local.

Como forma de controle dos alimentos comercializados no município, a Vigilância Sanitária Estadual, juntamente com a equipe de Vigilância Municipal, realizou uma inspeção sanitária no laticínio e, além de observar todo o local, colheu amostra do leite e submeteu para análise em laboratório de referência estadual. O resultado da análise chegou até nosso conhecimento, demonstrando ótima qualidade do produto, com 100% de pureza, ou seja, próprio para consumo humano.

Diante do fato, Chapada Gaúcha está, hoje, livre do comércio de leite in natura e das possíveis doenças transmitidas através dessa prática. E esta conquista só foi possível graças ao esforço da sociedade chapadense e à parceria com a VISA.





VISA: quebrando paradigmas por meio da vivência prática

Lilyan Cristina Rocha Michaloski
São Paulo

O que pretendo partilhar com vocês é um pouquinho de como caí de “para-quedas” na Vigilância Sanitária. Entrei para o serviço público em 1985 e desde então fui experimentando vários setores, comecei em uma unidade básica como atendente de enfermagem, fui para uma regional de saúde em 1989 e foi neste último local que descobri a Vigilância Sanitária.

Não sabia direito o que era, mas como havia concluído graduação em Direito, achei que tinha alguma coisa em comum com a área, pois vivia ouvindo pelos corredores que era uma área permeada por legislações.

Em 1995, fiz minha estreia na VISA. O primeiro dia foi catastrófico, fiquei em uma mesa e deram-me uma pilha de processos para ler, ficando eu sem entender “nada com coisa alguma”.

Dentro de mim somente uma pergunta: O que é Vigilância Sanitária?

A primeira impressão que tive foi de um órgão extremamente cartorial e burocrático e não fiz ligação alguma com promoção à saúde. Fui embora pensando se havia feito a escolha certa.

A Vigilância contava com reduzido quadro de profissionais e na sua maioria pessoas com idade e tempo de serviço para se aposentar, portanto, alguns bastante desmotivados.

Na regional, a Vigilância Sanitária sempre foi uma área em que poucos queriam trabalhar e eu por vontade própria havia solicitado ao diretor que me colocasse nela. A área top sempre foi o planejamento (assistência), a qual concentrava a maior parte dos profissionais com nível universitário.

Devagar e praticamente solitária, fui desvendando esse enigma chamado “Vigilância Sanitária” e fui me apaixonando pela área. Descobri sua missão e como suas ações estão presentes na vida diária das pessoas. Uma vez, li um texto de Monteiro Lobato que dizia:

As nossas crianças chupam balas coloridas com tintas mineiras nocivas à saúde e comem chocolate em que a manteiga é substituída por margarina de algodão. A marmelada é feita de chuchu, banana podre, um sexto de marmelo e tinta de urucu. Há um grande comércio de garrafas vazias com os rótulos perfeitos; há um pó-de-arroz para uso de toucador preparado com sais de chumbo. Há cigarros feitos com fumo lavado em gasolina e outros em cozimento de papoulas... São Paulo virou o paraíso da fraude bromatológica. Indefesa como está a cidade, confiada como está



a fiscalização a uns fiscais que fiscalizam para si... São duas coisas que, arre! Valem a pena: falsificar e fiscalizar (Lobato apud Costa, 1999).

São 14 anos de Vigilância Sanitária, de descobertas em uma área tímida que permaneceu muito tempo como um campo à margem da saúde pública. Sinto que as últimas décadas foram fecundas para o desenvolvimento da Vigilância Sanitária, no Brasil marcadas pela grande produção de conhecimentos, pelo enfoque na prevenção e na promoção à saúde, bem como pelo processo de globalização no qual as fronteiras se rompem e reorientam a produção dos bens de consumo.

Ainda surgem entraves na operacionalização dos serviços, subsidiados pela atuação da Vigilância Sanitária que conflita com os interesses do setor produtivo em favor dos interesses coletivos de proteção, promoção à saúde da população, pelo viés da ingerência política e pela pouca atenção dos gestores para com a área e a escassez de recursos financeiros.

Assumi a diretoria da Vigilância Sanitária Regional de Botucatu em 2007, a qual abrange 30 municípios do interior do estado de São Paulo, e costumo ressaltar que, como no primeiro dia de trabalho na VISA, nos idos de 1995, ainda estou a desvendar esse enigma, agora com outro olhar, de modo encantador e principalmente atestando a importância da área como parte essencial da saúde pública como promoção e proteção da saúde da população, mesmo que a maioria das pessoas nem saiba que na sua rotina as ações da VISA estão absolutamente presentes!



VISA em defesa da população

Antonio Divino de Oliveira
Minas Gerais

Trabalhamos em defesa da população diante de um parâmetro mínimo, mas com responsabilidade e competência, para assim minimizar os riscos à população. Parâmetro mínimo porque às vezes trabalhamos com poucos funcionários da área (VISA), mas o que fazemos é com prazer, responsabilidade e com grande apoio da GRS.

Um acontecimento relevante foi quando deparamos com um surto de intoxicação por alimentos; 25 pessoas que fizeram suas refeições em uma cantina clandestina. Investigamos todos os pacientes, coletamos materiais e enviamos para a FUNED, laboratório de referência do estado. O resultado foi imediato. Os pacientes foram tratados com sucesso. A bactéria constatada foi a salmonela por contaminação cruzada. Tivemos todo o apoio da GRS, por intermédio da equipe da VISA. A cantina foi fechada, respondeu processo administrativo e foi multada. Para reabrir, passou por curso de boas práticas no serviço de alimentação, com mentalidade renovada.



VISA não tem tamanho

Adilson Alves Cassoni
São Paulo

Já se passaram quase 10 anos. Morando em uma cidade pequena de aproximadamente 3.000 habitantes e com toda uma gama de complexidades inerentes à problemática de um município de pequeno porte, comecei a trabalhar como agente de saneamento e único funcionário da VISA municipal. A lei que acabava de criar a VISA e a VE no município entrara em vigor e foi realizado o concurso público para nomeação do agente que assumiria o cargo e seus encargos. O diretor de saúde na época entregou-me o código sanitário e disse-me: – “Toma, se vira e desenvolva a Vigilância Sanitária no município”.

Fiquei perdido, nunca havia trabalhado em qualquer serviço administrativo, tampouco público, sempre havia sido vendedor. Como prestei o concurso municipal e fui aprovado, acreditei que teria alguma capacitação para assunção das responsabilidades atribuídas e que haveria uma equipe para acompanhar.

Segui o aconselhamento do diretor de saúde e, como não sou quadrado, “me virei”. Primeiro comecei a pesquisar e ler tudo que encontrava sobre Vigilância Sanitária. Hoje, com a internet, é fácil fazer pesquisa sobre o assunto, mas naquela época tampouco tinha um computador à minha disposição, muito menos acesso à internet.

Aos pouco fui criando todo o protocolo de ações, sistematização dos dados, arquivos e legislações pertinentes às ações e VISAs, etc. Criou-se uma equipe (embora apenas com nomes para formalizarem-se as exigências legais, mais conhecido como “pro forma”) e com o auxílio de mais um agente de saneamento passamos a atuar, fiscalizar e fazer por nos reconhecerem como autoridades sanitárias municipais.

O tempo passou e, como acontece em municípios pequenos, temos de desempenhar vários papéis e funções, não apenas para cobrir lacunas na falta de mão-de-obra especializada, mas também para poder acrescentar algum dinheiro extra. Nas horas vagas, desempenho o papel de fotógrafo profissional (o único no município). Não dá para se ganhar quase nada, mas pelo menos não tenho custo na manutenção dessa atividade e considero mais um hobby.

Em uma visita do procurador da república em nossa cidade, fui contratado para fazer a cobertura fotográfica bem como a filmagem da reunião junto às autoridades municipais.

Acontece que, naquela mesma época, havia um processo na VISA de um empresário que estaria contratando mão-de-obra de famílias carentes de várias regiões para trabalharem na exploração de resinas no perímetro rural do município. Existem em nosso



município muitas terras devolutas e de propriedade do governo federal, com plantações de eucalipto e pinus, bem como a existência de vários acampamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST). Esse empresário, aproveitando-se da presença dos acampados, trazia mais famílias para ali se instalarem, com a promessa de emprego e de terras que conseguiriam junto ao movimento social. Na realidade, as famílias acabavam se sujeitando a um trabalho escravo em troca de comida e sem a mínima condição salutar de moradia e dignidade.

O problema já havia sido detectado e por várias vezes o empresário havia sido convidado pela Câmara Municipal para tentar desenvolver um plano para sanar o problema e dar melhores condições de vida para aqueles que ali se encontravam prestando-lhe serviços. Todas as vezes o mesmo se comprometia a construir moradias e condições dignas para o desenvolvimento do trabalho bem como para seus familiares, mas, como sempre, não passava de promessas.

Como ninguém conseguia achar solução para o problema, abri um processo e passei a averiguar as condições de vida dos moradores daquele local. Fiz um completo relatório da realidade local, com fotos, depoimentos e, inclusive, um histórico médico dos trabalhadores junto ao posto de saúde municipal.

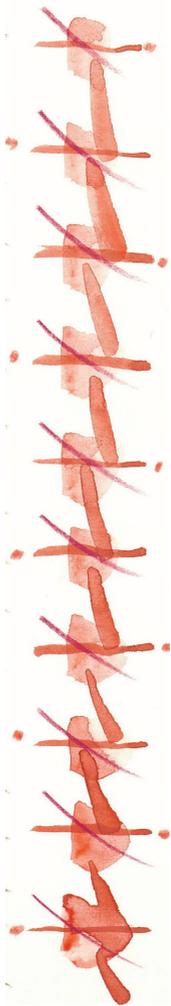
Com posse desse material descobri que muitas famílias haviam procurado a saúde pública com problemas de viroses com sintomas de diarreia, dor de estômago e

demais problemas que indicavam ter origem na ingestão de águas ou alimentos contaminados.

Continuei minha investigação coletando águas dos locais onde os moradores a recolhiam para o seu consumo e encaminhei-as para análise no Instituto Adolfo Lutz's, cujo resultado não foi surpresa: todas foram consideradas impróprias para consumo humano.

Voltando à visita do procurador da república, em meio à já conhecida "rasgação de seda" por parte de alguns políticos locais, tomei coragem e quando o secretário de saúde municipal deu uma "brecha", questionei o procurador em relação à iminência do risco de saúde pública daquela população considerada "flutuante" pelas autoridades e pelo governo. O secretário de saúde, mais do que rapidamente, tentou explicar o caso, dando-lhe pouca importância, mas o procurador demonstrou se interessar pelo detalhe do que estava acontecendo. Como eu estava lá apenas para filmar e ao perceber que o secretário de saúde estava se enrolando todo para dar as explicações - afinal, praticamente ele não tinha nenhum conhecimento do fato -, entreguei-lhe a filmadora, rapidamente expliquei como manejá-la e passei a narrar o histórico dos fatos, detalhe por detalhe, afinal "eu sabia de cor-e salteado" todos os pormenores processuais.

Para quem observava, foi cômico: eu, um agente de saúde dissertando sobre o assunto com total conhecimento de causa, sendo que a maioria ali presente (vereadores e autoridade municipais) tinha apenas noção dos fatos. Enquanto discursava para os presentes, solicitei ao outro agente de saneamento que corresse até a VISA e trouxesse o processo completo. De posse dos



documentos, apresentei as fotos e os depoimentos dos moradores e toda e qualquer prova que solicitassem sobre o caso.

O procurador da república fez questão de levar o processo original, mas após pequena discussão convenci-o a levar um cópia xerográfica, pois o processo jamais poderia sair da VISA sem uma intimação judicial.

Depois disso, muitas pessoas vieram falar que eu era louco, que estava “procurando confusão para a minha cabeça”, que o empresário iria mandar me matar, que eu seria chamado para depor contra ele e que o mesmo teria dinheiro suficiente para, por intermédio do seu advogado, inverter o processo e que acabaria me processando por abuso de poder, etc. Muitas pessoas para criticar o trabalho feito quando ninguém havia realmente assumido o compromisso de solucionar definitivamente o problema.

Pois bem, aproximadamente 15 dias após a visita do procurador, uma caravana de veículos oficiais chegou à nossa pequena e pacata cidade. Viaturas da Polícia Federal, Delegacia do Trabalho, Ministério Público, Receita Federal e carros da imprensa televisiva para cobertura do caso.

O empresário responsável pela exploração dos trabalhadores saiu algemado, com voz de prisão, flashes dos jornais e a mira das câmeras. Nossa cidade e o caso apareceram nos principais jornais televisivos naquele dia e por eles fiquei sabendo que todos os funcionários por ele explorados seriam registrados em carteira, receberiam todos os direitos, inclusive os atrasados, além de indenização para poderem voltar às suas cidade de origem. Todos os barracos foram desmontados e o principal processo pelo qual ele estaria respondendo era pela insalubridade detectada nas águas para consumo, que estaria colocando em risco a vida dos trabalhadores e de seus familiares.

A minha participação com este depoimento visa, antes de mais nada, a mostrar a todos os agentes de Vigilância Sanitária a responsabilidade e principalmente a autoridade que nos é depositada como principal norteador do risco à saúde pública e principalmente como desenvolvedor de ações preventivas. Apesar de nosso salário ser baixo e muitas vezes sermos desacreditados pela população, se realmente vestirmos a camisa e trabalharmos com afinco e objetivo, as soluções dos problemas sob nossa competência serão sanados; a população - nossa principal demanda - terá seus direitos preservados; os opositores - aqueles que denigrem nossa imagem e torcem pelo nosso insucesso - terão suas bocas caladas; e nós, trabalhadores VISAs, teremos nossa consciência limpa quando nos deitarmos para o sono dos justos.

Você só me traz bosta, Valdir

Fabício Zerves
São Paulo

Era o ano de 2004 e muito esporadicamente algum usuário fazia uma reclamação problemática na VISA municipal. Eis que num belo dia daquele ano uma senhora adentra a minúscula (imaginem uma cabeça de porco) sala da VISA, na época, para fazer uma reclamação.

A tal senhora era de São Paulo e depois de viver com seu marido e filho por muito tempo naquela loucura de cidade, resolveram se instalar em algum lugar calmo e tranquilo quando da aposentadoria do marido. Eis que numa das viagens do casal passaram por um pequeno, porém hospitaleiro e calmo, município do centro-oeste do estado de SP. Pesquisaram e encontraram o local perfeito: um sítio a pouco mais de 2 km de distância da pequena cidade. Já tinha uma casa construída, uma nascente e riacho, estrutura para gado, cerca, etc. Foi só felicidade.

Pois bem, tal felicidade durou pouco, pois algumas semanas depois de se mudarem começaram a aparecer sintomas de alergia por todo o corpo dos familiares. Coceira, vermelhidões, gosto ácido na água que bebiam, etc. Essa foi a reclamação.

Na inspeção da área, verificou-se que a propriedade ao lado do sítio do casal era de um produtor de suínos de

corte. E produziam há mais de 15 anos naquele mesmo local. Era tudo muito bem estruturado, com uma única exceção: os tanques de tratamento de dejetos eram subdimensionados. A produção de dejetos superava mais de 10 vezes a capacidade de tratamento. Para dar conta do recado e não deixar os tanques transbordarem sempre, os funcionários sugavam os dejetos dos tanques mais cheios com uma churumeira e fertirrigavam a área ao redor, de pasto, várias vezes por semana. E isso foi feito assim por mais de 10 anos.

Conclusão: contaminação do solo por nitrogênio amoniacal, comprovado por análises laboratoriais pelo Adolfo Lutz.

Como o prefeito, na época, era (e ainda é) muito amigo do dono da empresa de suínos (isso parece familiar?) a ordem era: não mexam com ele, deixem que os vizinhos se mudem ou vendam a propriedade para ele. Sem saber exatamente o que fazer, solicitei acompanhamento da regional (Botucatu e Avara).

Eis que num belo dia depois de tal solicitação, ficou agenda-da uma visita de acompanhamento de três técnicos do subgrupo de VISA de Avara: J. Botucatu, J. Avara, M. Avara.

Na primeira visão dos tanques pelos técnicos do subgrupo de Avara, o J. Botucatu disse: – “Valdir, você só me traz pra bosta mesmo, né?”

Só para finalizar a história, o proprietário, depois de muito pegarmos no pé dele, readequou o seu sistema de tanques de tratamento de dejetos para uma capacidade cinco vezes maior que a sua produção e comprou o sítio dos reclamantes.

Hoje eles vivem felizes em algum lugar...



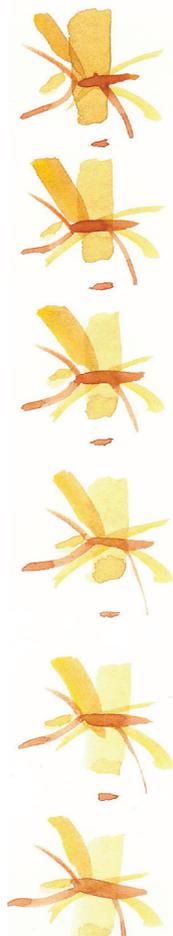
A iniciante

Roseli Sangalli
São Paulo

Quando me formei farmacêutica, meu primeiro trabalho foi na Vigilância Sanitária. Como eu nunca tinha trabalhado antes, sentia-me muito insegura (não sabia nada, nem mesmo o que era Vigilância Sanitária e inscrição municipal) e a cada vez que o telefone tocava, eu ficava muito tensa.

Lembro-me de que já nas primeiras semanas houve uma demanda de medicamentos falsificados e roubados na cidade. Fomos, em equipe, em várias farmácias, juntamente com investigadores de polícia, onde realmente foram constatados alguns medicamentos falsos. O proprietário da farmácia foi detido e vários remédios foram apreendidos e encaminhados para a Delegacia. Foi uma das semanas mais tumultuadas, uma situação bem complicada e delicada.

Eu não queria mais ficar na Vigilância Sanitária porque me sentia despreparada para esse tipo de ação. Por outro lado, hoje eu agradeço, porque acho que são ações e fatos como esses que nos fortalecem para continuarmos lutando aqui.





Saia justa

Leonia Alves da Mata Rocha
Minas Gerais

Tudo foi programado com perfeição.

Os convites enviados.

A palestra seria com os funcionários de uma creche.

Todos estavam presentes.

A coordenadora muito agradecida à VISA, pois suas funcionárias receberiam orientações que muito ajudariam no funcionamento da creche.

O agradecimento era tanto que organizou um lanche todo requintado, com direito a frutas, sobremesa e muitas outras iguarias.

Tudo corria bem até que uma das funcionárias me chamou em particular e comunicou que havia alguns refrigerantes vencidos na mesa.

Imaginem a saia justa em que fui colocada.

A mesa estava rodeada de pessoas.

Eu havia acabado de orientá-los quanto à necessidade de verificar a validade dos produtos ao adquiri-los.

Se o lanche estivesse no início, seria fácil, o que não era o caso. Já tínhamos nos fartado bastante.

Enchi-me de coragem, voltei para a mesa, pedi desculpas e convidei os participantes da palestra a fazermos um teste verificando a validade dos produtos expostos na mesa. Imaginem a cara da coordenadora.

Coitada.

Ela não sabia o que fazer. Desmanchava-se em desculpas e isso só piorava a situação.

Aproveitei o episódio para reforçar ainda mais a importância de estarmos sempre preocupados com a qualidade dos produtos que estamos adquirindo.

Logo depois ela deixou a coordenação da creche.

Quanto a mim, sinto-me mal todas as vezes em que tenho que retornar ao local.

A união faz a força no interior da Bahia

Claudine Teles de Araújo
Ana Paula Chancharulo de Moraes Pereira
Bahia

No interior da Bahia, o setor de Vigilância Sanitária e Ambiental de uma das diretorias regionais de saúde (DIRES) da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) foi convidado pelo Ministério Público local para compor a equipe da FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA (FPI), na qual a promotoria almejava reunir diversos órgãos das instâncias municipais, estadual e federal, no intuito de realizar ações conjuntas nas áreas de Vigilância Sanitária, meio ambiente, agropecuária e de segurança do trabalho nos municípios pertencentes à sua jurisdição. O motivo eram os obstáculos de natureza política, administrativa e/ou gerencial na resolução de problemas existentes, principalmente no âmbito municipal. Sendo assim, participaram da ação as seguintes representações: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente Municipal (SEDEA), Vigilância Sanitária e Ambiental Municipal, Vigilância Sanitária e Ambiental da Diretoria Regional de Saúde (DIRES), Centro de Recursos Ambientais (CRA), Agência de Desenvolvimento Agropecuário da Bahia (ADAB), Batalhão da Polícia Militar (BPM), Polícia Civil, Companhia de Ações Especiais do Litoral (CAEL) e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) representando o ente federal. A ideia de atuação intersetorial foi de um técnico do CRA, o qual participava de demandas no nível estadual voltadas essencialmente para as questões

ambientais; e a SEDEA assumiu a iniciativa de articular-se com o Ministério Público e com as demais entidades. Todos os órgãos foram convocados, cabendo ao Ministério Público gerenciar e coordenar a atuação das equipes. Para que as “letras mortas” saíssem do papel e adquirissem vida, foram realizadas diversas reuniões preparatórias e de integração entre os envolvidos, os quais expuseram suas competências, atividades e as dificuldades encontradas no seu cotidiano de trabalho. Faz-se necessário referir que a equipe da FPI instituiu uma metodologia própria para desenvolver as atividades, adotando, no início e no término das ações do dia, uma reunião de alinhamento e avaliação, respectivamente, além de estabelecer a lista de presença dos integrantes da equipe. Nesta direção, os participantes listaram as atividades pertinentes às suas funções e elaboraram critérios para a priorização dos eixos de atuação, bem como os respectivos cronogramas de execução. Foram eleitas as seguintes prioridades: queimadas e desmatamentos; pocilgas; carvoarias e depósitos de carvão; comercialização de chumbinho em feiras livres; criação e comercialização de animais vivos (suínos, ovinos e caprinos) na central de abastecimento do município; comercialização de animais silvestres; criação de pássaros silvestres em cativeiro; comercialização de armas, acessórios e munição para a captura de pássaros e outros animais; utilização de madeira para fins energéticos em panificadoras, sem comprovação de origem; boas práticas de fabricação (BPF) na área de alimentos. Vale a pena destacar que o sentimento





desenvolvido pelos técnicos participantes dessa ação foi de muita emoção ao presenciarem o promotor de justiça deixar as quatro paredes do seu gabinete e cair literalmente em campo, trajando sua indumentária formal, ou seja, paletó e gravata, e “suando em bicas” no sol a pino, ao integrar a equipe e, assim, contribuir para mais visibilidade e credibilidade às ações executadas, principalmente pelos órgãos de Vigilância Sanitária junto ao setor regulado do município.

As atividades foram desenvolvidas no período de 12 a 17/04/2008, das seis às 18 horas. Todos os técnicos e os carros oficiais portando identificação visual (adesivo elaborado para esta ação específica - FPI), sendo as dependências do Ministério Público escolhidas como “quartel general” (QG). Depois de muita reza aos “santos e orixás”, realizamos as atividades previstas e constatamos a procedência das denúncias relatadas pela comunidade.

Acontecimento marcante é que “nunca antes dessa gestão”, parafraseando Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu tal iniciativa: a união entre os órgãos no município. Isto favoreceu o reconhecimento, por parte do setor regulado, das infrações cometidas, seja pela falta de informação, pelo hábito cultural (mesmo nocivo a terceiros), pela falta de oportunidades ou, então, pela condição social de subsistência que corrói e devasta principalmente a nossa região Nordeste. Os sujeitos integrantes das diversas instituições consideraram a FPI uma estratégia valiosa no processo de trabalho, por possibilitar um “novo fazer”, “um novo pensar” e um “novo agir”. E, assim, gerar impacto positivo na sociedade frente aos problemas detectados, uma vez que a união dos órgãos permitiu mais visibilidade das ações, a criação de vínculos institucionais, a difusão do papel de cada instância federativa, o fortalecimento e a credibilidade das entidades envolvidas no resgate da responsabilidade sanitária.



O risco sanitário dos motéis

Hállisson Carpedyane Pereira dos Reis
Tocantins

A importância dos trabalhos executados pela VISA tornam-se cada vez mais importantes e relevantes na segurança e saúde pública da população. O risco sanitário se expressa de forma eminente nos mais variados segmentos e estabelecimentos que monitoramos. No início do exercício do ano de 2008 fomos realizar uma vistoria para a liberação do alvará de um motel de nossa capital.

Ao chegarmos ao estabelecimento, fomos recebidos por um funcionário que de imediato nos adiantou que o responsável não se encontrava e que em nada poderia nos ajudar. Iniciamos então os procedimentos normais para a vistoria, começando por uma das suítes, que se localizava no início de um grande corredor. Até aí, tudo certo: o quarto tinha boas condições de higienização e aparentemente tudo dentro da normalidade para funcionamento. Mas “a alegria de pobre dura pouco”.

Bastou olhar para cima, para o teto do referido corredor, que a seção de horror iniciou-se. Eram tantas teias de aranha que parecíamos estar no meio de um filme de terror. A fiação, aliás, muitos, mas muitos fios se perdiam no meio do emaranhado de “gambiarras”. Fomos seguindo firmes, quando fomos apresentados à lavanderia. E que lavanderia! A céu aberto, dois tanques

elétricos, uma funcionária totalmente desprovida de qualquer EPI e um amontoado de lençóis, toalhas e sei lá mais quantas roupas se misturavam, cruzavam; nem era possível distinguir quem era quem, quem vinha ou ia para onde.

Era preciso seguir adiante. No depósito de alimentos (e utilizaram o sentido da palavra depósito na sua íntegra), um monte de bebidas, doces, chocolates, biscoitos, refrigerantes, camisinhas, artigos eróticos, enfim, todas as “guloseimas” ofertadas pelo estabelecimento, acondicionadas de maneira que nenhuma lógica poderia explicar.

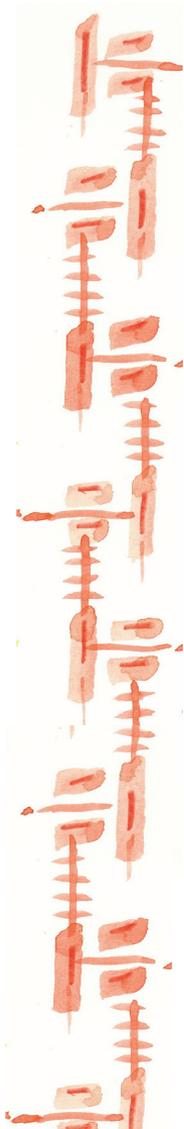
Entrando na cozinha, o choque foi ainda mais forte, faltam palavras para descrever quanta falta de higiene, quanta sujeira e o tamanho das irregularidades encontradas. A única geladeira que acondicionava e resfriava as bebidas era uma visão pré-histórica do equipamento, certamente com mais de 20 anos de uso. Foi o ponto mais difícil para procedermos às apreensões, pois não se tinha certeza do que se tratava, a não ser as latas de cerveja, refrigerantes e as verduras estragadas, o resto era tudo muito incerto.

Foi nesse momento que analisamos a importância da observância do risco sanitário produzido pelos estabelecimentos e a real necessidade de um monitoramento eficaz nesse tipo de atividade. Foi fácil nos remetermos a um antigo ditado popular: “por



fora bela viola, por dentro pão bolorento!”, ou seja, seus clientes jamais poderiam imaginar que detrás das paredes que os dividiam das áreas internas do estabelecimento estariam escondidos os grandes perigos que poderiam lhes ocasionar muitos malefícios, pois quem olhava apenas quartos e suítes do motel jamais teria noção de como era seu funcionamento interno.

Assim, foram tomados todos os atos necessários: apreensões, interdição e notificações. Visualizamos que era necessário intensificar a fiscalização dos motéis de nossa capital. Criamos um trabalho não só de fiscalização, mas também o monitoramento intensivo das unidades moteleiras do município e atualmente contamos com todas elas sendo visitadas e monitoradas mensalmente. O estabelecimento descrito passou por uma reforma e hoje podemos dizer que melhorou suas condições higiênico-sanitárias em 70%.



Sr. Fiscal, este medicamento...?

Fabio Roberto Gama Encarnação
Espírito Santo

Estávamos no mês de maio de 2009, acordei cedo com a algazarra dos pássaros nas árvores em frente ao meu prédio. Céu azul, o mar calmo, o sol brilhando forte logo nas primeiras horas da manhã, eu e a cidade iniciávamos uma relação diária de convivência harmoniosa. O trânsito fluía bem, mesmo com os semáforos em desarmonia. Costurei o trânsito com minha moto e ensaiei uma corrida de 5 metros rasos no saguão da VISA para assinar o ponto, trivialidades. Porém, essa bucólica "rotina matinal" em que vivo, trabalhando na VISA da capital do Espírito Santo, estava misturada de angústia e ansiedade. Havia uma importante ação a ser feita. Certamente seria a única do dia. Sua complexidade nem era tão grande, mas reservava surpresas e um desfecho exemplar.

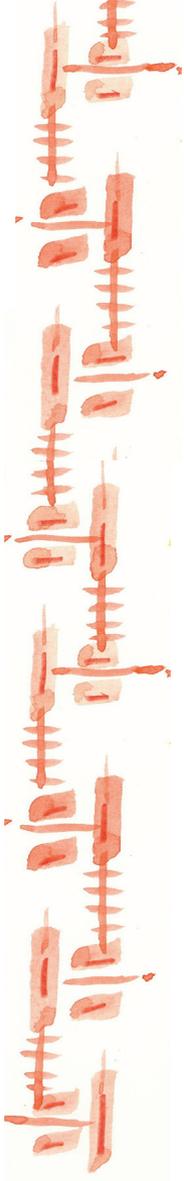
Tudo começou assim...

A Vigilância Sanitária recebeu denúncia da Secretaria Estadual de Segurança Pública de que a drogaria XYZ estaria comercializando ilegalmente medicamentos controlados. Dizia, ainda, que tais medicamentos ficavam escondidos em uma mochila, atrás da porta do banheiro, e também em uma residência no pavimento superior daquele comércio. Medicamentos vendidos sem receita e sem qualquer controle. Medicamentos vencidos com da-

tas alteradas e alguns de venda proibida no Brasil.

Após tomar conhecimento da delação, estudamos a drogaria, recuperando as inspeções anteriores e os relatos dos fiscais que já haviam estado no local. Concluímos que haveria muitas chances da denúncia ser verdadeira e de logarmos êxito nessa ação. Porém, algumas peculiaridades limitavam nossa atuação, como o acesso a uma residência ou a abertura de uma "bolsa pessoal", sendo assim, a equipe de VISA julgou que a abordagem deveria ser de caráter policial, sendo acionada a Delegacia do Consumidor. Alguns dias depois, recebemos a confirmação do delegado titular de que a ação seria realizada no dia seguinte, às nove horas da manhã, sem mais detalhes.

Em carros oficiais e carros descaracterizados, chegamos ao local sem muito alarde. Um bairro de periferia, com alto índice de violência e predominância do tráfico de drogas como meio de subsistência e até ascensão social. Havia em frente à drogaria um boteco com alguns clientes, todos curiosos em saber quem seria preso naquele fatídico dia ensolarado. As pessoas do bar já se preparavam para o "baculejo" habitual de ações policiais, quando foram surpreendidas por nossa entrada repentina na drogaria XYZ. O delegado anunciou nossa presença e, abordando o proprietário, deu as orientações sobre o que seria feito ali. Os investigadores adentraram o local e foram direto à mochila atrás da



porta do banheiro. E lá estavam eles... os medicamentos controlados. Pareciam estar ali há poucos dias, pois as caixas eram novas, sem sinais de amassados ou sujeira. As datas de fabricação eram recentes também. A mochila parecia não ser utilizada para outros fins senão a guarda desses produtos nas dependências da drogaria XYZ e, no máximo, para transportá-los sem levantar suspeitas para a residência, no andar de cima.

O delegado questionou ao proprietário o que aqueles medicamentos faziam ali, na mochila, e não obteve resposta. Imediatamente ordenou aos investigadores uma busca rigorosa por toda a drogaria e, saindo em direção à rua, perguntou quem morava na casa em cima da drogaria. O proprietário da drogaria afirmou ser sua residência e quando o delegado pediu para subir e ver o que tinha lá dentro, houve uma breve pausa com a palidez e o espanto do, agora, morador, que tentou argumentar que se tratava de sua residência, quando ouviu: – “Tenho aqui em mãos um mandado de busca e apreensão e se você não abrir vou arrombar”.

“É, a casa caiu” - deve ter pensado aquele cidadão aparentemente comum, um pequeno comerciante, pai de família, simples morador do andar de cima, que estava prestes a ser desmascarado como um contraventor, como um criminoso que driblou por algum tempo as autoridades. Subiram inicialmente o delegado e um investigador com armas em punho, acompanhados pelo comerciante. Eu subi logo em seguida e deparei com uma casa simples e uma área lateral que se confundia com área de

serviço e dispensa, mas que continha muitas caixas de papelão, muitas coisas entulhadas, roupas penduradas, enfim, uma verdadeira balbúrdia.

Enquanto o delegado inspecionava os demais cômodos (dois quartos) e fazia perguntas diversas ao comerciante, eu me ative em verificar o conteúdo das caixas de papelão espalhadas, onde encontrei grande quantidade de medicamentos controlados, ratificando a denúncia. Chamei pelo delegado e apresentei o que havia encontrado e ele me fez a proposital pergunta: – “Sr. fiscal, estes medicamentos causam dependência física ou psíquica?” Respondi que sim. Juro que me surpreendi naquele exato momento com a forma utilizada pela autoridade policial para caracterizar o crime. E respondi que sim pelo menos umas três vezes em que fui questionado da mesmíssima maneira a cada caixa de papelão abarrotada de medicamentos controlados que eu abria. Enfim, o delegado se aproximou do comerciante e arguiu: – “O senhor tem consciência de que está em crime?” – “Sim, delegado” - respondeu o comerciante. E o delegado disparou: – “O senhor está preso por tráfico de drogas”.

O resultado da ação foi a interdição da drogaria XYZ, muitos medicamentos apreendidos, curiosos ao redor cochichando e uma família chorando. Fomos todos para a Delegacia, de onde o comerciante foi encaminhado ao presídio.

Algum tempo depois, a drogaria XYZ já estava reaberta, mas com alvará sanitário, com farmacêutico responsável e o comerciante respondendo em liberdade condicional por seu crime contra a saúde pública... Esperamos que ele tenha aprendido a lição!!!

Crítica ao modo de fazer em VISA



O calhambeque

Francisco Eduardo de Pontes
Rio de Janeiro

Minha memória anda meio gasta com tantos incisos, artigos, resoluções, portarias, decretos, leis... Mas se o meu cérebro não me trair, posso jurar que o ano era o de 2001 quando realizamos uma megaoperação no interior do estado do Rio de Janeiro.

A Vigilância Sanitária de um município disponibilizou um carro para a realização da nossa inspeção. Estávamos indo vistoriar uma suposta distribuidora que havia requerido licença inicial de funcionamento. Desconfiávamos de algo, pois havia denúncias de que uma farmácia daquela região estaria participando de licitações para fornecimento de medicamentos para os hospitais públicos nas redondezas de onde seria instalada a distribuidora.

Chegando ao endereço da suposta distribuidora, constatamos que ela estava instalada no segundo andar de um prédio onde funcionava a maior farmácia da cidade. Quando o proprietário da distribuidora chegou, fomos informados de que a farmácia era também de sua propriedade e que o farmacêutico responsável era o seu pai, farmacêutico velho de guerra e que provavelmente teve como paraninfo o Rodolfo Albino.

Iniciamos a inspeção de modo formal e cerimonioso, mas depois que encontramos uma geladeira caindo aos pedaços, toda enferrujada na cozinha, não tivemos outra opção. Conversamos que não seria possível liberar uma licença de distribuidora para um estabelecimento que era, em verdade, o apartamento ou “apartamento” dele, que a geladeira era uma afronta a qualquer norma sanitária e um risco extremo de tétano caso alguém se ferisse na porta daquela peça de ferro velho.

Por fim, descemos do apartamento, distribuidora que não era, e já na farmácia o dono perguntou à sua esposa o que aquela geladeira estava fazendo na “distribuidora”, recebendo de pronto a resposta:

– “Olha só, bem, eu mandei trocar a geladeira nova que você comprou por aquela que ficava na área de serviço lá de casa, ué!?! Você acha que eu ia ficar com uma geladeira velha em casa com uma novinha aqui?”

No meio do bate-boca entre marido e mulher, onde não podemos meter nem mesmo uma colher de chá, fomos verificando várias irregularidades na farmácia. Aproveitando que já estávamos lá mesmo e para não termos viagem perdida, lavramos logo termo de visita, termo de intimação, auto de infração...





A cidade era pequena e, como todas as pequenas cidades, além de um grande hotel tinha um povo também muito curioso. Toda a população já estava aglomerada em frente à farmácia.

Depois de todos os termos e autos lavrados e com a sensação de dever cumprido em nome da saúde pública - ah, se Oswaldo Cruz me visse agora! - entramos no carro da VISA municipal e ordenamos:

– “Por favor, para a sede da Vigilância Sanitária”.

Mas aí...

A vida nos prega algumas peças.

Ouvimos aquele barulho de carro velho que não quer trabalhar. O motorista tentou, tentou, tentou, tentou, tentou, tentou, tentou, tentou, tentou... Hesitamos por longos e tortuosos minutos dentro do carro, mas por fim nos resignamos ao ouvir a voz do motorista.

– “Oh, dotô, vai ter que empurrar!”

Descemos do carro e empurramos, cumprindo nossa sina de servidor público, estivadores de uma máquina velha, pesada e carcomida. O carro ainda demorou para pegar, só então conseguimos partir, não sem antes mirar os olhos atônitos e risonhos daquela cidadezinha perdida no interior do estado.

Como era o nome dela mesmo? Não adianta, o meu cérebro, esse adúltero, acaba de me trair...



A furada

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Em 11 de outubro de 2009.

Por ter consciência de que eu não sabia nem o que era VISA, resolvi inscrever-me em um curso de especialização em Vigilância Sanitária. Qual foi minha surpresa, e acredito que também dos organizadores, ao constatar que a maioria dos inscritos eram meus colegas de profissão, pois, salvo engano, 70% eram médicos veterinários. Achei o fato normal, pois já que trabalhávamos com animais vivos, conhecendo suas doenças, nada mais lógico do que identificar como suas enfermidades podiam ser transmitidas através de alimentos. Surpreendentemente, o curso foi todo voltado para fiscalização de remédios, com a parte prática sendo realizada em uma indústria de medicamentos. Após alguns meses, tomamos conhecimento de que a fiscalização de farmácias passaria a ser função das VISAs dos municípios e só então entendi o porquê do curso tão voltado para a área de medicamentos.

Hoje se exige que para fiscalizar farmácia temos que ser farmacêutico e para fiscalizar hospitais, sermos médicos ou enfermeiros, ou seja, uma equipe multidisciplinar, apesar do veterinário ter em sua grade acadêmica as cadeiras de farmacologia e poder trabalhar em laboratórios e hospitais.



Nos idos de 1989, um motorista recém-chegado à Vigilância Sanitária demonstrava uma voluntariedade à toda prova. Prestativo, atencioso, muito educado, porém apresentava certa, digamos, inquietação, por que não dizer preocupação? Causava-lhe pavor o fato de saber que iríamos viajar o estado de Santa Catarina inteiro para dar cumprimento à agenda de fiscalizações. A que poderia ser creditado tal pavor? Descobri que ele não conhecia lá muito bem os municípios do estado, tampouco os roteiros de viagem, nunca tinha saído de sua cidade natal. Além disso, constatei que era possuidor de uma carteira de habilitação recém-tirada. Preocupação para ele, desespero para mim.

Iniciamos a viagem pelo oeste do estado, 650 Km de pura tensão e aventura. Sempre que apresentada alguma dúvida ou desejada uma informação ele expressava sua famosa pergunta, ao mesmo tempo em que desferia uma cotovelada na altura do meu estômago e

E agora, amigaço?

Áureo dos Santos
Santa Catarina

perguntava, apreensivo: – “E agora, amigaço?” Ao tempo em que eu respondia: – “Pegue a direita” (...); – “E agora, amigaço?” (cotovelada) – “Siga em frente” (...); – “E agora, amigaço?” (cotovelada) – “Pegue à esquerda” (...); – “E agora, amigaço? (cotovelada)” – “Retorne (...)”. Quando chegamos ao primeiro estabelecimento a ser fiscalizado, desci do veículo oficial com uma dor aguda na altura do estômago. Foi quando levantei o colete, a camisa e avistei um princípio de hematoma. Mostrei o hematoma ao “amigaço”, dizendo: – “Olha aqui, meu amigo, o resultado das tuas cotoveladas!” E ele respondeu, exclamando: – “Bem feito, quem mandou não conhecer as estradas?”

E assim continuamos viajando por mais 18 anos, o “amigaço” com suas cotoveladas e eu com meus hematomas.

Esta história é uma homenagem carinhosa a um dos motoristas oficiais da Vigilância Sanitária do estado de Santa Catarina, Nilson Simas, atualmente aposentado.



Banho ao ar livre

Sávio José de Oliveira
Santa Catarina

A atuação no mercado funerário é tradicionalmente de competência dos municípios, em razão do interesse local e do seu caráter essencial. Em uma cidade do interior de Santa Catarina essa atividade estava concentrada em duas empresas. A cidade em questão tinha, na época, cerca de 250.000 habitantes.

Na Vigilância Sanitária do município chegou uma demanda que consistia na reclamação de um cidadão sobre a instalação de uma funerária ao lado de sua casa. O vizinho contava que, em um final de semana, fazia seu habitual churrasquinho e ao subir as escadas de acesso ao segundo pavimento, olhou no sentido do gramado do vizinho e viu, com surpresa e espanto, uma pessoa lavando com mangueira e vassoura o que seria um defunto. O homem estava indignado, dizia que não podia admitir que da noite para o dia uma funerária estivesse se instalando ao lado de sua casa e na forma como estavam realizando os procedimentos pertinentes àquela atividade.

Paralelamente, o assunto das concessões funerárias estava sendo discutido na Câmara de Vereadores. Um radialista com um programa de ampla penetração em seu horário discutia o assunto e fazia uma enquete com a população sobre o atendimento das funerárias e

alardeava com destaque o acontecido no churrasco do vizinho.

Na VISA eu e meus colegas de trabalho tratamos de investigar o assunto. Primeiramente, fomos ao endereço da referida “nova funerária” e verificamos que a mesma não dispunha de condições físicas adequadas, não possuía alvará sanitário, tampouco equipamentos apropriados para execução e operacionalização das atividades. Importante nesse momento é que fomos prudentes e dividimos a equipe: um grupo foi designado para realizar o levantamento da documentação sanitária das outras funerárias existentes no município e o outro foi incumbido de fazer a vistoria nas mesmas. Interessante foi comprovar que nenhuma das funerárias possuía alvará sanitário e também não dispunha de tratamento adequado para os resíduos resultantes do preparo dos corpos.

Tivemos relato de vizinhos sobre uma das funerárias em operação, informando que em ocasiões de tragédia no município, quando havia várias mortes, os resíduos resultantes dos procedimentos turvavam de vermelho o ribeirão. Concluímos que as duas funerárias estabelecidas no município há mais de 10 anos não estavam adequadas e embora dispusessem de sistema para tratamento dos resíduos, os mesmos não estavam dimensionados adequadamente. Na realidade, essas atividades eram exclusivamente desenvolvidas nos hospitais e mais recentemente é que passaram a ser desenvolvidas pelas funerárias..





Quanto à demanda que originou todo esse processo, o que ocorreu foi uma determinação legal da Justiça autorizando o estabelecimento a desenvolver a atividade. O interessado aproveitou a oportunidade e começou a operacionalizar os serviços sem, contudo, submeter-se à legislação sanitária vigente.

Pudemos concluir que no sistema de VISA, em que as fiscalizações predominantemente eram realizadas no sistema cartorial, ou seja, as inspeções eram realizadas a partir da solicitação dos estabelecimentos ou originadas por denúncias, situações de inadequação sanitária eram frequentes, principalmente em estabelecimentos há muitos anos em funcionamento. Contribuiu para essa situação as ações de VISA centralizadas no estado. A partir da descentralização e com a regulamentação de legislação sanitária e a instalação de estabelecimentos de saúde tendo à frente empreendedores técnicos e profissionais, podemos imaginar que eventos como “fazer um churrasco num fim de semana e deparar com banho em defunto ao ar livre não será corriqueiro neste Brasil”. Ou será...?



A revanche

Francisco Eduardo de Pontes

Rio de Janeiro

Iniciei os meus trabalhos na Vigilância Sanitária estadual (VISA estadual) em 1999, um grande grupo de concursados de 1995 foi chamado naquela época, com a vigência do concurso já no apagar das luzes.

A VISA estadual estava instalada no 7o andar do prédio do Ministério da Saúde, no centro do Rio de Janeiro. Os técnicos lotados no departamento de fiscalização de medicamentos e afins, farmacêuticos e químicos, dividiam um espaço exíguo, uma sala minúscula onde havia dois computadores pré-históricos e poucas cadeiras. Nos dias em que todos estavam com trabalhos internos elaborando relatórios de inspeção, era necessário realizar a dança das cadeiras e, numa roleta russa ao contrário, lançávamos a sorte para saber quem poderia utilizar os raríssimos computadores, não só pela idade, mas também pela escassez.

No início, só ficávamos sabendo qual empresa inspecionaríamos na hora da visita propriamente dita, o que dificultava imensamente o nosso trabalho, pois não tínhamos tempo suficiente para analisar o processo da empresa e planejar a abordagem de forma satisfatória. Achávamos, obviamente, que trabalhávamos em condições inadequadas, mas o pior ainda estava por vir...

Quando fomos analisar os processos das empresas, percebemos que iríamos contrariar interesses arraigados por décadas.

Não, não estou falando de interesses econômicos escusos ou práticas pouco éticas, apesar de alguns processos lembrarem "O Processo de Kafka", pelo absurdo-burocrático-esquizofrênico-ilógico. Algumas empresas recebiam licenças datadas antes mesmo do início do seu processo, como exemplo desse "inexplicável" absurdo.

Em verdade, falo de interesses muito mais valiosos, falo de vidas, meus amigos, é isso mesmo... Vidas!

Os processos das empresas eram arquivados em sepulcros, caixas de papelão, sendo mais preciso. Essas caixas eram tão antigas que se acreditava que um dia algum técnico-arqueólogo descobriria papiros, fragmentos milenares do Código de Hamurabi em alguma daquelas caixas. Naqueles verdadeiros túmulos do início do século passado viviam dezenas, centenas, talvez milhares de baratas.

Elas estavam lá há muito tempo e obviamente não gostariam de ser desalojadas, engrossando as fileiras dos sem-teto no Rio de Janeiro. Muitas gerações já haviam nascido, vivido e morrido naquelas caixas, por isso era considerado por elas, baratas, terras, ou melhor, papéis sagrados. Estavam decididas a resistir caso algum juiz insensível ou corrupto emitisse algum mandado de reintegração de posse, beneficiando os antigos proprietários,



burocratas inescrupulosos que tinham abandonado aquelas caixas por vários anos.

Naquelas caixas, as baratas viviam em uma estrutura social bastante rígida, desigual e injusta. Apesar da aparente tranquilidade e do verniz democrático, a realidade que se escondia por baixo dos papéis era bem diferente. As baratas se organizavam em diversas castas, as mais abastadas, a elite econômica e política, viviam em amplos e grossos processos de multinacionais francesas, suíças, americanas, alemãs, entre outras, em suas sedes e condomínios na Barra-ta, bairro luxuoso das castas elitistas, os novos ricos, sem cultura, mas com muitos papéis. As castas menos abastadas dividiam pequenos e empoeirados processos de farmácias do interior do estado e havia também as miseráveis, que moravam em processos de indústrias de saneantes da baixada. Essas castas viviam à margem de qualquer círculo social, eram os verdadeiros excluídos, habitando caixas superpopulosas, sem acesso aos mais elementares direitos de cidadania.

O convívio entre técnicos da Vigilância Sanitária e baratas não poderia ser algo harmonioso, evidentemente. A sala já havia sido, inclusive, batizada pelas baratas de A METAMORFOSE.

Foram convocadas várias reuniões entre as partes envolvidas no conflito territorial. As baratas argumentavam que

possuíam o direito de posse legitimado por usucapião, pelos anos que ocupavam aquela região. Esgotados todos os canais de diálogo, os grupos decidiram partir para a violência física. Alguns grupos de baratas radicais fundaram o PCBR (Partido Comunista das Baratas Revolucionárias), dissidência do enfraquecido e pelego PCB (Partido Comunitário Barateiro), que defendia o convívio pacífico entre baratas e humanos, argumentando que alguns humanos, os homens, poderiam ser, inclusive, aliados, já que utilizavam algumas companheiras baratas para aterrorizar as fêmeas de sua espécie, num ritual ancestral de histeria coletiva.

Resolvemos partir para a brutalidade, extermínio mesmo, sem reconhecer os mais elementares direitos de guerra, por exemplo, as baratas capturadas em combate eram sumariamente executadas, assassinadas a sangue frio, sem direito a julgamento justo, utilizando-se, para isso, os mais cruéis instrumentos de extermínio: sapatos, vassouras, processos, tamancos, furadores de papel, entre outras armas mortíferas. As coitadas não tinham o direito sequer de receber o spray da morte, quando o fim vinha de forma menos dolorosa, mais digna, mais humana, ou melhor, mais barata. Em verdade, o preço do spray da morte não era nada barato e com os baixos salários dos servidores públicos resolvemos utilizar armas primitivas, mas extremamente eficazes. Não queríamos sobreviventes ou heróis da resistência.



Uma das táticas mais utilizadas consistia do seguinte: um técnico jogava a caixa de processos no chão e enquanto as mulheres corriam histéricas, pisoteando algumas nessa correria fóbica, os homens sapateavam freneticamente, como que possuídos por um prazer sádico, doentio, exibido por alguns fiscais de rendas.

A política de extermínio deu resultados satisfatórios, fomos transferidos para outro andar do mesmo prédio do Ministério da Saúde, onde ocupamos hoje o 30 andar, em melhores condições que anteriormente, mas ainda longe do realmente necessário no que diz respeito às condições de trabalho.

Acreditávamos que realmente havíamos nos livrado das incômodas baratas, até viajarmos para Brasília, em 2009. As diárias não tinham sido ainda corrigidas e por um problema de falta de pagamento adiantado ficamos sem ter onde dormir no meio do curso do qual participávamos. Depois de muito procurar, conseguimos um lugar para ficar até na sexta-feira, quando o curso terminava. Os homens do grupo foram designados para ocupar o quarto localizado no porão do edifício e as mulheres no 2o pavimento. O apartamento tinha geladeira, fogão e micro-ondas. Resolvemos então fazer umas compras num supermercado perto dali. Na saída do apartamento para as compras, algumas inimigas foram avistadas pelas mulheres do grupo. Decidimos comprar o

spray da morte e liquidar a parada, com a confiança inabalável de velhos combatentes.

Quando voltamos, o quarto onde ficamos alojadas as mulheres estava tomado por baratas, o exército possuía um enorme contingente, creio que Brasília possua terreno muito propício ao desenvolvimento e proliferação de pragas urbanas. Pelas táticas utilizadas, certamente tinham estudado atentamente o “Manual do Guerrilheiro Urbano”, de Carlos Mariguela. Eram táticas de guerrilha executadas de forma bem sincronizada. No meio da batalha, o spray acabou, não calculamos bem a quantidade de munição necessária. Nesse momento, elas tomaram de assalto o apartamento. Não tínhamos outra opção, assumimos a derrota e bate-mos em retirada.

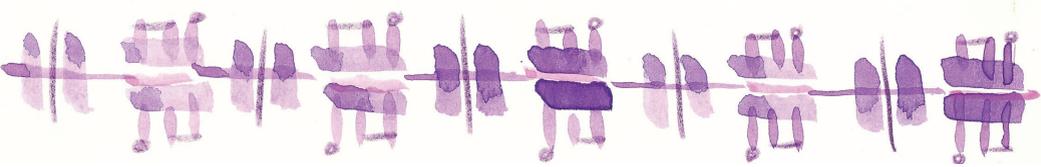
Antes de fechar a porta ainda consegui observar uma enorme multidão de baratas em passeata, em êxtase, carregando faixas com dizeres revolucionários, mas uma faixa específica chamou atenção. Era liderada por uma barata com uma boina diferente das outras, como se fosse de um estrangeiro em Brasília, um Che na Revolução Cubana, e estava escrito em letras vermelhas, garrafais:

“GRUPO DE RESISTÊNCIA A METAMORFOSE/RJ”.



A sorveteira

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro



Com o crescimento de atuação da Vigilância Ambiental, foram pactuadas mais ações nas PPI, PAVS, etc. Quem já participou das pactuações sabe que de pacto não tem nada! Os municípios são obrigados a pactuar, só se discutindo em alguns casos o percentual na execução. Pactuamos para realizar o VIGIAGUA, por isso, levamos, mensalmente, amostras de água para o Laboratório Noel Nutels. Porém, em muitas ocasiões após a coleta, não há carro para levar o material até o Rio de Janeiro. Em uma dessas ocasiões, como iria para o Rio, resolvi entregar a amostra de água pessoalmente. Ao chegar ao Rio de Janeiro, andei da Praça XV ao Noel Nutels a pé, para fazer exercício. Estava vestida com calça de malha e tênis e levava ao ombro o isopor com a amostra de água para ser examinada. Ao chegar ao laboratório, o funcionário, ao ver-me naqueles trajes, pediu minha identificação, a carteira funcional ou algum comprovante de que eu trabalhava naquele município. Também pudera, o funcionário tinha razão de desconfiar, porque com aqueles trajes eu parecia mais uma sorveteira ou uma corredora de maratona.

Após muitas explicações e esclarecimentos, consegui entregar a água para o exame, pegando, também, o resultado das análises anteriores.

A vergonha dos concursos públicos

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Afastei-me por aproximadamente sete anos da VISA, tomando a decisão de só voltar a trabalhar no serviço público após passar em concurso. Prestei vários concursos, os quais tiveram o seguinte resultado: Saquarema, o concurso foi anulado; São Pedro da Aldeia, nunca fui chamada; e, finalmente, Macuco e Arraial do Cabo. Fui aprovada em primeiro lugar no concurso para a Prefeitura de Macuco e só fui chamada quatro anos após - onde hoje trabalho.

Quanto a Arraial do Cabo, entrei com ação na justiça, pois apesar de haver o oferecimento de seis vagas para fiscal sanitário, só chamaram o candidato que se classificou em primeiro lugar e eu, que fiquei classificada em segundo, mesmo assim, não fui chamada para tomar posse. E a ANVISA, que abriu só cinco vagas para médico veterinário no Brasil todo e, se não me engano, 35 para farmacêutico. Será que existem mais problemas com medicamentos do que com alimentos?



Equivoco

Roseli Sangalli
São Paulo

No início, os processos se acumularam, tendo em vista a municipalização, e eu saí em inspeção, toda empolgada, juntamente com outro funcionário mais experiente: – “Vamos fazer todo o bairro...”.

Havia elevado número de drogeries em Americana. Em cada esquina praticamente tinha uma. Entramos em uma delas para fazer inspeção. Na metade da vistoria, não sei por qual motivo, pedimos nota fiscal, acho que para pegar os dados da empresa. E constatamos que a empresa pertencia a Santa Bárbara (risos), por ser divisa da cidade. Pedimos desculpas e o proprietário disse:

– “Ah, não! Mas valeu a pena!” (risos).

O caminhar da VISA

Flora Gonçalves Lourenço
Minas Gerais

Fui a primeira a ser chamada à VISA entre os concursados, o primeiro lugar. O diretor chamou-me e disse que sexo feminino nunca havia trabalhado na VISA. Era trabalho de andar muito, de campo e enfrentar feras. A maior parte dos trabalhos eram reclamações de chiqueiro, rede de esgoto, galinheiro, cobras nas escolas, na EMPRAPA, escorpiões, cães doentes ou envenenados, todo tipo de abacaxi. As visitas de rotina em comércios eram poucas e se sobrasse tempo. Logo depois outro prefeito tomou posse e os acontecimentos reviraram. Novo diretor, enérgico, crítico, maquiavélico, insensato e todo-poderoso porque tinha o saber sobre estrutura e funcionamento da VISA. Esse diretor iniciou um trabalho, ele, militarista, mas estruturou 50% da VISA, nomeou, contratou vários veterinários, dentistas, médico e enfermeiros. Iniciamos estudos internos, oficinas em geral e trabalhos muito difíceis com a SUCAM, cadastros de todas as residências, comércios, tudo, sem sala, nada em quarteirões, casa por casa (inquérito). Mais parecia um grande castigo; eram oito horas de trabalho árduo, no sol, poeira, favelas. Eu não gosto de lembrar, foi terrível diretor, obrigava-nos a fazer horas extras, andar o dia inteiro. Eu adoeci, tive vários problemas. Meus filhos eram muito novos para ficarem sem mãe tanto tempo. Não desisti porque sou persistente demais.

Em cursos descobrimos que a lei que usávamos em notificações nunca existiu - sem comentários....

Mas tenho o prazer de contar para vocês o nascimento, o engatinhar e a evolução da VISA. Foi como nascer no orfanato, ter vários educadores, com diversidade de saberes. Às vezes pensávamos que havíamos subido os degraus, mas já estávamos de cabeça pra baixo pensando que subíamos, mas descíamos. Um diretor quer que trabalhe muito, faça horas extras e lhe faça uma oferta máxima sem intenção de resgate. O outro nos passou uma série de quatro números dizendo que era uma lei que na verdade nunca existira. Ainda um deles pensa que pode tudo e forma uma emboscada de 30% dos funcionários contra 70%, até aqui nem um curso de atualização ou educação continuada, subida dura, suada... nenhum deles queria bem a esse órgão, só pensavam no próprio bem e em nada mais. Aquele que aglomerou a VISA de funcionários sem nenhuma capacitação visava ao melhor para si. Há diretor que gosta de direcionar a VISA... sem nenhuma explicação, parece que tem tendência a tecer nó (amarrar). Até que, enfim, em 18 anos de presença no serviço, pude sentir o saborzinho delicado da proteção divina, que tardou, mas não faltou. Começou a crescer no momento em que entenderam que tudo muda, evolui e precisamos acompanhar lado a lado toda a evolução, é nosso dever e podemos. E a diretora é a autora desse crescimento.

Queda ou pára-quadras na VISA

Maria Lúcia Gomes Dutra Rocha
Minas Gerais

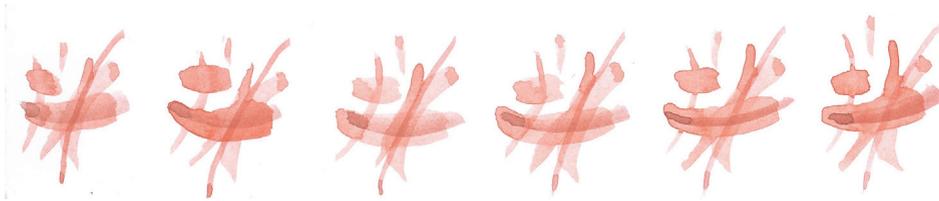


Em 1999, caí de para-quadras no setor de Vigilância Sanitária de Manhuaçu, interior de Minas Gerais. Única mulher a ocupar uma vaga de agente fiscal e, ainda por cima, efetiva. Trataram logo

de enviar-me aos salões de beleza do município, que nunca haviam tido nenhum tipo de inspeção. Julguei o fato “ilícito”, já que concorri às vagas do concurso de igual para igual. Resisti e obtive sucesso e para que eu desistisse de vez do cargo e não retirasse lugar de ninguém, entregaram-me de bandeja os roteiros dos açougues, que na época mal podiam ver um fiscal que logo tratavam de afiar as facas. Tinha que inventar uma maneira de ser bem recebida, fazer um bom trabalho e, finalmente, ser aceita naquele grupo. Fui, trabalhei, ralei, conheci todo mundo e semanalmente fazia vistoria em todos os açougues, que eram em torno de 25 ao todo. Perceberam então que eu podia ser melhor. Lembro que, quando cheguei, os açougues tinham aqueles troncos de árvores que eram utilizados para cortar carnes e ossos que viviam engor durados e cheios de farelo de ossos, nos ganchos e expostos; carnes ficavam o dia todo, o consumidor podia tocá-la se quisesse e muitos até gostavam disso. Pior que executar uma fiscalização de rotina ou não é transformar a cabeça e a cultura do cidadão. E este tem sido o objetivo central de nossa Vigilância Sanitária.

Com apenas um ano de dedicação, consegui sucesso em 80% das metas previstas. Quis então ir mais longe, inscrevi-me num vestibular para Ciências Biológicas e fui aprovada. Unindo o útil ao agradável e mantendo sempre acesa a paixão pelo trabalho, percebo que esse amor faz com que eu desempenhe sempre melhor meu trabalho. E espero sempre que essa paixão também motive pessoas. Hoje coordeno esta VISA e assumo-a com o máximo de orgulho.

A Vigilância Sanitária é um setor que tem que ser capacitado para trabalhar a pluralidade cultural, a diversidade de raças e costumes. E o sanitarismo está vinculado diretamente a esses costumes. Executamos de ações complexas a brigas de vizinhos. É um tal de “aguinha” caindo na laje e acertando o vizinho, cachorro que late, vive sujo e fétido, enfim, casos e causos extraordinários que poderíamos escrever livros e mais livros. Problemas aos montes, mas nos divertimos com determinados problemas, que fazem com que cresçamos e experimentemos a deliciosa sensação de fazer parte de uma equipe que trabalha pela promoção e proteção da saúde. Isto não é pouco, isto é o máximo e, apesar do trabalho árduo, mal-visto por muitos, estamos sempre realizando uma parceria com a comunidade. Enfrentando esses problemas, acabei de me lembrar de um colega muito bacana, que foi fazer uma vistoria numa residência em área urbana sob a denúncia de estar criando porcos e galinhas no quintal de sua casa. A senhora que o recebeu



foi tão bacana, tão gentil e simples que comoveu o pobre coitado que estava na sua primeira semana de serviço. Orientou a ela o seguinte: "Fica orientada a proprietária da residência tal a: fazer limpeza do local onde dormem os galináceos e suínos duas vezes ao dia; fazer higienização (lavar os porquinhos) três vezes ao dia, nunca dispensar restos de comida em seu ambiente, pois constitui risco à saúde dos mesmos...rsrsrs.. Aposto que não estão acreditando, mas é a pura verdade. Agora me digam, esse funcionário passou do seu período probatório? Um abraço enorme aos colegas de trabalho, sempre adoro as trocas de histórias ou estórias que ouço dos colegas de outros municípios e percebo que, por mais difícil que pareça, em termos de Vigilância Sanitária o interessante é que sempre tem alguém pior que a gente. Aqui a gente se esforça, temos o apoio da prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde. Temos muitos parceiros, mas sabemos que temos muito a caminhar e, por melhor que pareça, sempre tem algo a melhorar.

Sociedade maligna

Daniella Guimarães de Araújo
Minas Gerais



Um dia foi encaminhado pelo então prefeito de uma cidade mineira uma denúncia para ser respondida pelo diretor da VISA. A denúncia dizia que todos os leites em caixinha produzidos pela renomada empresa local estavam contaminados por um chip de uma sociedade maligna e que a VISA deveria urgentemente ver com os próprios olhos para evitar a disseminação de uma pandemia de malignidade pela cidade e também para outros estados. Pedia retorno nas investigações. Forneceu nome e endereço para retorno da apuração da denúncia. O diretor da VISA, diante desse fato inusitado, compreendeu o risco da falta de acesso aos medicamentos antipsicóticos e a importância da triagem de denúncias.

"Surto" da diretora

Rosa Maria Bueno
São Paulo

Em um dia normal de trabalho na Vigilância Sanitária, em 2007 (se é que podemos considerar que os dias nas VISAs podem ser normais), chega ao conhecimento da diretora uma reclamação de presença de fezes de urubus em sacadas de apartamentos, num determinado prédio do município de Americana. Havia a urgência, pois existia o indício de pulgas e cheiro muito forte no local, porém não havia fiscais para realizar a vistoria. Nesse momento chega a farmacêutica da VISA e que fora solicitada a executar a visita. A farmacêutica fez a visita, encontrou o problema, inclusive o urubu, e resolveu a questão. Porém, até hoje a diretora escuta a célebre frase da equipe: "depois de atender até reclamação de urubus, podemos fazer e resolver qualquer problema". É verdade que todos têm seu momento de loucura, inclusive diretora de VISA.



Trabalho perdido

Marilza Rigue Maia de Oliveira
São Paulo



Quando a farmacêutica da VISA começou a trabalhar na Vigilância e a vistoriar as farmácias, o gestor pediu para eu ir junto.

Nas farmácias onde não tinha o farmacêutico responsável era realizada a interdição dos medicamentos controlados.

Pedíamos um banquinho ou uma cadeira e sentávamos em frente ao proprietário. Aqueles armários enormes, fechados de cima em baixo, cheios de medicamentos controlados. Uma ia ditando e a outra escrevendo... Era mais difícil para eu ler e escrever, porque eu nada entendia de remédio, não era minha área. Nós relacionávamos todos esses medicamentos, a quantidade de cada um e o lote, depois tínhamos que colocar tudo de volta no armário. Então entregávamos o termo de interdição ao proprietário.

Mas, pouco depois, o proprietário da farmácia arrumava o bendito do farmacêutico e nós tínhamos que voltar ao estabelecimento para suspender a interdição.

Voltávamos à farmácia, pedíamos o banquinho novamente e conferíamos tudo. Às vezes não batiam os resultados e surgia a dúvida: "será que foi contado certo e ele vendeu remédios? Ou está contando errado agora?" Era um terror. Perdia-se o dia todo fazendo isso.

Certo dia, numa das inspeções, conferindo e contando e errando e contando novamente, veio-me uma luz! (risos) E disse:

– "Por que nós temos que fazer esse serviço para ele? Vamos mudar!". Pedimos um saco de lixo para um funcionário, colocamos todos os medicamentos dentro do saco e lacramos! – "Ele não tem como mexer. Se ele abrir o lacre ou rasgar o saco, a gente abre processo".

Foi o que fizemos. O lacre foi marcado. Não tinha perigo de marcar errado, contar errado. Quando ele arrumava um farmacêutico, voltávamos lá, fornecíamos o termo de liberação e ele que fez isso, pedia-se saco de lixo e passava o lacre.

Ah, puxa! Sacrifício que nós fizemos! Fazíamos o serviço para eles! E ainda dava problema, porque, às vezes, na hora de contar, acabava contando errado. E como autuar, como provar que ele tinha vendido? Era complicado, algo que ficava no poder dele. Eu falei:

– "Vai ficar sob o poder dele, mas lacrado!"



Transporte autônomo frustrado

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Por estarmos sempre dividindo com outros setores a viatura de transporte para realizarmos o serviço de fiscalização, fato que impedia o funcionamento regular de nossos trabalhos, conseguimos sensibilizar o secretário de saúde a utilizar a verba da Vigilância Sanitária para comprar uma motocicleta.

A sugestão foi aceita e o veículo foi disponibilizado para a VISA. Como nenhum dos funcionários era habilitado, foi exigido que todos obtivessem a carteira de motociclista. Entretanto, para surpresa geral, dos quatro funcionários que prestaram o exame, dois foram reprovados no teste psicotécnico e os outros na prova prática. Em resumo, por falta de habilitados para dirigir a moto, foi para a Secretaria de Obras e só agora conseguimos reavê-la.

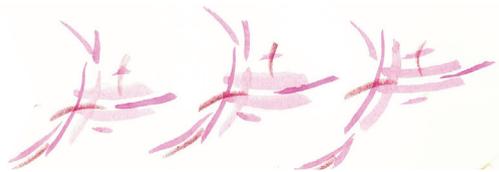


A desistência de perguntas

Janaína Silva Gomes
Minas Gerais

Certo dia, foi feita uma inspeção de denúncia em um mercado que estava vendendo medicamentos. A proprietária de uma drogaria ligou denunciando o fato, muito contrariada. Com isso, ela foi orientada a se reunir com todos os proprietários de drogarias e fazerem a denúncia por escrito, com as assinaturas, para as devidas providências - o que foi feito. Foram a esse mercado a coordenadora de Vigilância Sanitária municipal e dois agentes sanitários. Ao chegarmos, deparamos com uma quantidade imensa de medicamentos, entre eles: laxantes, dipirona, antiácidos, magnésia e outros. Apreendemos todos os medicamentos, conversei com o proprietário, expliquei a situação, ele não dificultou a apreensão dos produtos e afirmou que sabia que não poderia vendê-los em seu estabelecimento. Ao fim do nosso trabalho, ele, sempre calado, disse que queria fazer três perguntas. Coloquei-me à sua disposição e ele começou perguntando que lei me respaldava a apreender aqueles medicamentos. Respondi imediatamente, mostrando a lei criada em 2006, com sua assinatura no documento quando fora informado da resolução que proibia a venda de medicamentos em estabelecimento que não fosse farmácia ou drogaria. Assim, ele não quis fazer mais nenhuma pergunta, pediu desculpas e disse que respeitava o nosso trabalho.

E até hoje estamos aguardando as outras duas perguntas.



Pneu furado

Teresa Machado Pereira
Distrito Federal

Era uma segunda-feira do mês de agosto do ano 2002. Enquanto arrumava minha mala para viajar a trabalho, meu marido, um goiano ciumento, abordou-me mostrando-se chateado porque eu não estaria em casa no dia do meu aniversário. Prontamente sugeri que fizesse de conta que seria na sexta-feira e me preparasse uma festa, pois chegaria às 18 horas. Fui ao hotel buscar meu colega da VISA de um estado do Nordeste, que foi designado pela ANVISA para ajudar-me nas inspeções dos serviços de hemoterapia em dois municípios do interior do Amazonas. No caminho para o aeroporto, contei a ele o ocorrido com meu marido e ele lamentou que eu estivesse longe de casa no dia do meu aniversário. Eu não havia atentado para a tal data quando elaborei a agenda de inspeção do meu estado, pois as agendas de inspeção dos serviços de hemoterapia do país eram preparadas com bastante antecedência, durante a primeira reunião técnica anual do “Programa Nacional de Inspeções em Unidades Hemoterápicas”, em Brasília. Nossa missão havia sido habilidosamente traçada: saindo da capital na segunda-feira, num voo com duas escalas, chegando ao município mais distante no fim da tarde. O trabalho de inspeção da unidade de coleta e transfusão ocorreria na terça-feira e na manhã da quarta, se possível já deixando o relatório entregue e discutido com o diretor da unidade mista de saúde. E na tarde da quarta, seguiríamos no voo de retorno, ficando no outro município para o mesmo trabalho, retornando à capital às 16 horas da sexta. O trabalho foi realizado conforme planejado. Na quarta-

feira fui parabenizada por meu colega, que me presenteou com um improvisado buquê de papoulas roubadas de um jardim próximo do hotel. À noite, meu marido telefonou dizendo que havia programado uma festa para a noite de sexta-feira e convidado minha família e alguns amigos. Seria num restaurante pitoresco, nos arredores da cidade, com uma “tartarugada”, iguaria muito apreciada pelo povo da região Norte, servida como prato principal. Fiquei feliz e convidei meu colega para participar, já que só voltaria ao seu estado no sábado. Quando já estávamos no aeroporto para nossa viagem de retorno à capital, um funcionário da companhia aérea nos chamou e comunicou que não teria avião naquela tarde. Questionei, pois quando ainda estávamos em reunião com o diretor do hospital, ouvimos o avião pousar e decolar, seguindo a rota de ida ao município mais distante. O funcionário informou que o pneu do avião havia furado durante o pouso no outro município e, apesar de uma equipe de manutenção ter sido deslocada para os reparos, não seria possível pousar e decolar no nosso aeroporto, pois não era instrumentalizado para orientação noturna, portanto, passaria direto. Foi quando tivemos a triste confirmação de que não voltaríamos naquele dia. Fiquei abalada por saber que não iria estar presente na minha festa de aniversário. Não tive coragem de falar com meu marido. Telefonei para minha filha, pedindo que informasse ao pai e sugeri que fizessem a festa sem mim. Segui para o meu quarto de hotel e me enclausurei até o dia seguinte. Meu colega, desolado, mais tarde bateu à minha porta

convidando para ir ao comício de uma candidata à deputada federal, mas recusei. Felizmente, ele não perdeu seu voo de volta para o Nordeste. A companhia aérea providenciou nossa ida para a capital no dia seguinte em outra concorrente. Quanto ao meu marido, fez questão de me buscar no aeroporto e, mesmo antes dos cumprimentos afetivos, dirigiu-se ao meu colega de inspeção. Durante a festa do meu aniversário foi alvo das brincadeiras dos parentes e amigos dizendo que a desculpa da minha ausência, “avião com pneu furado”, era demais para um marido acreditar, principalmente quando sua mulher está viajando com outro homem. Foi o que ele contou quando seguia comigo do aeroporto para nossa casa.





Ponderações finais em VISA

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Existem municípios com menos de 10.000 habitantes, onde os técnicos necessitam de treinamento, carro, computador, etc.

Não adianta fazermos parte de um Sistema Único de Saúde se não conseguimos manter cada célula. O repasse de 0,2 centavos por habitante, para quem monta uma equipe multidisciplinar, não dá para pagar nem um profissional de nível superior durante um ano. Como sensibilizar o secretário de saúde?

Será lógico e produtor de doar um carro para cada município, em cores chamativas, bem identificado e com o telefone 0800 da ANVISA, para denúncias? Caso o mesmo seja usado para levar pacientes a hospitais fora do município ou para qualquer outro motivo que não de exclusiva atividade da fiscalização sanitária e em caso de denúncia, que sejam tomadas medidas administrativas repressoras e que o veículo seja apreendido.

A minha experiência demonstrou que, quando queremos, podemos trabalhar superando todas as adversidades. Hoje não trabalho visando só ao dinheiro, trabalho por amor ao que faço, porém, gostaria que a importância de nossa profissão fosse mais reconhecida.

Finalmente, eu só acreditarei que nosso país está mudando quando a vida valer mais que o dinheiro e que um fiscal sanitário seja reconhecido por sua importância junto à sociedade e tenha sua remuneração no mesmo nível de um fiscal de renda!

É um sonho ou é delírio?



A história de nossa VISA Real do município de Santana do São Francisco-SE iniciou-se com a sua implantação em janeiro de 2001, com os fiscais contratados, e a partir de maio de 2007 com os fiscais efetivos. A equipe conta com um coordenador comissionado e com quatro fiscais de Vigilância Sanitária. Vamos contar nossas experiências.

Na nossa primeira inspeção acompanhada pelos antigos funcionários, vistoria de rotina, num supermercado, ocorreu o primeiro imprevisto, que foi no uso do coloquial. Quando preenchemos o laudo de inspeção de rotina, o proprietário, lendo-o, assinou, pois o relatório estava devidamente correto. Porém, ao relê-lo em seu estabelecimento, dirigiu-se à coordenação para queixar-se de um suposto erro, que logo foi esclarecido e amenizado pelo nosso coordenador. Entretanto, o cidadão ficou indiferente conosco durante um bom tempo, todavia, reconheceu o nosso trabalho e atualmente nos recebe muito bem em seu estabelecimento.

Temos como principal trabalho de rotina inspeções a estabelecimentos comerciais, escolas e postos de saúde. Além das inspeções, cadastramos e expedimos licenças sanitárias para funcionamento das mesmas, desde que estejam dentro dos padrões sanitários municipal, estadual e federal.

As ações da VISA não se limitam apenas a leis, portarias, decretos e/ou normas e determinações estaduais e federais.

Realizamos trabalho de baixa complexidade

Angiolete Silva Cruz
Erinaldo dos Santos Aquino
José W. Tavares
Márcio da S. Santana
Roberto B. Cruz
Sergipe

Desenvolvemos um trabalho educativo com palestras e em escolas estaduais e municipais, com grupos de pessoas da terceira idade e proprietários de estabelecimentos.

Em conjunto com as endemias do município, auxiliamos no combate ao *Aedes egypti*, dengue, em estabelecimentos comerciais e pontos estratégicos. Atuamos também na vacinação canina e felina e na eliminação de cães quando se faz necessária.

Observamos que nas ações educativas trabalhamos com informações dos vendedores de cachaça, referente à origem da bebida, embalagem de transporte, acomodação por parte do vendedor e embalagem do consumidor, pois habitualmente são reaproveitadas, sendo algumas originalmente de produtos tóxicos, como, por exemplo, "tordon".

Nosso êxito como fiscal é o reconhecimento da comunidade, mesmo com todas as adversidades, tais como: não contamos com estrutura física própria; não dispomos de computador para auxiliar nas nossas atividades e interagir com a VISA estadual e VISAs municipais, entre outros...



Uma visão ampliada do modo de fazer em VISA

Dilema ético

Áureo dos Santos
Santa Catarina

Era eu gerente de orientação e fiscalização de atividades de saúde da diretoria de Vigilância Sanitária do estado de Santa Catarina, quando deparei com uma situação inusitada que carecia de iminente tomada de decisão. A situação, ao mesmo tempo em que reclamava urgência, apresentava-se permeada de questionamentos ético-morais.

Como já está disposto em lei, a notificação de receita de medicamentos sob regime especial de controle só é válida no território onde ela é emitida. Muito bem, eis que uma senhora com câncer de pulmão em estágio avançado, cujas consultas médicas e cirurgia foram realizadas em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, dirigiu-se a uma drogaria no município de Florianópolis, local de sua residência, para comprar um medicamento à base de morfina. Diante da notificação de receita, emitida no estado do Rio Grande do Sul, o farmacêutico informou à senhora que aquela notificação de receita não poderia ser aviada. Desesperada, ela perguntou se não tinha outra solução, haja vista que ela estava sentindo dores e precisava tomar o medicamento. Foi quando o farmacêutico informou que só dispensaria o medicamento sob autorização da autoridade sanitária, que era eu. Eis o dilema ético-moral: autorizar a dispensação do

medicamento indo contra a legislação ou não autorizar solicitando que ela retornasse a Porto Alegre para comprar o medicamento ou, ainda, como terceira opção, realizar uma nova consulta em Florianópolis para que uma nova notificação de receita fosse prescrita?

Se não bastasse o meu dilema, ainda sofri veemente pressão de profissionais da minha equipe de trabalho para não liberar o aviamento de tal notificação de receita, pois eu estava indo contra a lei.

Diante de tal situação, refleti e tomei a decisão sustentada em minha razão substantiva (crenças e valores) e não na razão funcional em sua concepção plena (obediência cega à legislação). Autorizei o aviamento daquela notificação de receita, assumindo todos os riscos, pois estava diante de um ser humano com diagnóstico de câncer de pulmão, fisicamente debilitado e sofrendo dores em razão da doença. E se fosse você, qual decisão tomaria?





A VISA da saúde à agricultura

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro



Após vários desentendimentos com o secretário de agricultura, nosso secretário de saúde resolveu transferir o departamento de vigilância sanitária para aquela Secretaria. Só me faltava essa, depois da CF 1988 e a MS Lei 8.080/90; transferir a VISA para a agricultura, por quê? Consegui convencer o secretário de não fazê-lo, provando que seria ilegal, porém, cedi um fiscal da VISA para trabalhar na Secretaria de Agricultura.

O secretário, por ter prestígio com o prefeito na ocasião, conseguiu produtividade para o seu fiscal e depois conseguimos a equiparação.

Há males que vêm para o bem, pois, financeiramente, ficou melhor para todos!



Com o idoso no colo

Sávio José de Oliveira
Santa Catarina



Este fato aconteceu por volta do ano 2002, em uma cidade de Santa Catarina. A estrutura organizacional da VISA municipal era dividida em ações de alta e média complexidade, alimentos e saneamento. O número de fiscais não possibilitava atender à demanda, que era cartorial. Neste contexto, ao realizar uma vistoria em um abrigo de longa permanência para idosos, soubemos que uma repórter estivera entrevistando e fotografando o estabelecimento. Não deu outra, pouco tempo depois, o Diário da cidade estampava e publicava vasta reportagem em várias edições, denunciando as condições a que estavam expostos os internos nos quase 11 estabelecimentos existentes no município. Interessante neste caso foi a forma com que a administração municipal reagiu às denúncias. Reuniu os vários segmentos da sociedade envolvidos no assunto - Secretária Social do Bem-Estar, Secretária de Saúde, vereadores, representantes do Conselho Municipal do Idoso, entre outros. A partir dessa reunião, ficou definido que seria criada uma comissão municipal para adequação das casas asilares. Um grupo interinstitucional e intersetorial composto de uma equipe multidisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, enfermeiros, um advogado (procurador) do município, um educador e um técnico em Vigilância Sanitária. Depois de pouco tempo a equipe

reuniu-se pela primeira vez e a inquietação era muita entre os membros – uns diziam que o lugar do idoso era com a família, outros diziam que a Vigilância tinha que fechar os estabelecimentos e foi por aí o início das discussões.

Ao longo do processo, fomos deparando com uma série de situações. A primeira foi o reaprender a trabalhar em grupo, respeitando as várias especificidades. Por exemplo, o entendimento inicial por parte dos médicos era de que o enfermeiro deveria auxiliá-los, no sentido de fazer especificamente o papel de auxiliar de enfermagem. Importante também foi a constatação de que muitas vezes a família não tinha estrutura física nem emocional para tratar dos agravos tipo Alzheimer, Parkinson ou os vários transtornos mentais a que estavam submetidos muitos dos internos. Outra constatação foi de que muitas vezes o interno havia sido bastante desajustado no convívio familiar e acabara sendo relegado de um convívio social mais próximo.

O trabalho desenvolvido foi efetivo e pôde, para o momento, contribuir significativamente para melhoria da qualidade de vida dos internos, quer na questão física dos ambientes, em relação à administração de medicamentos, nos serviços de lavagem, nutrição, limpeza, quer na responsabilidade técnica e no atendimento assistencial médico. Alguns estabelecimentos foram fechados com o consenso dos próprios proprietários, que

perceberam a sua dificuldade em dar as condições apropriadas estabelecidas pela regulamentação sanitária.

Houve um momento bastante dramático, quando definimos que um dos estabelecimentos seria fechado. Foram tomadas as providências cabíveis, como, por exemplo, contatar a família e disponibilizar informações sobre o perfil dos outros serviços oferecidos pelos estabelecimentos vistoriados. Ficou definido por consenso entre a comissão e a família que um dos internos ficaria com sua irmã. Como não veio ninguém buscá-lo e já estávamos na sexta-feira, eu e uma colega da comissão levamos a pessoa ao endereço informado. Chegando lá, a irmã do paciente não estava. Os pais, que eram vivos, bastante idosos e que moravam na casa ao lado de sua filha, não queriam que o mesmo ficasse sob sua guarda, nem mesmo até a chegada da irmã. Já eram quase 19 horas, sexta-feira, inverno, tempo úmido, frio e a noite prometendo chuva; e nós naquela situação... minha colega discutindo com os membros da família, ligando para outros e eu, o técnico, com o idoso no colo.

Em verdade, tínhamos ido no veículo disponibilizado pela VISA e enquanto aguardávamos no carro, ela se aproximou da porta de entrada, confirmou o endereço e me perguntou: – “Você consegue trazer o idoso?” Pela altura e peso, avaliei que tranquilamente conseguiria levá-lo, mas aí começou a demora por conta da ausência da irmã... No final, depois de sua chegada, eu já “bufando”, sentei aquele senhor em uma poltrona e retornamos, eu e minha colega, após garantirmos que ele estaria confiado ao amparo de seus familiares.





Inspeção que promove

Elza Maria da Costa Damázio
Minas Gerais

Certa manhã, em um abrigo para meninas...

As árvores que fornecem o fruto, a sombra, a lenha que cozinha comidas das meninas são as mesmas árvores que fornecem os troncos, as folhas secas que abrigam escorpiões.

As galinhas que cantam e põem ovos são as mesmas galinhas que comem os escorpiões.

O cão que late e protege aos arredores é o mesmo cão que come os ovos das galinhas e tem seu alimento conservado em geladeira, juntamente com alimentos das meninas.

As meninas que tem alimentos conservados em geladeira juntamente com alimento do cão e que dançam e bordam, são as mesmas meninas que colhem os ovos das codornas.

As meninas que têm alimentos conservados em geladeira juntamente com alimento do cão e que dançam, bordam e colhem os ovos das codornas são as mesmas meninas que depositam os ovos das codornas sobre o freezer.

As meninas que dançam, bordam, colhem os ovos das codornas e os depositam sobre o freezer são as mesmas meninas que colocam a bacia com pães velhos em cima dos ovos das codornas que estão depositados sobre o freezer.

O abrigo que abriga as meninas é o mesmo abrigo que no escurecer das informações, no ocultar das boas práticas do fazer: alimentos, higiene, qualidade de vida... contempla este tecer da vida todos os dias, na esperança de ver o crescer, o saber fazer e o partir das meninas para o ciclo recomeçar.

Mas a VISA há de vigiar e a educação há de promover.



A VISA e o sermão na igreja

Susete Lobo Saar de Almeida
Rio Grande do Sul

Na época do surto de aftosa que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2001, todos os técnicos que trabalhavam na VISA estadual foram convidados a participar de ações conjuntas com os órgãos de Agricultura nas regiões onde haviam sido detectados os focos. A convocação maior foi de médicos veterinários, que, por competência profissional para lidar com o assunto, trabalharam em várias frentes de ação, tais como barreiras sanitárias, sacrifício dos animais doentes, laboratório e educação sanitária. A mim foi destinado permanecer por 15 dias no interior do Rio Grande do Sul junto com outro colega veterinário pertencente à Coordenadoria Regional de Saúde nas ações de educação sanitária. Propusemo-nos a elaborar palestras educativas e divulgar ações e informações sobre aftosa em escolas, associações, sindicatos e em todo grupo social considerado importante. Surgiu então a oportunidade de realizarmos uma palestra após a missa noturna de um dia frio de sábado, no salão paroquial de uma igreja católica. Os convites foram feitos e divulgados por meio das rádios locais. O padre era muito carismático e conhecido na cidade por realizar missas ao gosto do gaúcho campeiro.

Chegamos preparados para assistir à missa e depois realizar a palestra no salão paroquial. A igreja estava lotada, não tinha mais lugar para ficarmos sentados e colocamo-nos em pé próximo da porta de entrada, com o

material da palestra em mãos. A missa estava sendo transmitida por uma rádio local. Nesse dia ocorria um missa de 50 anos de casamento de um casal morador do município e duvidávamos que alguém iria ficar após o culto para assistir à palestra. Para nossa surpresa, ao iniciar a missa, após vários avisos e agradecimentos pelo patrocínio do comércio local, o padre anunciou nossa presença e nos chamou a participar no altar da igreja, junto a ele. Chamou também o casal das bodas e seus familiares. Após as rezas iniciais, ocorreu o inusitado: o padre resolveu que o momento do sermão seria utilizado para a nossa palestra...!!! Assim mesmo, entregando-me o microfone para dar o recado. Surpresa novamente, inicialmente me vi apavorada diante de uma plateia de fiéis em silêncio, mas, aos poucos, inspirada talvez por uma luz divina, consegui lembrar-me do que eu havia preparado nas lâminas de projeção, passando o recado na forma de um sermão... Os fiéis assistiram a tudo com interesse, fizeram perguntas, o padre também, e aplaudiram no final. Para completar nossa participação, após o momento da bênção às alianças do casal que completava as bodas de ouro, o padre nos convidou para padrinhos dessa cerimônia!! Tudo transmitido pela rádio local para os ouvintes da cidade. No dia seguinte, foi comentário geral entre a população.

Sempre me lembro dessa história quando estou preparando algo para apresentar, pois sabe lá que surpresas me esperam e o que vou ter que improvisar!!!



BPF

Danielle Silva de Souza
Yete de Fátima Baleeiro Brack
 Rondônia

Tendo em vista a 28ª edição do maior arraial da região norte “ARRAIAL FLOR DO MARACUJÁ”, a Secretaria de Estado de Cultura Esporte e Lazer de Rondônia/SECEL convidou a VISA para determinar as regras sanitárias que os vendedores ambulantes deveriam seguir durante os 10 dias do evento.

A Chefa da Divisão de Alimentos da VISA determinou que como condição *sine qua non* para os comerciantes de alimentos trabalharem era imprescindível a apresentação do certificado de conclusão do curso de boas práticas de fabricação de alimentos/BPF.

Para atender a essa necessidade, a prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, estabeleceu convênio com o SEBRAE – instituição que ministraria o curso –, subsidiando 80% do valor total do curso; e os vendedores pagaram somente R\$ 40,00. O critério para inscrição no referido curso era ser permissionário de algum mercado/feira livre de Porto Velho.

A intersetorialidade entre a VISA/ SEBRAE/ SEM-DES/SECEL foi um passo pioneiro na maneira de fazer cumprir a legislação sanitária, pois com o conhecimento

correto os trabalhadores têm como realizar as atividades para minimizar os riscos sanitários de contaminação dos alimentos.

A fim de cumprir a RDC/216, exigência do curso de BPF para todos os manipuladores/vendedores de alimentos, foi exigida dos ambulantes de alimentos a inscrição no curso que seria ministrado pelo SEBRAE.

No primeiro momento a reunião intersetorial entre os órgãos SECEL/VISA foi o ponto de partida para determinar a exigência. A partir da deliberação da reunião, o corpo fiscal ficou responsável por mobilizar esses vendedores/ambulantes de alimentos para se inscreverem no curso de BPF no SEBRAE, por ser a instituição que estabeleceu convênio com a Prefeitura de Porto Velho.

Resultados:

- Meta atingida, 100% de trabalhadores capacitados;
- nenhuma intercorrência durante o evento (denúncia pública);
 - manipuladores com boa aparência, bons hábitos de higiene;
 - aplicação na prática da teoria aprendida em sala de aula.
 - comprovação de que com o conhecimento prévio da legislação sanitária vigente, os trabalhadores ambulantes de alimentos aprenderam como colocar em prática as exigências sanitárias, sobretudo, que só por meio do conhecimento é possível ter uma prestação de serviço com qualidade e a possibilidade de minimizar riscos de contaminação dos alimentos; é possível transformar maus hábitos de higiene por meio da educação sanitária;
 - profissional capacitado garante a qualidade dos produtos vendidos/manipulados;



Canto da cólera

Benedito Paulino da Silveira Junior
Piauí



Com o passar dos dias, a população já estava do nosso lado e até nos ajudava indicando as zonas mais afetadas pelo cólera no município.

Tivemos muitas dificuldades no que se refere ao lixo e à água potável, pois embora já existisse água tratada, a maioria da população se servia do famoso carro-pipa, que era de precária condição no abastecimento.

Na hora do referido carro-pipa chegar aos lugares mais distantes do centro da cidade, na zona rural, havia verdadeira peregrinação. Todos os habitantes se punham apostos em filas enormes com baldes, latas e depósitos de todas as espécies, para se abastecer do precioso líquido.

Criança, mulheres, homens e senhoras de certa idade estavam ali naquelas paragens muitos afetadas pela cólera, que se alastrava de maneira galopante.

Agradecidos pela nossa equipe ali presente, ministrava-se palestra de como evitar a contaminação da água e dos alimentos, como tratar o cólera, como desinfetar e fazer bom uso da água e dos alimentos.

Às vezes, não tínhamos tempo nem para o descanso, pois éramos solicitados para visitar os doentes em suas residências, havia muitas pessoas impossibilitadas de irem até o banheiro, pois estavam tão debilitadas que ali mesmo em suas redes ou deitados em suas camas defecavam e vomitavam simultaneamente.

Era um quadro muito triste ver nossos irmãos carentes naquela situação de vexame. Muitas vezes morriam antes de serem medicados, pois mesmo com a chegada da equipe da Vigilância Sanitária, já tinha havido muitas baixas na população.

Educação sanitária começa no berço

Raimunda Isabel Teixeira
Minas Gerais



Atendendo a uma denúncia de estabelecimento clandestino, deparei com uma fábrica de doces, naquele estado em que invocamos as forças divinas para nos socorrer.

Na porta da fábrica três carros carregando: um Van, uma Kombi e um caminhãozinho. No passeio, lixo de papelão, plástico, entulho, material de construção.

Ao entrar, que vontade de lavar um termo de interdição, fechar, multar, sumir! Mas, calma, muita calma nesta hora, respiro fundo, apresento-me e peço para falar com o responsável.

No meio de pilhas de potes de doces no chão, embalagens, areia, cimento e tudo mais, vem a jovem proprietária andando lentamente, na última semana de gestação!

Apresentei-me e logo me referi à gravidez, às condições previstas para o parto, os planos, pois estava nervosa dada à proximidade do parto e à presença da fiscalização. Avaliei que o mais importante no momento seria preservar a saúde da mãe e do bebê.

Irritada com o pedreiro que faltava ao serviço, que não aceitava ajudantes e atrasava a entrega da obra por mais de um ano do prazo acertado, se sentia amarrada e indefesa.

Bom, vamos à ficha técnica da proprietária: escolaridade primeiro grau incompleto, 30 anos, casada, um filho de seis anos e o marido era o motorista da fábrica. Funcionários eram 35.

Histórico: tudo começou com o programa “Mãos de Minas”, no qual ela fez um curso de boas práticas e fazia bombons. A produção cresceu e ela constituiu uma empresa. Produz cocada, pé-de-moleque, canudinho, bombons, doce-de-leite e o doce de abóbora a irmã produz lá em São Paulo.

Acordos:

- Limpeza e organização imediata da fábrica;
- contratação urgente de responsável técnico (RT) - (a amiga cedeu meio horário da engenheira de alimentos de sua indústria);
- substituir o coco inteiro pelo desidratado;
- receber amendoim só com laudo de análise de

aflatoxinas;

- plano de ação para adequação às normas sanitárias elaborado pela RT, com cronograma de execução;
- mais envolvimento do marido com a produção e garantia de tempo para o aleitamento materno do bebê, respeitando o período de resguardo da mãe.

Depois de 20 dias da primeira inspeção, o bebê nasceu. Com 15 dias de vida, fez sua primeira viagem a São Paulo, para buscar o doce de abóbora e fazer a entrega dos demais produtos. Quando fez um mês, o vi ao chegar do pediatra. Fez um bico para mim, já nasceu não gostando de fiscal! Havia ganhado peso, porém não tinha crescido nem um centímetro. Então o peguei no colo e conversamos sobre o trabalho a ser realizado na fábrica, as pessoas que iriam ajudar a organizar, deixar tudo mais fácil e palavras de incentivo para crescer, brincar e ser gente grande.

Quatro meses depois, no escritório da mãe, entre notas fiscais, faturas vencidas e pedidos de entrega, tem berço, carrinho e um bebê muito sorridente e saudável. O plano de ação estava sendo cumprido com atraso de dois meses. O projeto arquitetônico havia dado entrada na VISA, o que significava que, quando fosse aprovado, a obra estaria concluída.

Nesse intervalo de tempo, fiz visitas semanais, depois quinzenais e mensais à empresa, para assegurar que as medidas fossem implantadas, como condição da manutenção do emprego e da fonte de renda das famílias envolvidas naquela produção.



Tornou-se possível visualizar toda a produção. O galpão abriga as masseiras e o acabamento seria feito quando terminasse o pagamento do material da obra, em quatro vezes no cartão. As embalagens dos doces ainda eram recicladas, o coco descascado em outro local, desconhecido pela fiscal, enquanto se buscava uma solução viável de preço e sabor. Um novo RT assumiria a fábrica com contrato de oito horas diárias, para implantar os procedimentos operacionais padronizados.

Lamento não ter conseguido que a mãe protegesse o bebê da hostilidade daquele ambiente fabril, pois cada um que passava comparava a ingenuidade da criança com a dureza da vida.

Esta história é um contraponto às primeiras lições de VISA que recebi quando cheguei, há 15 anos: “Fiscal não tem coração”, tem que saber de cor os artigos do código e seguir o exemplo do colega sexagenário que orgulhosamente abre a maleta e apresenta o revolver calibre 38, a licença de porte de armas, a carteira de fiscal e o colete preto da fiscalização, como o dos policiais federais!

Um pedido de socorro

Raimunda Isabel Teixeira
Minas Gerais



Ao atender uma ordem de serviço (OS) de vistoria prévia para abertura de um buffet, fui recebida por uma senhora de uns 56 anos de idade e seu netinho de três ou quatro anos.

Fui convidada a entrar para avaliar o barracão nos fundos da residência, onde seria instalado o buffet.

Enquanto me inteirava do projeto e das condições necessárias para a realização do negócio, a criança buscava chamar a atenção sobre si e fomos administrando.

Lá pelas tantas, a criança pegou a boneca (bebê), jogou-a no chão e simulou uma relação sexual violenta, dando-lhe socos no ventre, beijos na boca e tapas no cara.

Eu e a avó ficamos atônitas, chocadas com a cena e sem saber como intervir, terminando rapidamente a conversa.

Levei o caso para a coordenação do programa saúde da mulher e da criança, que me encaminhou para a coordenação da equipe do PSF, que não se sentiu preparada para fazer a abordagem à família. Então procurei o Conselho Tutelar, que assumiu o caso.

Memórias de um doce chamado alfinin

Dalva Lúcia Silva Cardoso de Moura
Rio Grande do Norte

À minha mãe, Maria Dalva, uma mocinha de 83 aninhos.

Vivo em uma linda capital nordestina conhecida como Cidade do Sol, sou uma potiguar cheia de inquietudes, expectativas e sonhos; aprendo coisas incríveis a cada novo dia em minha caminhada na Vigilância Sanitária. Nesse aprendizado, por exemplo, há muito tempo já compreendi que parcerias com outras secretarias, instituições ou até mesmo voluntários de qualquer área de atuação podem facilitar muito nossas ações.

Na multiplicidade que me oferece o setor de serviços de saúde, por vezes vivo emoções tão intensas que mesmo acreditando ter certa intimidade com palavras, nem sempre consigo expor com exatidão os sentimentos que se instalam em mim em certas ocasiões, como a que agora vou contar...

Nas festas de padroeiros religiosos, muito comuns nos nossos interiores, costuma ser vendido um doce chamado "alfenim ou alfinin", feito com mel da cana-de-açúcar e polvilho. O seu preparo é mais ou menos assim: colocamos o mel num recipiente e o levamos ao fogo até adquirir consistência de puxa, daí com a massa ainda

danadinha de quente, começa-se o processo do alfinin, sempre puxando e colocando a mão no polvilho. Depois se dá o formato de pessoas, flores, pássaros ou outros e a seguir é só colocar num cestinho e vender, por exemplo, numa Festa de Santa Luzia.

Alfinin também pode ser um adjetivo, pois no sentido figurativo do termo significa uma pessoa delicada. Assim justifico o nome que escolhi para o protagonista de minha história, pois na realidade ele ganhou, a certa altura de sua vida, como apelido o nome de um doce que vendeu por toda sua vida, digo, até antes de ir viver em uma instituição de longa permanência para idosos (ILPI).

Enquanto não consigo materializar meu desejo utópico de que não existam em lugar algum do mundo idosos que sejam obrigados a viver longe de suas famílias, utilizando o Estatuto do Idoso e a RDC Nº283/ 2005 como verdadeiros instrumentos na luta de melhoria de vida para esse tão frágil segmento de nossa sociedade, percebo que nem sempre as exigências de uma lei conseguem preencher certas necessidades...

Desde o primeiro contato que mantive com Alfinin, percebi que ele gostava de revistas, papéis e lápis e que, mesmo muito tremida, sua letra não conseguia esconder o quanto era desenhada e bonita.





Mesmo acolhido em um estabelecimento que caminha muito lentamente em direção ao que se espera minimamente de uma ILPI, Alfinin sempre me pareceu feliz! Gosta de nos ver, aliás, afirma que nossas visitas são para ele “dias de festa” e diz isto enchendo de beleza, com um sorriso amplo, seu rosto tão marcado pela vida.

Inúmeras vezes me pego com saudade daquele sorriso, ao mesmo tempo em que me angustio com os múltiplos problemas que o administrador “de seu lar” vem enfrentando para mantê-lo. Como consolo, apego-me ao reconhecimento público pelo trabalho que ele desenvolve e que as tantas desconformidades parecem diminuir sensivelmente diante da ternura que solidifica aquela instituição.

Autêntico ainda, minhas deficiências técnicas, quando me deixo me levar por emoções tanto quanto pela lógica de meus instrumentos legais, reconheço que meu envolvimento com uma ILPI ultrapassa muitíssimo seus muros ou os termos sanitários que preencho.

Na última visita que fiz à ILPI onde vive meu doce Alfinin, no ano de 2008, bem na hora de nossa saída percebi que ele chorava copiosamente. Acostumada com seu sorriso, fui pega de surpresa e quis logo um motivo que justificasse o choro tão doído...

Meu amigo Alfinin, entre soluços entrecortados, disse que queria me pedir algo; e eu supondo mil situações, já me compro-

metia com todos os anjos e arcanjos, que fosse o que fosse eu tentaria realizar...

Num fiozinho de voz, Alfinin me pediu, finalmente: – “Uma professora”. E ouvir isso foi desconcertante e ao mesmo tempo doloroso, pois bem compreendo que o que meu Alfinin realmente desejava era alguém que pudesse lhe dar diariamente aquela quantidade de carinho que nossa equipe oferecia por tão poucos minutos, em nossas breves passagens.

Procurei, então, a Secretaria de Ação Social de seu município e existe uma pequena possibilidade de que o sonho de Alfinin se realize, mas justo no meio da dor que partilhamos, em um dos raros momentos em que nos faltou um sorriso, nasceu um projeto que está se concretizando e que se alicerça na coleta das histórias de vida de nossos idosos que vivem nas ILPIs do interior de meu estado.

Tenho buscado e encontrado ótimos parceiros... Meus objetivos são claros, desejo voltar o olhar sensível das pessoas da comunidade sobre ILPI, onde ela estiver inserida. Quero levar ruídos de afetividade e alegria para dentro de suas dependências físicas, fazer interagir diferentes gerações, possibilitando uma desejável e enriquecedora troca de saberes.

Do material coletado pinçarei conteúdo para formatar uma “contação de histórias” que seja o retrato de nossos idosos acolhidos nas ILPIs do interior de meu estado, fazendo uso de um



ofício que também vivencio e me apaixona: contadora de histórias. Paralelamente, em manhãs ou tardes ensolaradas, voltarei às nossas instituições para realizar o que venho denominando de “festa afetiva” em que contarei uma historinha composta das informações sobre os residentes de cada instituição, esperando ter a presença dos envolvidos no projeto e de muitos outros seguimentos do município.

Por uma feliz coincidência, amanhã, dia 30 de setembro de 2009, estarei fazendo minha inspeção de rotina na instituição onde vive o tão querido Alfinin. Estou superansiosa para dizer a ele como está caminhando nosso projeto. Por certo estarei vivendo mais um delicioso momento! Mais um presente que receberei da minha VIDA-VISA!



O mutirão

Gracienne de Fátima Fonseca Renand
Minas Gerais



Foi em 2005, um dia comum, ralando muito, eu desenvolvia minhas atividades de fiscal sanitário, quando uma amiga ACS chegou à VISA perguntando por mim e meu saudoso “Bigode” (coordenador VISA). Queria contar sobre uma família de sua área, três pessoas (uma mulher de aproximadamente 50 anos, seu marido e seu filho de uns 30 anos, mãe e filho com problemas mentais). Pensei... o que será que ela quer? A senhora tinha compulsão em guardar dentro de casa lixo... lixo mesmo. Os vizinhos reclamavam do mau cheiro, que não podiam colocar o lixo para fora antes que o caminhão passasse, porque ela pegava! Pegava tudo... Marcamos um mutirão, reunimo-nos com outros setores (Obras, Saúde, ACS, PCFAD, Polícia Militar, voluntários). Dias antes do mutirão fomos a casa, eu e minha amiga M. Mutirão. A senhora com ar de desconfiança olhava para nós... sabíamos que ela era difícil, então chegamos admirando as plantas que ela tinha em seu quintal. Com muito custo e muita conversa entramos na casa. O quarto defronte a cozinha tinha cerca de 1 tonelada de lixo, restos de comida em sacolas, roupas novas e roupas velhas sujas, papel, papel higiênico, panelas... nem precisa contar o resto. Comprovamos as reclamações; dois dias depois o mutirão. Então aquela interrogação ficou na cabeça: A senhora é brava e muito apegada ao lixo, como iríamos entrar e tirar aquilo

tudo?!!! Então programamos um passeio de ambulância com a senhora... que chique! O motorista ficou rodando com ela umas horinhas... levaram para almoçar no restaurante... quando chegou ao posto, ela deu no pé e subiu para sua casa... Que susto quando ela chegou e viu que sua casa tinha sido invadida. Começou a xingar todo mundo de tudo quanto é tipo de nome. Assim mesmo continuamos a realizar a limpeza... sacos e sacos de lixo, pets e mais pets, até um ninho de gambá achamos no quarto junto à montoeira de coisas... Vigilância Sanitária e você, construindo uma saúde melhor para todos! Esse é nosso lema. Nunca mais vou me esquecer dessa ação, saúde junto com dever moral e social cumprido. Nesse momento pude ver que a VISA nos dá o poder de realizar coisas impressionantes, jamais vistas ou imaginadas...

Os encontros regionais de VISA

Maria Aparecida Ferreira Frozza
Rio Grande do Sul

Participo de uma regional de saúde que é composta de 58 municípios e alguns deles longe da sede, que é Passo Fundo-RS. Nas VISAs municipais sempre há aqueles profissionais que então começando, mas também tem um grupinho de fiscais concursados, com anos de experiências e que já criaram vínculo com a nossa equipe regional.

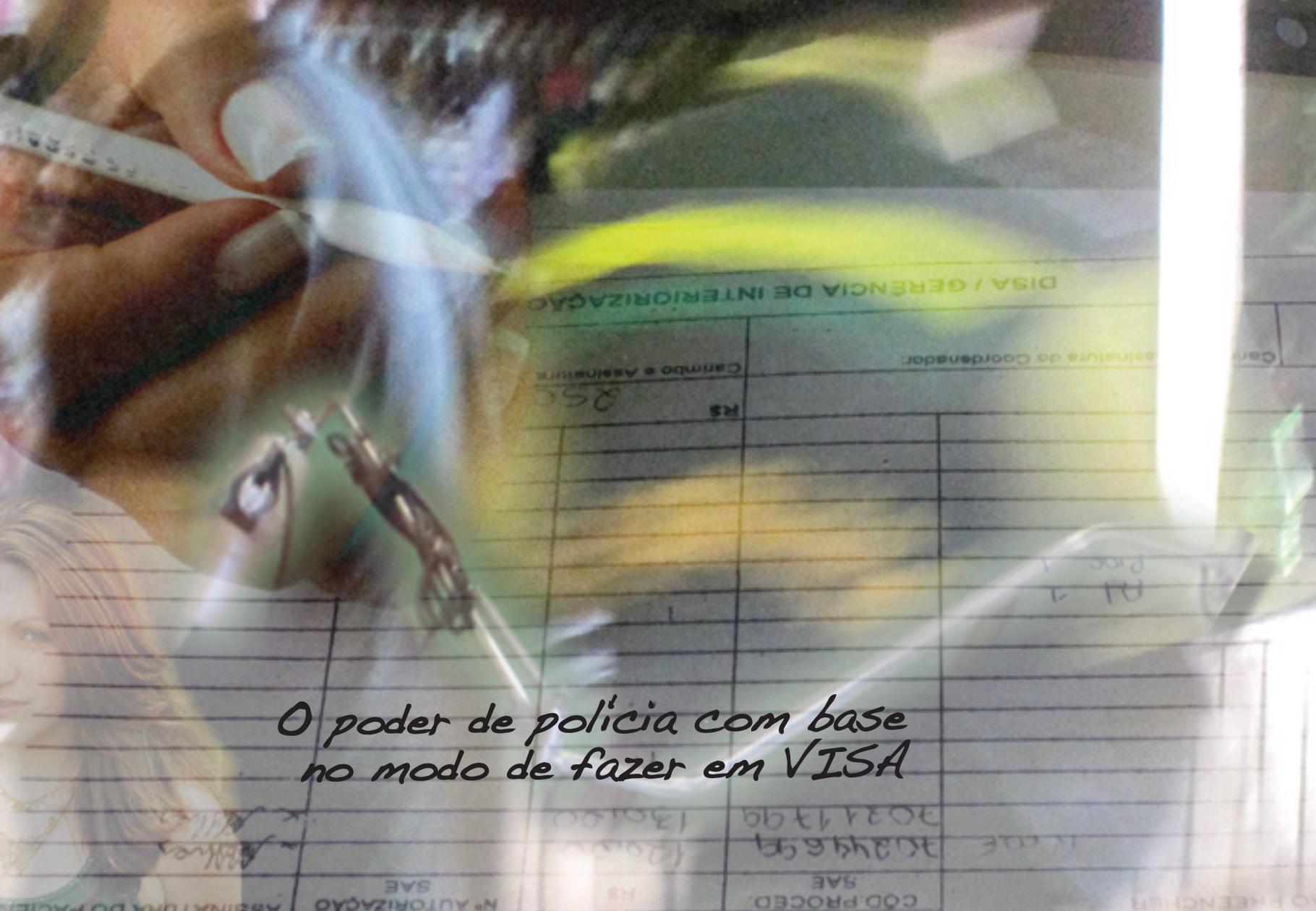
Há quatro anos, em uma reunião, aconteceu um fato que se transformou num marco. Numa capacitação para as VISAs municipais, no auditório da nossa regional, no horário do intervalo, alguns reclamaram da qualidade do coffee-break oferecido.

Os mais antigos brincaram: – “O estado tá pobre mesmo... só café com bolachinha”.

Eu olhei para eles e devolvi, também rindo: – “Deem-se por satisfeitos porque quem tá pagando o café e as bolachinhas somos eu e a colega”. Ficamos ali numa brincadeira de quem estava mais pobre. Foi então que uma fiscal municipal sugeriu: – “Que tal em uma próxima reunião todos nós trazeremos um prato (alguma preparação doce ou salgado) e depois da reunião organizar um momento de confraternização?” A maioria concordou.

Em eventos regionais após aquele dia, a discussão surgiu novamente e acabou por definir o encontro regional anual de VISA. A construção da proposta foi feita coletivamente e se mantém até hoje. O encontro ocorre uma vez por ano, na primeira quinzena de dezembro. Tem um primeiro momento de avaliação, reflexão do nosso trabalho e/ou apresentação de uma experiência bem-sucedida. Um município se encarrega de sediar o evento e organizá-lo. A regional se responsabiliza por divulgar o encontro, fazer os convites e montar com o município-sede a programação. Faz parte dessa programação todo o grupo almoçar junto. À tarde acontece o momento de lazer organizado pelo município-sede. Nesses encontros os municípios acabam visitando uns aos outros. Toda a nossa equipe regional participa. O encontro proporciona mais integração entre eles e nós. Nas conversas informais, no momento de lazer, sempre há trocas de experiências. Percebemos que, agora, nos eventos que ocorrem no segundo semestre, já começa a surgir a cobrança do próximo encontro. Já ficam discutindo onde pode ser e quem vai sediar. Isto demonstra que eles se apropriaram desse momento e o valorizam. Foi um evento que surgiu após uma reclamação, em meio a uma brincadeira, e que tomou corpo e nos tem dado muita satisfação.



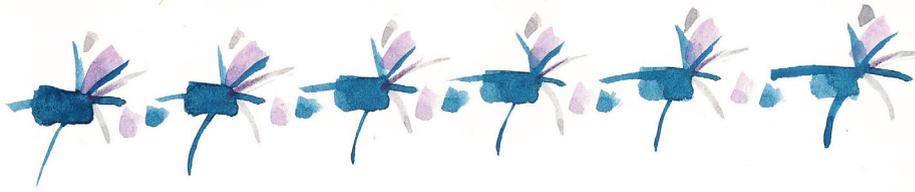


*O poder de policia com base
no modo de fazer em VISA*



Bofe eu tenho

Aloísio de Souza Sabença
Rio de Janeiro



Em 1998, Volta Redonda-RJ assumiu junto ao estado outras atribuições de Vigilância Sanitária e iniciou a fiscalização de estabelecimentos de saúde de baixa e média complexidade. Passamos a inspecionar estabelecimentos de saúde, creche, escola, salão de cabeleireiro, entre outros.

Salão de cabeleireiro foi um dos nossos primeiros desafios. E que desafio!

Municipalizados em 1987, os técnicos passaram a adotar siglas para identificar os documentos emitidos, inclusive facilitando o desfecho da ação fiscal sem que o fiscalizado percebesse.

- Termo de intimação, passou a ser T.I
- Auto de infração: AI
- Termo de apreensão: AAI ou AAD (inutilização ou depósito)
- Laudo técnico de inspeção: LTI
- Interdição: RI (rótulo de interdição)
- Licença sanitária de veículo: LSV

- Licença sanitária de ambulante: LSA
- Registro de reclamação: RR
- Boletim de ocupação e funcionamento: BOF

O dialogo era e é assim: – “Aquele produto está com prazo de validade expirado! Vamos tirar um AI e um TAI”. – “Tudo bem! Tira também um TI para restaurar o piso”. – “Acho melhor um RI. Tá muito ruim!”

– “O ambulante não tem LSA! Vamos tirar um TI para providências. Tira um AI, pois está funcionando sem documentação”.

Vamos ao fato: recebemos denúncia de que um salão de cabeleireiro estava utilizando produtos clandestinos e que havia falta de higiene no estabelecimento.

Reclamação anotada e determinação da chefia para verificação da veracidade do fato.

A equipe chegou ao estabelecimento reclamado e um rapaz com trejeitos diferentes e com uma voz um pouco feminina nos atendeu:



– “Oiiiiii! Queridossssss!!!! Eu posso ajudá-loos?????”

– “Olha, vimos aqui atender um RR!” - disse um colega.

– “Aíiiiiii!!!! Que que é issoooo?”

– “É uma denúncia de um cliente!”

– “Aíiii issooo não pode! Geeeente eu não acredito!”

Franqueada a entrada. Nada encontrado de irregular, a não ser a documentação.

Um colega vira pro outro e diz: – “Acho que ele não tem BOF”.

– “OÔ quê!!!!!! - diz o dono do salão - olha, meu bem! Acho que quem não tem bofe aqui são vocês! Pois o meu eu tenho e não apresento pra ninguém!”

Diz o colega para nós: – “Acho que ele não entendeu”. E virando-se para o cidadão: “Estamos falando que você não tem o licenciamento sanitário do estabelecimento”.



Cair cabelo

Aloísio de Souza Sabeça
Rio de Janeiro



Em uma cidade da região Médio Paraíba do estado do Rio de Janeiro-RJ, em meados de 2005, saímos para realização de fiscalização de rotina em açougues. A motivação principal era encontrar irregularidades na comercialização, tais como: carne previamente moída, carne de abate clandestino, carne exposta fora de refrigeração, falta de asseio em geral. A ordem era pente fino. Rigor total

Já havíamos inspecionado quase todos os açougues existentes na cidade, até que alguém se lembrou de um num bairro não tão distante do centro da cidade, porém, numa rua com pouco movimento. Dirigimo-nos para lá.

Parecia que o açougueiro tinha informações das medidas adotadas em outros estabelecimentos da cidade e, apesar de se localizar num local escondidinho, nada detectamos de irregular na primeira vista. Produtos com nota fiscal, boas condições de higiene e limpeza, uniforme impecável. Nada, nada. Até que uma das colegas observou que o açougueiro estava sem proteção na cabeça. Só que a careca do açougueiro era mais lisa do que uma bola de bilhar. Não havia um fio de cabelo. Veio o diálogo. – “O Sr. está sem proteção na cabeça”. O açougueiro, indignado, respondeu:

– “Pra que, minha filha?”

– “Olha, o Sr. tem que saber que a legislação exige uniforme completo, inclusive proteção na cabeça.

– “Mas...”

– “Olha, não tem mas nem menos. Vamos ter que autuar”.

O chefe que acompanhava e supervisionava nossa ação chamou a colega para um canto e falou:

– “Tudo bem! Temos que ser rígidos, mas neste caso será bom agirmos com bom senso. Observe o cidadão. Não há um fio sequer de cabelo na cabeça dele”.

O açougueiro foi liberado sem sanções. Vale ressaltar que o chefe geral também fazia parte do grupo dos carecas.



Polícia Federal Sanitária

Teresa Machado Pereira
Distrito Federal

Estávamos viajando pelo rio Solimões, estado do Amazonas, região fronteira do Brasil com Colômbia e Peru, em maio de 2002. Nossa missão era inspecionar a unidade de coleta e transfusão em um município que ficava há 24 horas, de barco, distante do outro município aonde chegamos de avião no dia anterior. Já passava da meia-noite de terça-feira quando fomos acordadas pelas luzes acesas e a movimentação dos outros passageiros que já haviam levantado de suas redes. Quando descemos de nossas redes, observei que minha colega, uma médica nordestina que havia sido designada pela ANVISA para me acompanhar na missão, parecia assustada, mas logo a tranquilizei explicando o que se passava, pois já havia estado no local em outra ocasião. O barco estava ancorado na base da Polícia Federal, parada obrigatória para sua vistoria e dos passageiros na busca de possíveis transportadores de drogas. Havia três agentes fazendo o trabalho. Ficamos observando. Não deixavam escapar nem os pacotes de presente, que os revistados informavam ser para o dia das mães. Quando chegou a nossa vez, adiantei-me nas apresentações dando uma “carteirada” de autoridade sanitária. Minha identificação tinha um brasão da república na capa, chamando a atenção do policial, que gentilmente perguntou-nos se éramos suas colegas e eu disse em “alto e bom tom” que éramos médicas da Vigilância Sanitária do Amazonas e da ANVISA. Ele imediatamente nos dispensou da revista,

autorizando-nos a voltar a dormir, sequer chegando a ver a documentação da minha colega. Agradecemos o gesto e voltamos para nossas redes, felizes com a nossa condição de passageiras diferenciadas. Mas, minha mordomia durou pouco. Assim que nosso interperante se juntou aos seus colegas, observamos certa olhada do grupo e um deles, que parecia ser o chefe da equipe, dirigiu-se especificamente a mim dizendo que a colega responsável pela revista às mulheres estava grávida e indisposta, por isso não tinha vindo ao barco e que precisava da minha ajuda. Tentei esquivar-me dizendo que não saberia realizar o trabalho, mas o mesmo insistiu dizendo que, como médica, eu saberia, pois era como fazer um exame físico. Diante dos argumentos, não tive como resistir e, logo após, estava eu, por cerca de uma hora, exercendo literalmente o “poder de polícia” diante das mulheres que, timidamente, faziam fila na porta de um dos banheiros do barco. No final, a missão dos policiais foi coroada de êxito, pois, quando o barco partiu, um casal que viajava reservadamente em um dos camarotes foi impedido de prosseguir viagem. Quanto a mim, felizmente, não encontrei drogas com as mulheres a quem revistei. Em compensação, fui alvo de gozação da minha companheira de trabalho, não somente durante aquela semana de inspeção, mas todas as vezes que nos encontrávamos nas reuniões em Brasília ou nas inspeções nos serviços de hemoterapia em outros estados.



Relatório de inspeção

Elza Maria da Costa Damázio
Minas Gerais



Ano de 2006, de acordo com a PPI-VS, todos os serviços da Vigilância Sanitária dos municípios jurisdicionados deveriam ser avaliados por servidores da VISA da Gerência Regional de Saúde. A coordenadora em avaliação de um determinado serviço municipal pediu ao fiscal que apresentasse os relatórios de inspeção sanitária daquele ano. Entre eles havia um com a seguinte redação: "Fui, vi, não gostei, fechei!"

O risco
associado
ao modo
de fazer
em VISA



Horário de almoço

Aloísio de Souza Sabença
Rio de Janeiro

Verificada a necessidade de aumentar o número de médicos veterinários nos meados de 1987, em uma cidade da região Médio Paraíba do estado do Rio de Janeiro-RJ, em 1990 foi feito um novo concurso. Iniciadas as contratações e a efetivação no cargo. Início de treinamento e capacitação. Um dos colegas contratados era negro, um pouco calvo, estatura mediana e magro. Eu já o conhecia dos tempos de Colégio Técnico e de Faculdade de Veterinária. Tinha (ainda tem) um apetite voraz. Eu ajudava nas capacitações e no horário de almoço íamos para um restaurante self-service. O prato era semelhante a uma folha de papel, ou seja, cabia pouca comida. Passadas algumas semanas de treinamento, o colega acabava de almoçar e sumia sem deixar nenhum rastro. Todos perguntavam: – “Onde está fulano? Será que foi ao Banco?”

Um belo dia, após o almoço, bem à tardinha, acabado o treinamento e capacitação do novo grupo, retornei para a sede do serviço e encontrei-me com um funcionário antigo da Secretaria Municipal de Saúde. Ele tinha bom conhecimento em todas as esferas do governo, inclusive, era uma espécie de assessor do Secretário de Saúde da época.

Foi direto ao assunto: –

“Eu tenho uma reclamação para fazer”.

Respondi:

– “Do que se trata?”

– “Tem um funcionário novo que negou a me atender”.

– “Quem foi e como foi?”

– “Tem um fiscal novo, escuro, magro e de estatura mediana e careca?”

– “Sim. E daí?”

– “Sabe, ele estava almoçando num estabelecimento e eu o reconheci e tentei mostrar para ele que a pia estava quebrada e que havia uma infiltração enorme no local”.

– “Almoçando?”

– “Sim, almoçando! Inclusive ele me falou que não podia me atender, pois estava em horário de almoço. Sabe, ele foi muito mal-educado comigo. Se possível, quero uma advertência para esse funcionário”.

Pensativo, indagava: Não pode ser o colega, ele almoçou com o grupo. O que ele estaria fazendo num outro restaurante? Almoçando novamente? Lembrei-me do apetite voraz e do prato raso do self-service. Dei uma risada e respondi ao servidor:





– “Acho que pode ser quem estou pensando. Vou averiguar e dou retorno”.

No dia seguinte, deparo com o colega veterinário e pergunto:

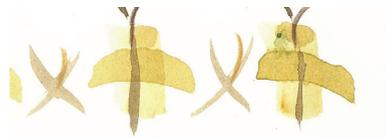
– “Meu amigo, aonde você foi ontem após o almoço?” A resposta foi vaga. Voltei a insistir: – “Você foi ao restaurante X e alguém se queixou de alguma coisa?”

Já amarelado de vergonha:

– “Saí, eu estava almoçando e o cara veio reclamar de pia com vazamento. Eu falei com ele que estava em horário de almoço e não poderia atendê-lo”.

Risos.

– “Sabe como é: aquele pratinho do self-service não dá pra tapar o buraco do dente. Almoço lá com o grupo. Comer eu prefiro o outro, com pia ou sem pia estragada”.





Césio 137

Suely Vidigal
Paraná

Há aproximadamente um ano trabalhava na VISA e estava grávida de três meses. Mudamos de sala e muitos materiais haviam sido colocados em um armário atrás de mim, sem critérios estabelecidos. Quando tive tempo, fui arrumá-lo. Achei uma caixa com um símbolo pouco conhecido, mas, felizmente, por minha formação vi que se tratava de material radioativo. Não havia naquele momento alguém para informar se havia risco na exposição. Passei “aquele final de semana” até que o físico que assessorava a VISA na época afirmou se tratar de uma fonte de Césio 137 para aferir equipamento medidor de radiação, que emitia pequena radiação, sem risco, desde que não violado.

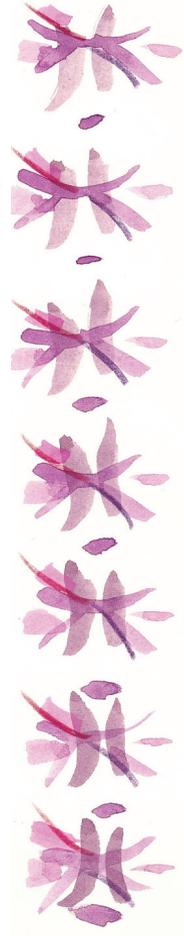




Sem saber o que...

Suely Vidigal
Paraná

Na década de 1980, após realizar inspeção em um estabelecimento hospitalar com alguns membros da equipe regional, fui exposta a um risco muito alto. Ao chegar à sala de trabalho descobri que transitamos com diversas ampolas de óxido de etileno no carro, interditadas por prazo de validade. Enfim, só restou agradecer a Deus estar viva, pois uma ampola rompida... um desastre teria ocorrido.



ISBN : 978-85-60914-04-3



Realização



UFMG

Apoio

